FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.332 DOMINGO, 2 DE ABRIL DE 2023 R$ 9,00

ilustrada ilustríssima

A ética dos brasileiros

Pesquisa mostra que dois terços se inclinam a julgar um comportamento como certo ou errado mais pela intenção que pelo resultado — em filosofia, um perfil mais kantiano do que consequencialista. C6

Em réplica, autores criticam visão de racismo do sociólogo Muniz Sodré C10

MÔNICA BERGAMO

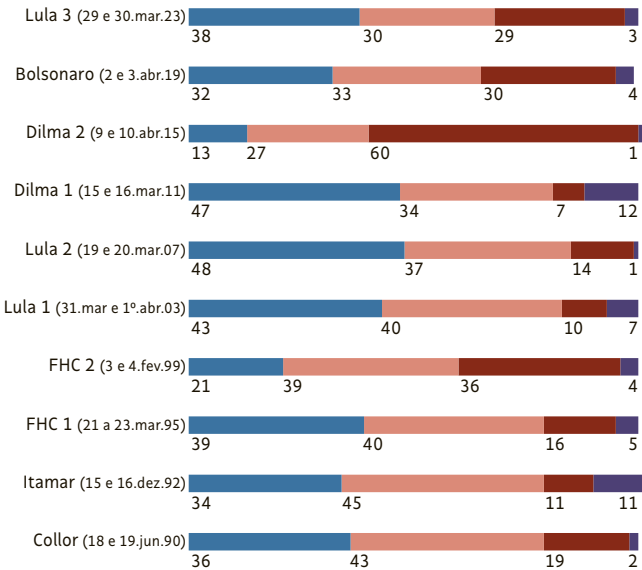
Músicos da banda de Chico Buarque falam sobre a nova turnê que roda o Brasil C2

Lula tem 38% de aprovação; reprovação iguala Bolsonaro

Em três meses de mandato, 29% desaprovam petista, mesmo índice de seu antecessor em 2019

38% aprovam Lula; rejeição empata com Bolsonaro

Em %

- Ótimo/bom
- Regular
- Ruim/péssimo
- Não sabem

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.028 pessoas de 16 anos ou mais em 126 municípios pelo Brasil nos dias 29 e 30.mar; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega aos três meses de mandato com aprovação de 38% e reprovação de 29%, aponta o Datafolha.

A desaprovação a Lula é similar à registrada por Jair Bolsonaro (PL) no mesmo momento de seu governo, em 2019, quando já enfrentava diversas crises. O resultado repete, assim, o que foi o pior desempenho desde a redemocratização de 1985 entre presidentes em primeiro ciclo.

Consideram regular a gestão petista outros 30%, e 3% não souberam responder. O instituto entrevistou 2.028 eleitores de quarta (29) a quinta (30) em 126 cidades. A margem de erro é de dois pontos para mais ou menos.

Lula vive um início de mandato com popularidade inferior à de suas duas passagens anteriores pelo Planalto, quando o cenário político era mais favorável.

Nos 90 dias de 2003, era aprovado por 43%, com apenas 10% de reprovação, enquanto a marca foi de 48% e 14%, respectivamente, no mesmo período em 2007.

Ele é mais bem avaliado ou recebe menor reprovação entre nordestinos, mais pobres e jovens. Os menores índices ocorrem no Sul, entre mais ricos e evangélicos.

A maioria (51%) dos eleitores considera que Lula fez menos que poderia em três meses, enquanto 18% acham que fez mais, e 25%, o esperado. Política A4 e A5

quilombos do brasil

Eduardo Anizelli/Folhapress

AMEAÇAS DE MORTE E BRIGA COM IGREJA MARCAM LUTA DO QUILOMBO PEDRA DO SAL

Roda de samba na região portuária do Rio, que foi porta de entrada de escravizados e território quilombola; área é disputada com ordem católica B2

ENTREVISTA

Carlos Fávaro

Dilma no Brics é chance de crédito rural mais barato

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro (PSD), diz que buscará parcerias de BB e BNDES com o banco dos Brics, chefiado pela ex-presidente Dilma Rousseff, para oferecer mais crédito a juros baixos ao agronegócio. Ele faz crítica à bancada ruralista: "Ainda não desceram do palanque". Mercado A22

ENTREVISTA

Kim Kataguiri

Papel de Jair Bolsonaro na oposição é sumir

Política A7

ambiente B5

Siga aquela mala rosa

Empresa de NY é ligada a contrabando de 35 kg de ouro ilegal da Amazônia

Autores de ataques a escolas são celebrados no TikTok

Vídeos que somam milhares de visualizações tratam os autores de massacres de forma romantizada e até como inspiração. Para especialistas, a circulação desse conteúdo traz enorme risco de incitar novos casos. Cotidiano B1

Pacote busca elevar tributos sobre alta renda e empresas

A Fazenda estuda medidas para elevar a arrecadação e cumprir as metas fiscais. A lista deve incluir tributação de fundos voltados à alta renda, taxação de apostas esportivas e fim de brechas usadas por empresas. Mercado A20

'Tijolo' de 1,4 kg iniciou era do celular há 50 anos

A história do aparelho que revolucionou as comunicações no mundo começou com a ligação de engenheiro da Motorola para rival, em 1973. Mercado A23

esporte B7

Argentina inspira treinador do Água Santa em inédita final com Palmeiras

EDITORIAIS A2

Fio da navalha

Sobre popularidade de Lula, segundo o Datafolha.

Remédio e veneno

Acerca de regulação de opioides como o fentanil.

ISSN 1414-5723

Greves nacionais põem Europa em ebulição incomum

Trabalhadores das maiores economias europeias têm tomado as ruas em protestos por aumento de salários frente à alta da inflação. Os vizinhos se inspiram uns nos outros, levando pautas e métodos da França ao Reino Unido e à Alemanha. Mundo A13

Pais enfrentam martírio para trazer filhos do Haiti

No Brasil, imigrantes vão à Justiça para pedir dispensa de visto para parentes ainda no país caribenho, onde se agravam a violência, a fome e outras crises. A16

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Fio da navalha

Como Bolsonaro, Lula inicia seu mandato sem contar com farta popularidade, mostra Datafolha

O republicano Donald Trump foi o presidente dos Estados Unidos mais mal avaliado pela população desde o final da 2ª Guerra Mundial. Seu sucessor, o democrata Joe Biden, arrisca-se a ser ele o detentor da marca ao fim do governo.

Um quadro parecido se insinua no Brasil, a julgar pelos mais recentes números da popularidade presidencial divulgados pelo Datafolha. Foi-se o tempo em que uma ampla boa vontade acerca do governante no início do primeiro mandato prevalecia na opinião pública.

Três meses após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 38% consideram ótima ou boa a sua gestão, 30% a avaliam como regular, e 29% a qualificam de ruim ou péssima.

A foto final do primeiro trimestre revela-se apenas um pouco melhor que a de seu antecessor. Na mesma etapa, em 2019, Jair Bolsonaro, então no PSL, era aprovado por 32% dos brasileiros aptos a votar, e suas taxas de ruim/péssimo (30%) e de regular (33%) eram equivalentes às que o petista obtém hoje.

Ter diante de si reprovação inicial próxima do terço do eleitorado, como ocorreu com Bolsonaro e se repete com Lula, é uma anomalia num primeiro mandato. Antes da dupla, Fernando Collor foi o que granjeou mais antipatia, ainda assim com 19% de ruim ou péssimo.

Ninguém deveria ficar surpreso, no entanto, pelo resultado da pesquisa. Ele reflete, no plano imediato, o disputadíssimo certame eleitoral de 2022 e, no mais longínquo, as rivalidades crescentes que arrebatam expressivas parcelas da sociedade brasileira desde pelo menos os movimentos de rua de 2013.

Bolsonaro, como Trump, preferiu alimentar a hidra do sectarismo durante o mandato, o que nesse ambiente conflagrado oferece compensações de curto prazo ao líder narcisista. Colheu o mesmo fruto apodrecido de seu homólogo norte-americano: a derrota nas urnas e a associação a uma sublevação que depredou prédios públicos.

Com a vantagem de ter assistido de fora ao desastre bolsonarista, e o lastro de uma experiência sem par na política brasileira, o presidente Lula tem a oportunidade de trilhar um rumo diferente, que agregue em vez de dividir.

O começo deixou a desejar. Lula abraçou-se a velharias ideológicas, em especial no terreno crucial da economia, e afastou aliados e eleitores que acreditaram na promessa de uma "frente ampla".

Há tempo, claro, de corrigir a rota. Falar e governar tão somente para o segmento mais simpático e ideologizado não trará resultado diferente do que obteve Bolsonaro, acossado pela impopularidade durante todo o mandato.

Abaixo da superfície da divisão, há um país unido na expectativa de retomar a via para a prosperidade econômica com justiça social.

Remédio e veneno

Opioides aliviam dor de pacientes, mas devem ser controlados por causarem dependência e mortes

Para o senso comum, drogas são substâncias psicoativas danosas proibidas por lei. Contudo, no glossário da Organização Mundial da Saúde (OMS), o termo refere-se a qualquer agente que altere processos bioquímicos e fisiológicos de tecidos ou órgãos, capaz inclusive de tratar ou curar doenças.

Assim, drogas hoje ilegais já foram vendidas em farmácias no passado, como a cocaína e a maconha. Atualmente, há remédios receitados por médicos que são controlados, pois podem causar dependência química e até a morte, como os calmantes (benzodiazepínicos) e os analgésicos opioides.

Estes últimos estão no centro de uma grave crise de saúde pública nos EUA. Com o alto índice de prescrição indiscriminada para tratamento de dores, muitos pacientes ficam dependentes e buscam o tráfico para ter acesso às drogas.

Outro opioide que vem preocupando autoridades americanas é o fentanil, anestésico de uso restrito hospitalar que é 50 vezes mais potente do que a heroína. No final do ano passado, o órgão oficial de controle interceptou 379 milhões de doses da sustância —dois miligramas do opioide seriam suficientes para causar morte.

O problema aterrissou no Brasil em fevereiro, quando a Polícia Civil fez a primeira apreensão de fentanil, no Espírito Santo. Foram encontradas 31 ampolas que seriam usadas para intensificar o efeito de drogas como ecstasy e cocaína.

Nos EUA, o mercado ilegal de fentanil é abastecido pela produção de cartéis mexicanos. Aqui, o material obtido na primeira apreensão veio de uma indústria farmacêutica de Minas Gerais.

O poder público deve ficar atento ao consumo de opioides, seja por meio da medicina ou do tráfico.

Entre 2012 e 2018, a venda prescrita de analgésicos a base de ópio cresceu 465%, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Pesquisa da Fiocruz de 2019 mostrou que 4,4 milhões de brasileiros já fizeram uso ilegal (sem prescrição) de opioide, o que representa 2,9% da população —o triplo do índice de pessoas que já usaram crack (0,9%).

O debate sobre a descriminalização das drogas vem crescendo em todo mundo. Trata-se de causa justa e amparada na ciência. Mas descriminalizar não implica liberdade irrestrita. Cada droga deve ser tratada pelas suas especificidades químicas, usos e consequências. No caso dos potentes opioides, é preciso regulação e controle rígido.

Deuses na máquina

Hélio Schwartsman

"God, Human, Animal, Machine", de Meghan O'Gieblyn, foi uma grata surpresa. Eu esperava ler mais um livro sobre tecnologia, mas encontrei um texto que utiliza os avanços tecnológicos como pretexto para ótimas reflexões sobre filosofia, epistemologia, teologia e literatura. O'Gieblyn ainda adiciona a essa mistura um forte tom memorialista.

Uma das ideias centrais do livro é que a inteligência artificial e as tecnologias da informação absorveram muitas das questões que sempre animaram filósofos e teólogos, como a relação entre mente e corpo, o livre-arbítrio e a possibilidade da imortalidade. Só que elas agora são apresentadas, não tanto como discussões metafísicas, mas como problemas de engenharia.

E há algo de paradoxal aí. Essa abordagem mais politécnica tem muito a ver com o desencantamento do mundo que experimentamos desde Descartes. Só que as novas tecnologias, por uma série de efeitos, ameaçam reencantar o mundo. De fato, não há nada mais "encantado" do que um cenário em que, graças à internet das coisas, interagimos com geladeiras e maçanetas "inteligentes".

Um dos temas tratados pela autora é o transumanismo, de figuras como Ray Kurzweil e Nick Bostrom, que nos promete a vida eterna, seja por uma ciência médica que vencerá a morte, seja pelo download de nossas consciências em computadores. O'Gieblyn mostra como essa discussão não passa de uma versão tecno das velhas religiões. E aí entra o tom memorialista. Esse é um assunto que ela viveu na pele. A autora cresceu numa família fundamentalista e cursou uma universidade bíblica. Está perfeitamente familiarizada com debates teológicos. Mas não se preocupem, ela superou isso tudo e hoje é uma intelectual ateia padrão.

O texto de O'Gieblyn é deliciosamente erudito e surpreendentemente fácil de ler. Há uma engenhosa reconstrução do memorável diálogo que Ivan e Aliocha travam nos "Irmãos Karamázov", de Dostoiévski.

helio@uol.com.br

O estoque de popularidade de Lula

Bruno Boghossian

Lula decidiu abrir o terceiro mandato com um investimento de retorno rápido. Nos meses inaugurais, o petista apostou no contraste com Jair Bolsonaro, resgatou programas demolidos pelo antecessor, relançou marcas de gestões passadas e buscou reforçar uma conexão com o núcleo de seu eleitorado.

A primeira pesquisa do Datafolha sobre a popularidade do governo dá sinais do alcance dessas escolhas. Lula 3 colheu resultados de curto prazo em grupos ávidos pela recuperação de políticas públicas, mas também vê as limitações de uma plataforma concentrada em sua própria base.

A retomada de ações ambientais, o socorro aos yanomamis, a recriação do Ministério da Cultura e a volta do Bolsa Família reforçaram o vínculo com segmentos fiéis da coalizão petista. Entre os mais pobres, 45% dizem que o governo é ótimo ou bom.

Não seria um mau resultado em menos de 100 dias de mandato. As circunstâncias políticas, porém, não oferecem a Lula tanto conforto.

O presidente enfrenta hesitações dentro de sua coalizão. No segundo turno, ele saiu das urnas com 51% dos votos. Cinco meses depois, tem a aprovação de 38% dos eleitores —o que sugere que quase 8 milhões de pessoas levaram o petista de volta ao poder, mas não embarcaram imediatamente na lua de mel.

O governo também encara a cristalização dos abismos de uma eleição apertada. O bolsonarismo mantém certa unidade e oferece poucas colheres de chá. Lula tem rejeição acima da média entre evangélicos e em segmentos de renda mais alta.

Mesmo alguns integrantes da coalizão de Lula exercem pressão sobre o presidente. Entre os mais pobres, só um terço acha que ele vai cumprir todas as promessas de campanha, e cerca de metade diz que, até agora, ele fez menos do que o esperado.

Lula está longe de uma situação dramática neste início de mandato, mas também não tem um estoque de popularidade para queimar num cenário econômico complicado. O governo ainda terá que conquistar eleitores fora de sua base.

Nunca aos domingos

Ruy Castro

Sempre desconfiei de que nada de muito importante aconteceu no Brasil aos domingos —importante no sentido de mudar a história. Fui checar, usando uma tabela de conversão num antigo Almanaque Capivarol, e vi que estava certo. Só em duas ocasiões tivemos fatos decisivos num domingo.

A execução de Tiradentes, em 21 de abril de 1792, não foi um deles —caiu num sábado. Nem o Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, uma quarta-feira. Nem o da Independência, 7 de setembro, um sábado. A Guerra do Paraguai começou numa sexta, 13 de dezembro de 1864; em outra, 15 de novembro de 1889, proclamou-se a República; e em ainda outra, 3 de outubro de 1930, caiu a Primeira República.

As mulheres ganharam o direito de voto numa quarta-feira, 24 de fevereiro de 1932. Também numa quarta, 10 de novembro de 1937, Getulio Vargas decretou o Estado Novo. Em 22 de agosto de 1942, um sábado, o Brasil declarou guerra ao Eixo nazifascista e, em 9 de agosto de 1943, uma segunda, criou a Força Expedicionária Brasileira, a FEB. Getulio se matou numa terça, 24 de agosto de 1954. Brasília tornou-se capital numa quinta, 21 de abril de 1960. E Jânio Quadros renunciou à presidência numa sexta, 25 de agosto de 1961.

O golpe de 1º de abril de 1964 foi numa quarta. A imposição do AI-5, numa sexta, 13 de dezembro de 1968 —e, por coincidência, também sua extinção, em 13 de outubro de 1978. Tancredo Neves foi eleito presidente numa terça, 15 de janeiro de 1985. Em 1º de julho de 1994, outra sexta, nasceu o Plano Real. Em 4 de junho de 1997, uma quarta, o Senado, bem pago, aprovou a emenda da reeleição. E por aí vai, nunca aos domingos.

Mas duas datas capitais da nossa história caíram num domingo. Em 22 de abril de 1500, o Descobrimento do Brasil. E, em 8 de janeiro de 2023, o quebra-quebra dos bolsonaristas em Brasília —o fato mais vergonhoso desses 523 anos. Por enquanto.

Escorregando na linguagem

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

"Ninguém fala para si mesmo em voz alta. Já que todos somos um, falemos de outro modo."

Essa exortação atualíssima parte de Rumi, poeta e teólogo sufi persa do século 13, um místico cuja importância transcende fronteiras. São palavras adequadas aos ouvidos de Lula, sobrecheios de desconfortos passados e presentes, capazes de perturbar consciência e linguagem.

Rumi recomenda: "Eleve suas palavras, não sua voz / É a chuva que faz florescer, não o trovão".

Isso vem a propósito de reprováveis tropeços verbais do presidente no espaço público. Ainda que esse espaço esteja contaminado pela efemeridade das redes e sua aversão à civilidade, espera-se de alguém eleito pelo voto de renormalização institucional um esforço de continência de atitude e de linguagem.

Mas se compreende que seja difícil. Até mesmo um negociador natural está sujeito às flutuações humorais ocasionadas por pressões externas como os bastidores da pequena política e a demagogia de ratos que rugem. Daí o escorregão, a fala atabalhoada de quem tenta "curar a mordida com o pelo do mesmo cão". Mas é tão patética a bajulação encobridora do erro quanto pintá-lo como "vingador" ou sugerir blindá-lo de si próprio.

O fato é que, frente às ruínas do desgoverno passado, o presidente levanta a bandeira de reconstrução do país em meio ao fisiologismo de um Parlamento totalmente alheio à realidade nacional, à arrogância da tecnocracia financeira e ao atraso jurássico das guardas palacianas. Extubar a nação, fazê-la novamente respirar, é a conquista deste início de governo. E já é um grande feito.

Ao revés da boca espumante da crítica bolorenta, Lula não é a sombra positiva do inominável, ou seja, não é um populista de esquerda. Veio do povo, estabeleceu programas de alívio econômico da miséria, mas sua fixação ideológica é a classe média consumidora. Populismo não lhe serve de carapuça particular, e o esquerdismo é, digamos, uma meia-máscara, a suposição de uma identidade política oscilante entre o centro e a diversidade democrática dos movimentos civis.

O grego antigo referia-se ao mito de Poros, mais do que símbolo de riqueza, como força dinâmica aproveitada pela pobre Penia para gerar Eros, amor. Lula sinalizou a abertura de caminhos populares num país onde se aproximar do povo é conotado como associação ao crime. Como Poros, foi recurso oportuno para o que os pobres viam como possibilidade: no desespero, grita-se pelo possível.

O tempo mudou, ele menos, mas persiste o desejo coletivo de florescimento, de que dois mundos em desacordo sejam vistos como um só, "já que todos somos um". Isso, como diz Rumi, acontece com água, não com trovões.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A China nunca está certa

O problema, para os EUA, é que ela é imparável

Felipe Durante
Diretor de engenharia industrial e youtuber, mora na China há quatro anos

"A China nunca está certa!". Não importa o que o governo de Pequim faça, a mídia ocidental quase sempre constrói uma narrativa em que os chineses são retratados como vilões ou negligentes. Basta observar o quanto, nos últimos anos, temos assistido a uma crescente propaganda negativa —em especial dos Estados Unidos. Essa propaganda chega de diversas formas, como discursos de políticos, reportagens na mídia e campanhas publicitárias. Mas por que os EUA estão propagandeando tanto contra o gigante asiático?

A resposta para essa pergunta é complexa e envolve vários fatores. Um dos principais motivos é a crescente rivalidade geopolítica entre as duas potências. Os EUA têm visto a ascensão da China com desconfiança e temem que ela possa tomar a sua hegemonia global. Além disso, alegam preocupações com relação à política interna, como a falta de liberdade de expressão e o tratamento dado aos direitos humanos.

Na verdade, muitos desses problemas apontados podemos constatar abertamente em território estadunidense. Por exemplo, de acordo com o U.S. Press Freedom Tracker, 286 jornalistas foram presos ou processados nos EUA entre 2013 e 2023. O que nos faz pensar que essas "preocupações" têm sido exploradas pelos políticos americanos para justificar uma postura mais agressiva em relação a Pequim. E a propaganda tem sido uma ferramenta importante nesse sentido, muitas vezes apelando para o medo e a demonização do país asiático.

Um exemplo disso é a campanha publicitária lançada pelo governo dos EUA em 2020 intitulada "China Lied, People Died" ("A China Mentiu, Pessoas Morreram"), que visava responsabilizar o país pela pandemia de Covid-19. A campanha usava um tom acusatório e simplista, afirmando que os chineses haviam mentido sobre a origem e a gravidade do vírus e que, por isso, eram responsáveis pelo número de mortes em todo o mundo. O objetivo era criar um sentimento anti-China na população estadunidense e legitimar a postura mais agressiva do governo em relação ao país asiático.

Outra forma de propaganda é a difamação cultural. Os EUA têm utilizado exemplos da cultura popular chinesa para representá-la negativamente. Desde a estereotipação de personagens em filmes até as recentes notícias que alegam que a China estaria utilizando seu "soft power" para doutrinar a juventude ocidental através do TikTok.

A propaganda contra a China também tem sido utilizada para justificar uma série de medidas econômicas e comerciais. Em 2018, os EUA lançaram um conjunto de tarifas sobre produtos chineses, alegando que Pequim estava praticando comércio injusto e roubando propriedade intelectual. Essa medida foi acompanhada de uma intensa campanha, que retratava o país como um inimigo econômico que ameaçava a prosperidade norte-americana.

Aparentemente, no entanto, tal visão simplista não leva em conta sequer a complexidade das relações comerciais entre as duas potências. A China é um importante parceiro comercial dos EUA, e muitas empresas deste país dependem das exportações para o mercado chinês. Além disso, as tarifas acabaram prejudicando não apenas a economia chinesa, mas também a americana, com o aumento dos preços e a redução de empregos.

Outra questão importante é a geopolítica internacional e a influência chinesa em outras nações. Os EUA temem que a China esteja buscando expandir sua esfera de influência e que isso possa minar a sua própria posição como superpotência mundial. Por isso, o discurso anti-China muitas vezes é usado para justificar uma postura mais dura em relação a países que mantêm relações próximas com o gigante asiático.

Isso pode ser visto, por exemplo, na postura do governo americano em relação ao Brasil. Nos últimos anos, a China se tornou um importante parceiro comercial e investidor, o que tem incomodado os EUA. Em resposta, políticos e analistas americanos têm propagandeado a ideia de que a aproximação do Brasil com a China é uma ameaça à soberania e segurança nacional do nosso país.

Acredito que, enquanto a China continuar crescendo, o que deve se manter num futuro próximo, veremos Washington antagonizando Pequim cada vez mais, numa tentativa de frear este avanço. O problema, para os Estados Unidos, é que a China se mostra imparável.

Carvall

A ignorância da inteligência artificial

Algoritmo falho não respeita dignidade de músicos

João Carlos Martins
Maestro e pianista

De quando em quando temos uma notícia que nos impressiona pelo avanço da tecnologia e da ciência, como fotos de Plutão e suas luas, feitas pela espaçonave New Horizons, ou dos robôs exploradores Opportunity e Curiosity, que registraram inúmeras imagens de pedras em Marte.

Atualmente, a inteligência artificial, com seus algoritmos que fazem parte do nosso cotidiano, têm lacunas inexplicáveis.

No meu caso, refiro-me à música, principalmente no que diz respeito à arte interpretativa (música instrumental e vocal). Quando o grande jornalista Gilberto Dimenstein (1956-2020) e o ator Alexandre Nero me convenceram a ter meu próprio Instagram (@maestrojoãocarlosmartins), com o argumento de que seria mais uma peça no tabuleiro de democratização da música clássica, principalmente no Brasil, aceitei a ideia. Todos os sábados iniciei uma pequena postagem tocando ou regendo em algum lugar do Brasil ou do mundo, sempre com imagens ou trilhas sonoras ao vivo.

Qual a minha surpresa, em ambos os casos, quando tive alguns bloqueios. Imaginem eu regendo com a minha expressão facial a minha Bachiana, tocando Brahms, e o algoritmo legendando que se trata da Filarmônica de Berlim. Claro que é uma honra ser comparado a essa grande orquestra, mas é fake.

Imaginem ainda eu tocando Chopin, Schubert ou Liszt e ter a trilha totalmente bloqueada, ou regendo a "Heroica", de Beethoven, e ser bloqueado —apesar de as imagens serem reais.

Talvez a solução seria a obrigatoriedade de o artista sempre fazer constar em sua postagem "áudio original" e, caso fosse fake, evidentemente que seria identificado e rejeitado pela classe artística, principalmente aquela que considera a cultura a alma de uma nação —além desse ato também ser um crime.

Comecei por uma pedra em Marte para chegar à música e sua arte interpretativa. Claro que o algoritmo é capaz de reconhecer o compositor, mas raramente o intérprete, pois as delicadas nuances perceptíveis aos seres humanos não são perceptíveis para o algoritmo.

Hoje em dia, como não tivemos mais um Bach, um Beethoven ou um Mozart nos séculos 20 e 21, a interpretação transformou-se na única forma de distinguir a individualidade do intérprete.

Hoje se fala muito em fake news, mas espero que "fake playing news" não seja assunto da ignorância artificial, que não respeita a dignidade de um músico que fica horas, dias, semanas, anos para mostrar a que veio no mundo da música e para demonstrar como a individualidade do intérprete pode conviver com a personalidade do compositor.

Por outro lado, músicas de domínio público, como é o caso da música clássica, especificamente, muitas vezes têm o registro da gravação de alguma orquestra que reivindica os direitos autorais. Me pergunto: esta é uma forma de democratizar a música clássica ou afastar o público digital, infelizmente ainda pequeno, deste maravilhoso universo que nos foi legado pelos grandes compositores do século 16 até meados do 20?

PS: Caso contrário, deixem o algoritmo tocar!

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Justiça comum

"Defesa de Bolsonaro diz que entregará 3º kit de joias e reclama de burocracia do TCU" (Política, 31/3). Fim da imunidade política. Por décadas, por ser idiota verbal, a Justiça dormiu enquanto roubava verbas de gabinete. Em 2018, ingênuos caíram na sua balela anticorrupção, mas agradou a trambiqueiros e lerdos mentais, que ainda o veem como espelho. Além de joias, roubos em ministérios, milícias e armas dadas ao tráfico e atos golpistas, ativam-se pelo país milhares de ações por mortes dolosas da Covid-19.
João Bosco Egas (Garibaldi, RS)

*

Os nossos políticos, agrupados em facções chamadas partidos, se juntam para conspirar contra o povo e derrubar as poucas regras que ainda limitam os comportamentos mais criminosos de seus membros.
Maria Ester de Freitas (Guarujá, SP)

Agradecimento

"Professores são para salvar a nossa vida" (Jairo Marques, 28/3). Obrigada por este texto tão maravilhoso que me levou às lágrimas! Os governos nos abandonam, mas não precisamos deles para nos sentirmos orgulhosas da nossa profissão. Professorinha primária aposentada com muito orgulho e dever cumprido.
Maria Amélia Sadi (Batatais, SP)

Dentro do esperado

"Datafolha: 61% acham que Lula sempre ou quase sempre se comporta como deveria" (Política, 1º/4). Igualzinho aos seus antecessores (dos últimos 20 anos). Mas ele tem ainda muito tempo para fazer coisas piores... É só esperar para conferir.
Ailton Costa (São José dos Campos, SP)

*

Tudo que Lula diz ou fala é analisado nos mínimos detalhes, sendo que, mesmo que cometa deslizes, suas ideias são concatenadas. Que o ex-juiz tem conluio com alguma instituição americana é só pesquisar.
Andréa de Magalhães Matos (Belo Horizonte, MG)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

OPINIÃO (PÁG. A3, 1º/4) Painel do Leitor registrou erroneamente que a cidade de Araçatuba, do estado de São Paulo, fica no Rio de Janeiro.

PRIMEIRA PÁGINA E MERCADO (PÁG. A1 E A15, 1º/4) Pedro Guimarães foi exonerado a pedido do cargo de presidente da Caixa, não demitido, como publicado no texto "Ex-presidente da Caixa vira réu por casos de assédio sexual".

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 24 a 31.mar - Total de comentários: **16.434**

Comentários	Tema	Data
311	Que Lula é esse? (Dora Kramer)	27.mar
276	Moro dispensa STF em caso Tacla Duran, vê 'odioso privilégio' e critica juiz da Lava Jato (Política)	29.mar
268	Evangélicos sob Lula querem distância da esquerda e torcem por Bolsonaro 'Fênix' (Política)	27.mar

ASSUNTO QUAL A MELHOR FORMA DE DIALOGAR COM JOVENS SOBRE OS ATAQUES EM ESCOLAS?

Devido ao acesso às redes sociais, a melhor forma é conduzir um papo que esteja inserido nestas plataformas como mecanismo de apoio.
Guilherme Mendes Ayala (São Paulo, SP)

*

Sempre converso com a minha filha sem muitos tabus. Sophia tem 11 anos e comentou que não aguentava mais ouvir sobre o assunto da escola onde ocorreu o crime. Diante desse comentário alertei ela sobre questões de segurança em jogos, pessoas que tentam impor desafios e outras propostas de forma online.
Bruna Lopes (Cotia, SP)

*

Observar os alunos e a relação deles com os professores. Muitas vezes eles trazem essas revoltas de casa. Eu acho que nas escolas deveria ter matérias que falassem sobre religião, preconceito, política e ética. Ia ajudar muito as crianças, adolescentes e adultos, principalmente, a entenderem várias coisas que acontecem no nosso país.
Elisabete Nascimento da Silva (Campinas, SP)

*

Sendo 100% honesto e dando espaço para a criança expressar seus sentimentos, sejam quais forem. Ser um espaço seguro para compartilharem suas visões é essencial. Acho que falta, por parte dos adultos, esse entendimento de que crianças e adolescentes já são seres humanos completos.
Lara Batista da Silva (Guaratinguetá, SP)

*

Através do teatro, roda de conversa que contemple a escuta ativa sobre o que os incomoda e como seria a melhor escola para o futuro (nesse ponto aqui é possível identificar possíveis ataques sigilosos).
Joana Lopes Cardoso Santos (Rio de Janeiro, RJ)

*

Tratando o assunto diretamente. Jovens têm noção do que significa um ataque, têm convivência com quem conversa sobre o tema. Dar a vez à palavra do jovem é fundamental. Procurar desenvolver trabalhos escolares sobre a não violência escolar e familiar é importante. Levar às escolas profissionais que palestrem sobre o tema é muito importante. Ouvir a comunidade e conversar sobre o tema é importante também. Formar comissões permanentes nas escolas em conjunto com a comunidade poderá expor meios de mitigar a violência.
Luiz Roberto de Sant'Ana (Jandira, SP)

*

Vejo que uma das possíveis alternativas seria dialogar com gestores tanto em âmbito nacional, estadual e municipal possíveis alternativas para implementação de políticas públicas, no âmbito da saúde mental e assistencial, dentro desse ambiente escolar, buscando possibilidades de construção de diálogos com toda a rede escolar, família e comunidade, além de conscientizar sobre a importância do trabalho em conjunto dentro desses espaços, no intuito de educar para possíveis formas de conscientização e acolhimento. E que possam investir em mais qualificação dos profissionais, principalmente com relação a cuidado e segurança, começando pela estruturação de ações.
Marcia Alves Gomes (Parnaíba, PI)

*

Tendo diálogo aberto e inclusivo entre pais e filhos, perguntando sobre a rotina deles: como está na escola, o que anda vendo na internet, se tem algo que anda aborrecendo e o que seria.
Thuani Cristina Martins Aguiar (Guaxupé, MG)

*

Esclarecer, tornar claro e mostrar que tem a quem pedir ajuda quando é preciso.
Mônica Barbosa de Martins Mello (Fortaleza, CE)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Rachadura

Uma discussão acalorada na sexta-feira (31) no grupo jurídico Prerrogativas levou à saída do advogado Augusto Botelho, secretário nacional de Justiça. O estopim para o bate-boca via WhatsApp foi a intenção do ministro da Justiça, Flávio Dino, superior hierárquico de Botelho, de nomear a advogada Marilda Silveira como colaboradora. Ela foi responsável por ações contra o presidente Lula (PT), inclusive a que impediu que ele assumisse a Casa Civil do governo Dilma Rousseff, em 2016.

NÃO SE VÁ A discussão opôs membros do Prerrogativas mais ligados ao PT, que criticaram o histórico de Marilda, e outros que disseram que ela tem currículo sólido. Irritado, Botelho escreveu que não poderia seguir no grupo. O coordenador do Prerrogativas, Marco Aurélio de Carvalho, diz esperar que Botelho reconsidere sua "decisão precipitada".

COM A BARRIGA No impasse entre Câmara e Senado pelo rito das MPs, deputados articulam deixar caducar a que extingue a Funasa, o que deve ocorrer no final de maio. Caso o cenário se confirme, a fundação continuaria existindo, mas em condições precárias.

ALBUMINA O Planalto não abre mão da extinção da fundação, embora admita que possa ser derrotado na queda de braço. O desmonte já começou, com a cessão dos prédios e servidores publicada no Diário Oficial. De acordo com um integrante do governo, o que sobrou hoje é uma "casca de ovo vazia".

VERMELHOU 1 Líderes dos principais partidos de esquerda na Câmara não vão indicar integrantes para as comissões mistas das MPs enquanto os presidentes das Casas do Congresso não chegarem a um entendimento. "Não se trata de uma questão de governo versus Congresso. Trata-se da Câmara querendo preservar suas prerrogativas", diz Felipe Carreras (PE), líder do PSB.

VERMELHOU 2 Zeca Dirceu (PR), líder do PT, vai na mesma direção. Ele afirma haver um sentimento de unidade na Casa. "Estamos e estaremos ao lado do [Arthur] Lira, porque na verdade é o lado da Câmara. [Rodrigo] Pacheco precisa ter mais humildade e serenidade. É ruim para o país e para o Congresso este confronto. Lira já flexibilizou a parte dele", sustenta.

DUELO O Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou liminar que proibia a prefeitura da capital de remover barracas de moradores de rua, que havia sido obtida por Guilherme Boulos (PSOL-SP). O deputado federal lamentou a decisão e disse que vai recorrer.

CAMINHOS A medida havia sido tomada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), sob a justificativa de que as tendas atrapalham o direito de ir e vir dos paulistanos, além de causar problemas de limpeza. Boulos e Nunes devem se enfrentar na eleição para prefeito de São Paulo em 2024.

PH 7 O MDB decidiu contratar uma pesquisa qualitativa para definir seu posicionamento nos próximos anos. O partido quer saber qual é a imagem que a população tem dele e a quais valores é normalmente associado. Os emedebistas investem na proposta de a legenda ser um "ponto de equilíbrio" no conturbado cenário político nacional.

ESPELHO MEU Também haverá questões sobre qual foi o impacto da candidatura presidencial de 2022 de Simone Tebet (MS), atual ministra do Planejamento, junto à imagem do partido, bem como perguntas a respeito da percepção sobre as principais lideranças emedebistas, como ministros, senadores, governadores e prefeitos de capitais.

PENTE FINO O deputado federal Marangoni (União Brasil-SP) propôs projeto de lei que permite a revista de alunos em escolas públicas e particulares. O texto autoriza a inspeção de malas, mochilas e maletas de estudantes dos ensinos fundamental e médio. O texto foi protocolado na quinta-feira (30), depois que um aluno de 13 anos matou uma professora em escola estadual de São Paulo.

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**. Apesar das dúvidas, seu projeto de arcabouço fiscal foi bem recebido pelas principais lideranças do Congresso

PERDEDOR DA SEMANA
O presidente da Câmara, **Arthur Lira (PP-AL)**, ao ver um novo bloco partidário rachar o centrão, que ele comandava

FIQUE DE OLHO
Lula intensificará conversas sobre o STF e pode bater o martelo sobre **Cristiano Zanin**; arcabouço fiscal pode chegar oficialmente ao Congresso

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Lula é aprovado por 38% e tem reprovação igual à de Bolsonaro após 3 meses

Segundo pesquisa do Datafolha, presidente tem início de mandato com desempenho inferior ao de suas outras passagens pelo Planalto

Igor Gielow

SÃO PAULO O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega aos primeiros três meses de mandato com aprovação de 38% e reprovação de 29%, aponta pesquisa do Datafolha.

O resultado mostra a desaprovação a Lula igual à registrada por Jair Bolsonaro (PL) no mesmo momento de seu governo, em 2019, repetindo assim o que foi o pior desempenho desde a redemocratização de 1985 entre presidentes em primeiro mandato.

Lá, em meio a várias crises, o ex-presidente marcava 30% de avaliação ruim/péssimo, mas era menos aprovado do que o petista, com 32% de ótimo/bom. Era regular para 33%.

Consideram a gestão de Lula regular agora 30%. Não souberam responder, entre os 2.028 eleitores entrevistados pelo instituto de quarta (29) a quinta (30) em 126 cidades, 3%. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos.

Lula marca um início de governo com popularidade inferior à registrada nas suas duas passagens anteriores pelo Planalto. Nos 90 dias de 2003, ele era aprovado por 43%, com apenas 10% de reprovação, enquanto a marca foi a 48% e 14%, respectivamente, no mesmo período em 2007.

Em comparação à marca de 90 dias de outros presidentes em primeiro mandato, sua aprovação é semelhante à de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 39% em 1995), Fernando Collor (PRN, 36% em 1990) e Itamar Franco (PMDB, 34% em 1992). Fica abaixo de Dilma Rousseff (PT), que teve 47% de ótimo/bom em 2011.

São fotografias. FHC se reelegeu, mas terminou seu segundo mandato mal avaliado e não fez o sucessor. Lula também venceu a disputa para ficar no cargo e saiu aclamado. Collor e Dilma acabaram sofrendo impeachment.

Mas o instantâneo não é positivo para Lula: os 29% de ruim/péssimo se igualam ao pior momento de seus oito primeiros anos no governo, em dezembro de 2005, ainda sob o fogo da revelação do mensalão.

Os dados exprimem o que a observação da realidade política mostra: Lula venceu uma eleição apertadíssima contra Bolsonaro em um país rachado, com 1,8 ponto percentual acima do rival no 2º turno, e tem se batido na economia e na articulação com o Congresso.

Trata-se de um país longe da união nacional pregada pelo petista na campanha e distante da prática na política. Ao contrário, manutenção da polarização por Lula, mirando o agora de volta ao Brasil Bolsonaro, é um cálculo que beneficia a ambos os antagonistas por fechar as portas a alternativas.

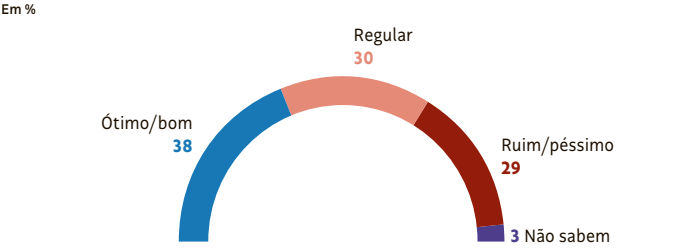
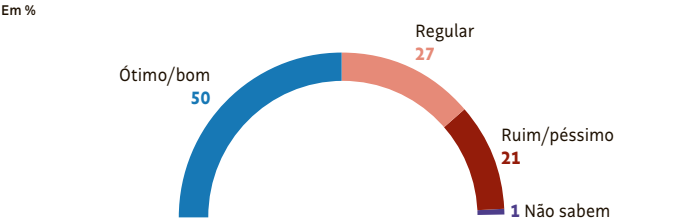
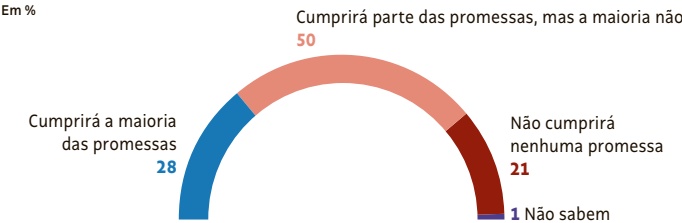
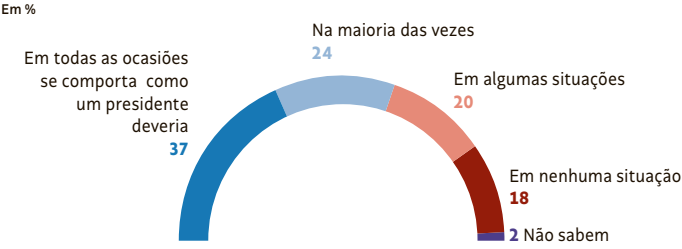
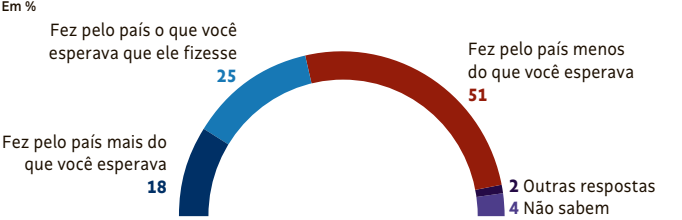
Tanto é assim que muito da energia do governo em seu começo girou em torno do ato golpista promovido no 8 de janeiro em Brasília e efeitos secundários da crise, como a derrubada do comandante do Exército. A lida com o cotidiano de problemas tem se mostrado maior agora, com o debate sobre o arcabouço fiscal e as questões de governabilidade no Legislativo.

Com efeito, os cortes gerais de polarização associados ao petismo em campanha são espelhados na avaliação.

Lula é mais bem avaliado ou recebe a menor reprovação en-

Continua na pág. A5

Avaliação do governo Lula após três meses de mandato

38% avaliam o governo Lula como bom ou ótimo, enquanto 29% consideram ruim ou péssimo
Em %

Metade dos respondentes acredita que Lula fará um governo ótimo ou bom
Em %

50% acham que presidente vai cumprir parte das promessas, mas a maioria não
Em %

Para 37%, Lula se comporta sempre de modo adequado ao cargo
Em %

Maioria diz que presidente fez menos ao Brasil do que o esperado
Em %

Respondentes veem melhor desempenho de Lula em povos indígenas, e o pior, em economia
Resposta estimulada e única, em %

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.028 pessoas de 16 anos ou mais em 126 municípios pelo Brasil nos dias 29 e 30.mar; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

Continuação da pág. A4

tre nordestinos (53% de ótimo e bom no grupo, que soma 26% da amostra do Datafolha), os mais pobres (21% de ruim péssimo entre os que ganham até 2 salários mínimos, 55% dos ouvidos) e jovens (17% de ruim péssimo entre os 17% que têm de 16 a 24 anos).

Na contramão, o eleitorado tradicionalmente mais bolsonarista é mais refratário ao petista. Ele só tem 29% de aprovação no Sul (15% da amostra), 28% entre evangélicos (27% dos ouvidos) e 30% entre os mais ricos.

A maior fatia (51%) dos eleitores considera que o presidente fez menos do que poderia nesses três meses, enquanto 18% acham que ele fez mais e 25%, o esperado. Outras respostas somaram 2% e não souberam responder, 4%.

É um resultado melhor do que o de Bolsonaro (61% achavam que ele havia feito menos), mas pior do que o de Lula-1 (45%) e Dilma-1 (39%).

Em relação às expectativas, o cenário também é desfavorável para Lula. Creem que ele fará um governo ótimo ou bom 50%, ante 27% que esperam algo regular e 21%, ruim ou péssimo. Em seu primeiro mandato, Lula marcava nesta etapa do caminho 76%, 15% e 4%, respectivamente. Dilma, 78%, 15% e 5%. Mesmo Bolsonaro se saiu um pouco melhor: 59%, 16% e 23%.

Acham que o presidente irá cumprir suas promessas de campanha 28%, ante 24% que diziam isso em dezembro, quando o Datafolha questionou o eleitorado sobre o tema. Avaliam que a maioria das promessas não será cumprida 50% (eram 58%), enquanto acham que nada será honrado 21% (eram 16%).

O primeiro trimestre de Lula foi marcado por gafes e polêmicas capitaneadas pelo presidente, mas para 61% dos eleitores ele se comporta sempre ou na maioria das vezes de forma adequada ao cargo.

Segundo 37% os entrevistados, Lula se comporta adequadamente o tempo todo, enquanto 24% creem que ele o faz quase sempre. Já 20% acham que ele não age de forma condizente com a cadeira que ocupa na maioria das oportunidades, e outros 18% dizem que ele nunca o faz.

Dois por cento dos entrevistados não souberam dizer.

No período, o presidente esteve no centro de episódios que variaram do quase folclórico, como quando apontou a obesidade do ministro Flávio Dino (Justiça) em um evento, a um grave erro de avaliação ao sugerir que o plano para matar autoridades do PCC desbaratado pela Polícia Federal seria "armação" do ex-juiz da Lava Jato e hoje senador pela União Brasil Sergio Moro.

A acusação sem provas foi criticada pela oposição e por aliados de Lula, cientes do tiro no pé.

38% aprovam Lula; rejeição empata com Bolsonaro

Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.028 pessoas de 16 anos ou mais em 126 municípios pelo Brasil nos dias 29 e 30.mar; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

Petista vai bem em questão indígena e derrapa na economia

A largada do terceiro governo Lula foi boa na atenção aos indígenas e no combate à fome e à miséria, mas patinou na economia, na saúde e na segurança pública.

É o que mostra a avaliação dos eleitores brasileiros na pesquisa do Datafolha, com margem de erro de dois pontos.

Os itens selecionados foram aqueles que tiveram acima de 10% de citações na pesquisa estimulada, que pediu aos entrevistados que indicassem em quais das áreas listadas o governo Lula foi bem ou mal.

A atenção aos indígenas registrou 16% de menções positivas, uma consequência direta da crise dos yanomami em Roraima, em que o governo agiu com bastante visibilidade no começo do ano.

Na sequência veio o combate à miséria, visto por 12% como ponto para Lula. O tema é o centro de sua retórica desde as campanhas anteriores e os dois governos (2003-2010) que comandou, e logo que assumiu o presidente recriou o Bolsa Família em seu formato original.

Na mão inversa, é a economia quem domina as menções negativas. Consideram que Lula vai mal nessa área, onde tenta acertar o rumo apresentando o arcabouço fiscal, 15%. Já a saúde e a segurança pública são citados por 12%, enquanto combate ao desemprego e à corrupção são apontados por 10%.

Quando questionados acerca das prioridades nacionais, a saúde lidera, com 32%. Educação vem a seguir, com 16%, combate ao desemprego marca 12% e à miséria, 10%.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em evento do programa Mais Médicos Gabriela Biló - 20.mar.2023/Folhapress

Bolsonarismo domina oposição a Lula e ofusca alternativas na direita e no centro

Fiasco da 3ª via em 2022 resultou em recolhimento e adesão a petista; grupo fala em reconstrução

SÉRIES FOLHA
O FUTURO DO BOLSONARISMO

Ranier Bragon

BRASÍLIA Nascido de forma caótica há cerca de seis anos, o bolsonarismo é hoje o único movimento estruturado e relevante de oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ofuscando opções no centro e na direita.

Liderado desde a redemocratização por figuras como Tancredo Neves (MG), Ulysses Guimarães (SP), José Sarney (MA) e Michel Temer (SP), pelo MDB, Jorge Bornhausen (SC), Marco Maciel (PE) e Antonio Carlos Magalhães (BA), pelo PFL (hoje União Brasil), Fernando Henrique Cardoso (SP), Mario Covas (SP), José Serra (SP), Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), pelo PSDB, só para citar os três principais partidos, esse campo político apresenta hoje como alternativa a Jair Bolsonaro (PL) apenas figuras que estão, por ora, vinculadas a ele.

Enquanto a eleição presidencial de 2018 alçou o então nanico Bolsonaro ao Palácio do Planalto e dizimou ou enfraqueceu potências da centro-direita, como o PSDB e o MDB —que ficaram na quarta e sétima posições, respectivamente—, a de 2022 reforçou o baque.

O MDB, embora tenha recuperado um pouco o tamanho da bancada na Câmara, ficou em terceiro na disputa ao Planalto, com apenas 4,2% dos votos válidos. A candidata do partido, Simone Tebet, apoiou Lula no segundo turno e hoje é sua ministra do Planejamento.

O PSDB nem candidato lançou, fato inédito em seus mais de 30 anos de história.

Atualmente a coalizão lulista reúne todos os principais partidos de esquerda, além dos centristas ou centro-direitistas MDB, PSD e União Brasil (fruto da fusão do PSL ao DEM, ex-PFL).

O centrão (PP, PL e Republicanos), que deu sustentação ao governo Bolsonaro, se divide entre uma relação amistosa, no caso do PP, e uma oposição mais declarada, com PL e Republicanos, embora haja dissidências lulistas também nessas duas legendas.

Com isso, no caso de uma possível inelegibilidade de Jair Bolsonaro, o mundo político discute e especula hoje muito mais uma opção dentro do bolsonarismo do que fora dele —como a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Há na oposição uma opção relevante ao bolsonarismo?

A **Folha** ouviu políticos desse campo político, aberta ou reservadamente. Uma linha de raciocínio parece unir esse grupo. O reconhecimento é o de que hoje não há, mas que em um futuro próximo é possível ter.

O ex-senador e ex-presidente do PFL Jorge Bornhausen foi por décadas uma das figuras mais importantes da direita brasileira, embora em frequentes ocasiões tenha classificado o rótulo "direita" como ultrapassado e não aplicável às condições específicas do Brasil.

Hoje, aos 85 anos, ele diz ver em Tarcísio de Freitas não só um potencial candidato à Presidência em 2026, mas também um político que pode representar o antipetismo, mesmo se distanciando do bolsonarismo.

"Quem se destacou de forma absoluta [em 2023] foi o governador Tarcísio, pelas suas atitudes, pela sua ação política e administrativa. Ele, sem qualquer esforço, está se tornando um candidato natural à Presidência", afirma Bornhausen.

O ex-senador diz considerar que Tarcísio, ex-ministro de Bolsonaro, já conquistou tanto os que votaram em Lula apenas por serem contra Bolsonaro como também os bolsonaristas não fanáticos.

"A esquerda mais radical, que é a posição que o Lula está tomando, e a direita radical que o Bolsonaro adotou no seu governo não são modelos para que o Brasil possa crescer em paz e ter um desenvolvimento que nós desejamos."

Candidato derrotado por Dilma Rousseff (PT) em 2014 por uma diferença de apenas 3,5 milhões de votos, Aécio Neves projeta a volta da polarização PT-PSDB, que dominou a cena política nacional por cerca de 25 anos.

"O Brasil precisa compreender que há mais de uma alternativa ao petismo, que não é apenas o bolsonarismo, mas o centro responsável, experiente, qualificado. Nós temos que ocupar esse espaço com coragem, radicalizar no centro, nos assumirmos como um partido de centro, que é o que nós somos hoje", diz o deputado tucano.

Aécio afirma estar trabalhando junto ao governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, para que o PSDB —que minguou nas eleições de 2022 a ponto de beirar nanismo— recupere o eleitor que migrou para Bolsonaro em 2018 devido ao antipetismo e para Lula em 2022 devido ao antibolsonarismo.

"Esse eleitor não é nem Bolsonaro nem Lula. Não é PT nem é um eleitorado de extrema direita. Eu acho que o PSDB tem a grande responsabilidade de fincar um pilar nesse centro, de oposição clara ao atual governo, mas que se diferencie dos desatinos dessa direita mais extremada."

Tanto Aécio como Bornhausen citam como sinal promissor a recente pesquisa do Ipec segundo a qual 57% do eleitorado gostaria que o país tivesse uma terceira via no atual cenário político.

Outro deputado crítico tanto a Lula como a Bolsonaro, Kim Kataguiri (União Brasil-SP) também aposta no surgimento de uma opção ao bolsonarismo dentro da oposição.

"Acho que ainda estamos espremidos nessa polarização doentia baseada em radicalismo e fake news. A boa notícia é que temos tempo e a política é nuvem. Ainda há muito para acontecer, por enquanto só temos o retrato, mas o filme costuma ser diferente."

Para o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), a sociedade tende cada vez mais a se conscientizar que uma polarização eleitoral não é benéfica ao país. "Quem vai liderar esse centro eu ainda não sei, e quem disser que sabe certamente está enganado."

Presidente nacional do Cidadania, que está federado ao PSDB, o ex-deputado Roberto Freire afirma que a alternativa da oposição ao bolsonarismo pode surgir de grupos que hoje estão no governo Lula.

Ele defende recomeçar as conversas que resultaram na coligação de apoio a Tebet nas eleições (MDB, PSDB, Cidadania e Podemos), citando, além da atual ministra do Planejamento, os nomes de Eduardo Leite e da governadora Raquel Lyra (PSDB-PE).

Além de Tebet, Lula conta com outros auxiliares de fora do PT que podem ser potenciais presidenciáveis em 2026, como o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), também ministro do Desenvolvimento, e Marina Silva (Rede), titular do Meio Ambiente.

Um dos deputados mais experientes do campo da esquerda, Chico Alencar (PSOL-RJ) brinca ter saudade de um tempo em que "a direita era representada por um Ronaldo Caiado [hoje governador de Goiás] e um ACM Neto [ex-prefeito de Salvador], por exemplo, ou pelo tucanato".

No Brasil, atualmente, continua, "uma direita conservadora, racional, moderada, ela sumiu com a chegada do bolsonarismo e do Bolsonaro".

Chico Alencar diz não desconsiderar uma recuperação lenta, mas real, de uma direita não bolsonarista, que teria em Eduardo Leite hoje a sua expressão maior, mas que isso pode demorar.

"Como dizia o Dadá Maravilha, 'prognóstico só no final do jogo'. Considero que a extrema direita se desgasta, aos poucos, pelo que julga seus méritos: agressividade, narrativas lacradoras, e falsas, irracionalidade. Mas demora, ela tem base social e tem mobilização."

O deputado Eduardo Bolsonaro e outros deputados de direita erguem cartazes contra Lula e contra o senador Rodrigo Pacheco, após sessão de posse de eleitos Pedro Ladeira - 1.fev.2023/Folhapress

"

A esquerda mais radical, que é a posição que o Lula está tomando, e a direita radical que o Bolsonaro adotou no seu governo não são modelos para que o Brasil possa crescer em paz e ter um desenvolvimento que nós desejamos

Jorge Bornhausen
ex-senador e ex-presidente do PFL

"

O Brasil precisa compreender que há mais de uma alternativa ao petismo, que não é apenas o bolsonarismo, mas o centro responsável, experiente, qualificado. Nós temos que ocupar esse espaço com coragem, radicalizar no centro, nos assumirmos como um partido de centro, que é o que nós somos hoje

Aécio Neves
deputado federal pelo PSDB-MG

Quem vai liderar esse centro eu ainda não sei, e quem disser que sabe certamente está enganado

Danilo Forte
deputado federal pela União Brasil-PE

"

Como dizia o Dadá Maravilha, 'prognóstico só no final do jogo'. Considero que a extrema direita se desgasta, aos poucos, pelo que julga seus méritos: agressividade, narrativas lacradoras, e falsas, irracionalidade. Mas demora, ela tem base social e tem mobilização

Chico Alencar
deputado federal pelo PSOL-RJ

Gabriela Biló/Folhapress

Kim Kataguiri, 27
Nascido em Salto (SP), Kim Kataguiri é deputado federal e coordenador do MBL, movimento político liberal e conservador. Está em seu segundo mandato. Em 2022, foi o décimo candidato a deputado federal mais bem votado do Brasil —com 295.460 votos

Kim Kataguiri

Bolsonaro não tem condição, papel dele na oposição é sumir

Deputado federal e líder do MBL afirma acreditar que ex-presidente da República se tornará inelegível e que existem cada vez mais elementos para que ele seja preso

ENTREVISTA

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP), 27, diz que não há "nenhuma condição" de o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) liderar a oposição contra o governo Lula (PT) e afirma que, na sua opinião, o ex-chefe do Executivo se tornará inelegível e poderá ser preso.

Depois de passar três meses nos Estados Unidos e desprezar o rito democrático da passagem de poder a seu sucessor, Bolsonaro voltou ao Brasil na quinta-feira (30), em meio à desconfiança de aliados sobre qual papel ele irá exercer na oposição.

"Há todos os elementos para ele se tornar inelegível e agora cada vez mais elementos para ele ser preso. Como é que ele vai liderar a oposição? Eu não vejo nenhuma condição nele. Aí você me pergunta: qual o papel dele na oposição? Para mim, sumir", afirma Kim em entrevista à Folha.

Líder do MBL (Movimento Brasil Livre), o deputado diz que a oposição que ele fará ao governo Lula será propositiva e reconhece que poderá votar com o Planalto em alguns projetos, a exemplo do novo arcabouço fiscal.

Por outro lado, tece críticas sobre a relação do Executivo com o Congresso e afirma que só uma "reforma ministerial radical" fará o governo ter uma base de apoio.

*

O maior debate no Congresso neste momento é o impasse entre a Câmara e o Senado sobre a tramitação das medidas provisórias (MPs). Qual a avaliação do senhor sobre isso? Temos um modelo hoje que está na Constituição. Enquanto está na Constituição, precisa ser cumprido. Agora, é um modelo disfuncional, o governo deveria utilizar [MPs] apenas em situações excepcionais. Enquanto não se resolve o impasse, tem que ser instituída comissão especial no modelo que prevê a Constituição. Agora, precisa ter um acordo político, porque não está funcionando.

A Constituição não estabelece a composição das comissões. E isso é usado pela Câmara como argumento para sugerir mudanças na proporcionalidade. Acho que a proporção pode ser negociada. Se chegar numa pacificação de três deputados para um senador, acho que atende. Os relatórios que saíam das comissões especiais sempre tinham mudanças substanciais quando iam para o plenário, tanto da Câmara quanto do Senado —principalmente na Câmara, justamente pela sub-representatividade nas comissões.

O Senado sinalizou que não aceita alterar a proporcionalidade dos membros na comissão. Avalia ser possível chegar a um meio-termo? O impasse precisa se resolver o mais rápido possível, porque se não tiver acordo político, independentemente da legislação que está em vigor, as MPs vão simplesmente caducar. Tem o rito previsto na Constituição, mas basta os líderes da Câmara não nomearem seus membros para a comissão. Aí não dá quórum e acaba a medida provisória.

Concorda com a declaração do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que as comissões mistas são "antidemocráticas"? Não. Antidemocráticas é um exagero.

Acha que Lira esticou a corda demais nesse conflito? Não. Ele explicitou que precisa ter um acordo político independentemente daquilo que está na legislação. Sem ele, as MPs vão caducar. Nessa conclusão dele, eu concordo. Se não tiver acordo, não vai funcionar. As duas Casas precisam concordar no procedimento.

Há uma avaliação entre parlamentares que esse impasse é uma tentativa de fazer frente a Lira, que acumulou grande poder na última legislatura. Nessa discussão não há hipótese de esvaziamento de poder do presidente da Câmara. Nem pelo fato de ser o Lira, é pelo próprio processo legislativo em si. Ao tratar de MP, a palavra final é da Câmara. Sempre será analisada pelo plenário e o relator sempre vai ter o poder de mudar o texto inteiro. A comissão pode ter 40 senadores e zero deputados. [A MP] vai vir para a Câmara e a gente vai poder fazer o que quiser.

Lira já deu declarações de que sua atuação como presidente da Câmara nesta legislatura será a mesma que foi sob o governo Bolsonaro. Como acha que será a relação de Lira e o governo Lula? O Lira do governo Bolsonaro definitivamente não é o Lira do governo Lula. Como Bolsonaro escolheu se omitir da articulação política e escolheu criar o orçamento secreto para que o presidente da Câmara formasse base para o governo para aprovar suas matérias, Lira não tinha só o compromisso de pautar as matérias do governo. Ele tinha o compromisso de entregar a maioria, de entregar aprovação.

Com o fim do orçamento secreto, o compromisso do Lira é o de pautar as matérias ou não pautar as matérias de acordo com os interesses do governo. Mas não de construir base. A obrigação de colocar voto no plenário hoje é do governo, não dele. Lula se dispõe a fazer a articulação política, apesar de estar fazendo muito mal.

Por que avalia que a articulação está ruim? Lula não tem base até agora, tanto que nenhum projeto do governo foi pautado. A base do governo hoje é só a federação do PT. A distribuição de ministérios não funcionou. Dos 37 ministérios, salvo engano, 24 são indicações do PT ou do Lula —e são os principais ministérios. O resto, pastas menos importantes, seja pela sua competência, suas atribuições ou seu orçamento, ele distribuiu entre os outros partidos, mas isso não atendeu às bancadas.

Você acha que [o presidente do PSD, Gilberto] Kassab vai entregar voto porque ele está com o Ministério da Pesca? Não vai acontecer. Ou você tem uma reforma ministerial radical, o PT abre mão de ministérios, ou o governo não vai ter base.

O seu partido, União Brasil, tem três ministérios, mas ainda se declara independente. O principal ministro nem do partido é, é do PDT. Além disso, foi indicação de um senador, não foi nem da bancada do Senado. Nem o Juscelino [Filho] nem a Daniela [Carneiro] foram indicações da bancada. São colegas, são deputados. Mas não houve uma reunião de bancada para decidir quem assumiria ministérios. O Lula indicou.

Avalia que o partido não deveria ter aceitado participar do governo? Ele não topou. Os três [parlamentares] toparam fazer parte do governo, não o partido.

Em algum momento a União Brasil vai participar do governo? Independentemente do que acontecer, vou ser um deputado de oposição

No começo do governo Bolsonaro o senhor não era oposição —mas depois passou a ser. O que mudará agora na sua atuação enquanto oposição a Lula? A minha oposição continua centrada em fiscalização de dinheiro público e em combate a políticas públicas que eu acredito que ou promovam impunidade ou retrocesso para a economia ou retrocesso institucional para o país.

Qual será o papel da oposição neste governo? Será o papel da oposição em qualquer governo. Fiscalizar, como diz a Constituição, os dinheiros públicos e a execução de políticas públicas dos ministérios e se posicionar em relação aos projetos que são enviados pelo governo. Vamos ter um debate muito propositivo, mas que está débil porque está sendo feito por um grupo de trabalho muito limitado, que é o da reforma tributária.

Há pelo menos uma boa vontade de praticamente todos os setores da Câmara em se discutir o tema. Ainda mais, e aí eu acho que o governo acertou, porque ele não mandou uma reforma própria, aproveitou um debate que já estava acontecendo no Congresso.

E a discussão da âncora fiscal que, se for uma âncora responsável, se houver de fato uma limitação do endividamento público, uma limitação do gasto público, independentemente de ser oposição, por princípio, sou a favor de haver uma âncora fiscal que limita gastos. Então vou votar a favor.

Bolsonaro é considerado uma figura que poderá liderar a oposição. O senhor fará parte desse grupo que terá ele como líder? Jamais. Bolsonaro é corrupto, é vagabundo e é quadrilheiro. E não tem a menor condição de liderar a oposição.

A gente está chegando a cem dias de governo e agora que ele volta de Orlando? Quando ele era presidente da República, nas eleições municipais, ele não fez base. Ele estava com a caneta na mão, era governo federal e ele não fez base. Imagina na oposição o que ele vai fazer na eleição municipal? Não vai ter capacidade de articular nada.

Pior do que isso, na minha avaliação, ele vai se tornar inelegível. Há todos os elementos para ele se tornar inelegível e agora cada vez mais elemento para ele ser preso. Como é que ele vai liderar a oposição? Eu não vejo nenhuma condição nele. Aí você me pergunta: qual o papel dele na oposição? Para mim, sumir.

E o capital político do ex-presidente? Os votos que ele teve foram mais antipetistas do que votos dele. A minha avaliação não é que o Lula ganhou a eleição, é que o Bolsonaro perdeu para si mesmo.

Qual a sua avaliação sobre os cem primeiros dias do governo Lula? São cem dias sem nada [risos]. Não teve absolutamente nenhuma votação. Terceiro mês de governo e a gente está votando nome de rodoanel. Câmara dos Deputados nem vota isso, isso é coisa de Assembleia Legislativa.

“Como é que ele vai liderar a oposição? Eu não vejo nenhuma condição nele. Aí você me pergunta: qual o papel dele na oposição? Para mim, sumir

“Lula não tem base até agora, tanto que nenhum projeto do governo foi pautado. A base do governo hoje é só a federação do PT. A distribuição de ministérios não funcionou

Independentemente de ser oposição, por princípio, sou a favor de haver uma âncora fiscal que limita gastos. Então vou votar a favor

Nem Dilma nem Palocci

Política econômica de Lula 3 não é a cara de ex-ministro nem a de ex-presidente

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma história"

O novo arcabouço fiscal mostrou que Lula-3 não é nem Lula-1 nem Dilma-1. É um governo que reconhece a necessidade de equilibrar as contas, mas vai tentar fazer isso gradualmente. Pode dar certo, pode dar errado, mas não há nada de maluco sendo proposto.

A boa notícia é que, pelos cálculos do economista Felipe Salto, ex-presidente da Instituição Fiscal Independente, a nova regra terá um efeito importante na evolução da relação dívida/PIB nos próximos anos.

Em uma entrevista para o site Brazil Journal, Salto afirmou que, em suas projeções anteriores, a relação dívida/PIB tinha tendência crescente chegando a 95,3% em 2032. Se a nova regra for aplicada, a projeção mostra esse número se estabilizando já em 2026-7.

Isto é, a nova regra, se for aplicada direito, deve evitar que a dívida pública brasileira saia de controle. Em condições normais, isso fará os juros caírem.

A má notícia é que, para cumprir a meta anunciada de zerar o déficit em 2024, serão necessárias medidas para aumentar a arrecadação. Enquanto essas medidas não forem anunciadas, permanecem dúvidas sobre a viabilidade dessas metas.

Resumindo, as chances da dívida não explodir no médio prazo melhoraram, mas as chances de o governo atingir os objetivos que propôs para si mesmo no curto prazo continuarão difíceis de calcular até que o pacote inteiro de medidas seja divulgado.

E as metas de curto prazo são balizas importantes: o governo investiu capital político ao anunciá-las, perderá se não as atingir. Se o PT pretende ser governo mais vezes no futuro, não deve desperdiçar credibilidade, como desperdiçou no primeiro governo Dilma.

Afinal, a proposta do governo Lula é uma boa sinalização para um horizonte mais longo: o governo de esquerda brasileiro está disposto a manter a trajetória da relação dívida/PIB sob controle impondo limites à sua própria capacidade de gastar os ganhos de arrecadação futuros.

Isso é um passo modesto, mas importante, em direção ao ideal de partidos sólidos que se veem como sócios de longo prazo da democracia. O PT sinaliza que tem algum interesse na saúde financeira do Estado cujo comando pretende disputar, às vezes ganhando, às vezes perdendo, por muitos anos.

Ainda há muito a caminhar nesse sentido, mas o que Lula propôs na quinta-feira foi um bom começo e deve ser visto em comparação com o que fizeram os governos de direita recentes.

A principal diferença entre o arcabouço fiscal de Lula e o teto de gastos de Temer é que Temer não limitou a si mesmo. O teto de gastos foi aprovado para o governo seguinte, que, por ainda não existir, não teve como reclamar na época em que o teto foi criado. Assim que o teto foi aplicado a um governo que existia —o governo Bolsonaro— o teto morreu, com ministro Chicago boy e tudo.

Ao contrário de Temer, Lula está aplicando um limite a si mesmo. Seria surpreendente se o limite aplicado por Lula a si mesmo não fosse mais flexível do que o limite aplicado por Temer a outras pessoas.

A política econômica de Lula 3 vai ganhando cara, para além do ruído dos últimos meses. Não é nem a cara de Antônio Palocci nem a de Dilma Rousseff. A equipe econômica até lembra a aliança PT/PSDB sonhada por Palocci. Mas as circunstâncias políticas são ainda piores do que as enfrentadas por Dilma.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. **Camila Rocha**, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), e o senador Flávio Bolsonaro (PL) Eduardo Anizelli - 6.fev.2023/Folhapress e Pedro Ladeira - 15.mar.2023/Folhapress

Movimento de Flávio no Rio mantém viva ameaça a Paes

Prefeito busca centrão, e Castro mira plano desvinculado do bolsonarismo

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A movimentação do senador Flávio Bolsonaro (PL) de colocar seu nome à disposição para a disputa da Prefeitura do Rio de Janeiro na eleição de 2024 mantém viva a ameaça feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao prefeito Eduardo Paes (PSD) durante a campanha eleitoral do ano passado.

Bolsonaro prometeu "dar o troco" em 2024 em Paes em razão do apoio do prefeito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e das críticas feitas à sua gestão no governo federal. Há, agora, expectativa sobre o real interesse pessoal do ex-presidente na disputa.

A entrada de Flávio na disputa ainda é vista com desconfiança no meio político carioca. A apresentação de seu nome para a candidatura tem sido vista como uma forma de manter voz ativa na escolha do adversário do prefeito da base eleitoral do ex-presidente.

O objetivo do senador também foi limitar as movimentações recentes do governador Cláudio Castro (PL), que vinha sinalizando a intenção de impor nome de sua preferência (dr. Luizinho, do PP, atual secretário estadual de Saúde) e ensaiando, para alguns, uma aproximação com Paes.

A entrada de Flávio na pré-campanha exigiu uma recomposição de Castro com o bolsonarismo, do qual vinha se afastando gradualmente desde o fim da campanha eleitoral.

O filho do ex-presidente também limitou as negociações de Eduardo Paes, que já conseguiu atrair a União Brasil para seu governo. A perspectiva de enfrentamento direto com a família Bolsonaro fez com que o prefeito conseguisse praticamente garantir a aliança com PT, PSB e PDT, mas dificultou a aproximação de outras siglas do centrão.

Bolsonaro deu a largada na disputa de 2024 pela Prefeitura do Rio de Janeiro no último dia da campanha presidencial do ano passado. Ao lado de Castro, o ex-presidente chamou Paes de vagabundo, mentiroso e mal-agradecido e ameaçou: "Ele vai ter o troco lá em 2024".

Em resposta, Paes provocou o ex-presidente a concorrer a disputa municipal. "Vem você disputar comigo em 2024."

A entrada de Flávio na pré-campanha contou com o aval do ex-presidente.

A confiança de que o projeto pode ser bem sucedido vem do resultado nas urnas da cidade no ano passado: apesar do empenho de Paes no segundo turno em favor de Lula, Bolsonaro venceu o petista na cidade com 52,7% dos votos válidos. O ex-presidente conseguiu até ampliar a diferença para Lula em relação ao primeiro turno.

Aliados do senador ressaltam também o relativo bom resultado obtido na disputa pela prefeitura em 2016, antes da eleição de Bolsonaro, quando Flávio se candidatou à revelia do pai e obteve 14% dos votos válidos. Ele teve apenas 64 mil a menos do que Pedro Paulo, nome de Paes da ocasião que também ficou fora do segundo turno.

Contudo, há dúvidas se Bolsonaro manterá o interesse na disputa, sob risco de derrota em seu domicílio eleitoral. Pessoas próximas ao senador afirmam que, desta vez, Flávio não vai contrariar a avaliação do pai sob risco de prejudicar seu projeto nacional.

> Ele vai ter o troco lá em 2024
>
> **Jair Bolsonaro**
> na campanha de 2022, em referência a Eduardo Paes

> Vem você disputar comigo em 2024
>
> **Eduardo Paes**
> em resposta a Jair Bolsonaro no ano passado

Aliados do senador afirmam que a movimentação visa, principalmente, impedir a dispersão dos bolsonaristas.

Um dos que ameaçavam se desgarrar era Cláudio Castro. O governador travava uma disputa interna pelo controle do PL-RJ sob risco de trocar de partido. Ao mesmo tempo em que atuou como avalizador do acordo no diretório estadual, Flávio disponibilizou seu nome.

Castro mantém bom diálogo com Paes, ativo que o prefeito pretendia usar para atrair o governador para sua aliança. Com a entrada do senador na pré-campanha, o governador viu seus movimentos limitados. Ele mantém a defesa da candidatura de dr. Luizinho, mas não fecha as portas para apoiar Flávio.

As negociações para 2024 entre Flávio e Castro esbarram nas pretensões de ambos para o pleito de 2026. O senador tem como projeto principal sua reeleição, enquanto o governador também almeja uma cadeira no Senado.

A próxima eleição oferece duas vagas por estado, mas a costura dos dois excluiria o senador Carlos Portinho (PL), eleito como suplente de Arolde de Oliveira, morto em 2020. Uma das opções é indicar Portinho como candidato a prefeito, caso o filho do ex-presidente opte por não concorrer.

Outra opção discutida dentro do PL-RJ é do deputado Eduardo Pazuello, ex- ministro da Saúde de Bolsonaro. Ele não demonstrou muito interesse na missão, mas mantém as conversas abertas.

Paes também tem a eleição de 2026 no mapa para as negociações de 2024. O prefeito deve disputar o governo estadual, o que torna a vice na chapa um espaço nobre para negociação. O prefeito vem insistindo em escolher o deputado federal Pedro Paulo (PSD) para o posto. Uma das possibilidades é que ele se filie a algum partido da aliança que está sendo formada, como a União Brasil.

Paes pretende manter esse desenho até as vésperas das convenções, a fim de ter uma carta na manga para atrair outros partidos, caso o cenário eleitoral assim imponha. Sua equipe diz que não teme enfrentar Flávio, e avalia não ser um empecilho para o quarto mandato à frente do município —o que o tornaria o político com mais tempo no comando da cidade da história.

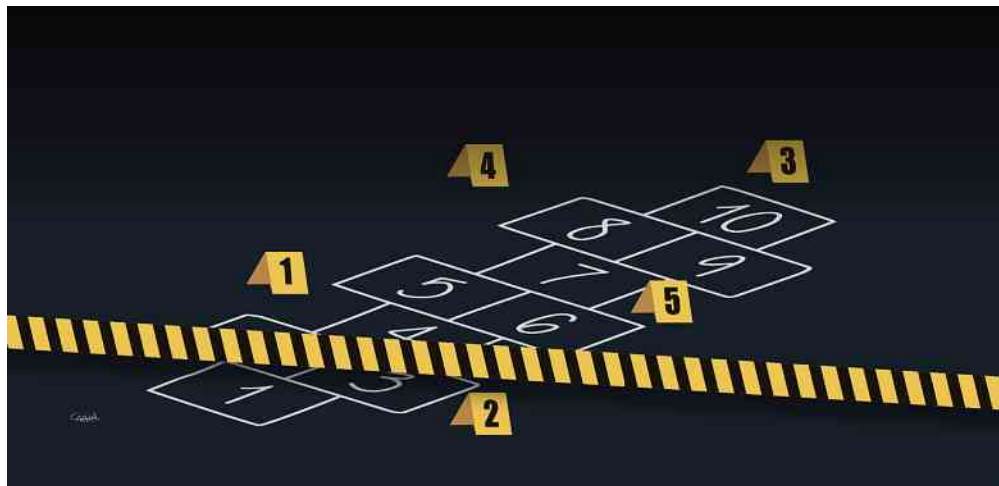
O prefeito já conseguiu atrair antecipadamente o PT para o projeto, ao lhe ceder três secretarias este ano.

O movimento, articulado pelo vice-presidente da sigla, Washington Quaquá, desagradou a ala que defendia deixar as negociações para o ano que vem a fim de que pudesse pleitear a vice da chapa. O deputado Lindbergh Farias advogava para que uma aliança com o deputado Tarcísio Motta (PSOL) permanecesse como uma opção.

O MDB-RJ é outro partido que Paes avalia tentar atrair. A sigla confirmou a pré-candidatura do deputado bolsonarista Otoni de Paula.

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

A semana violenta da Folha

Noticiário pesa, e editorial que normaliza bolsonarismo agride os leitores

José Henrique Mariante

Terça-feira (28), "Estudante de 13 anos mata professora a facadas em SP". Quarta-feira (29), "Covid mata 700 mil e vitima grupos mais vulneráveis". Não é toda semana que duas manchetes seguidas da **Folha** usam o mesmo verbo. Quem dera o problema fosse a falta de criatividade da Primeira Página.

O país é tão violento que fica difícil distinguir as várias ondas do problema. A memória sugeria que ataques em escolas estavam ficando frequentes, mas assusta saber que desde agosto do ano passado ocorrem mensalmente. A explosão de casos, afirmam especialistas, passa pelo isolamento da pandemia e o prolongado fechamento das escolas, mas também pela cooptação em redes sociais, jogos online, extremismo, misoginia e masculinidade tóxica. Mais de 700 mil morreram em decorrência do vírus, outros serão ceifados por esgarçamentos correlatos. Não é apenas o verbo que aproxima os noticiários.

No mesmo dia da tragédia da Vila Sônia, uma mulher de 28 anos invadiu sua antiga escola em Nashville, nos EUA, e abateu a tiros três crianças de 9 anos e três professoras. Carregava um rifle de assalto estilo AR15, semelhante ao HK que Jair Bolsonaro lamentou ter que devolver junto com as joias das arabias. HK é a marca alemã que deixou o mercado brasileiro em 2019 após pressão de acionistas; o produto da empresa, perceberam, estava sendo usado contra a própria população por um governo irresponsável. HK é o fuzil usado por um ex-PM para assassinar Marielle Franco. O garoto de 13 anos usou uma faca em São Paulo, mas tentou comprar uma arma pela internet. Como diria Elio Gaspari, ganha carteirinha de CAC quem não entendeu para o que serve o Estatuto do Desarmamento.

Será sempre difícil dissociar o bolsonarismo de sua atuação na pandemia, do atraso na vacinação, do descaso com a educação, do estrago ambiental, da violência armamentista, para ficar apenas em alguns pontos bem documentados de seu legado. A polarização política certamente piora a percepção. Daí a revolta de muitos leitores da **Folha** com o editorial "Bolsonaro de volta", publicado na noite de quinta-feira (30) no site e alterado na manhã seguinte junto com a publicação de um Erramos.

No texto, que trabalha hipóteses sobre o papel do ex-presidente daqui para frente, o último parágrafo traz a seguinte assunção: "O bolsonarismo até poderia, se abandonasse a violência e o autoritarismo, liderar uma oposição saudável ao PT. Esse não é, infelizmente, o desfecho mais provável".

O período já seria suficientemente polêmico, mas quis o acaso que um Erramos o magnificasse: "Por erro da Redação, foi publicada uma versão anterior deste editorial, com uma conclusão diferente da aprovada para a edição impressa". A "conclusão diferente", que as redes sociais salvaram e bombardearam de volta ao ombudsman, é a de que "o bolsonarismo pode dar vigor à política brasileira". Ou seja, a intenção inicial do redator, ainda mais controversa, fora refreada, nutrindo a ideia de que a **Folha** é antipetista ou, pelo visto, bolsonarista.

Há diferença considerável entre as duas pechas, basta voltar ao começo da semana ou desta coluna. Ou a agosto de 2022, quando a **Folha** ruidosamente denunciava as investidas do bolsonarismo contra a democracia, e a espiral de fúria em escolas silenciosamente começava. "Se abandonasse a violência e o autoritarismo" continuaria não sendo opção, gritam agora os leitores.

Imagens fortes

O país importa o conservadorismo americano, mas não o prurido de dispensar imagens violentas na mídia. Na segunda-feira (27), boa parte da imprensa nacional, incluindo a **Folha**, pôs no ar o ocorrido na escola da Vila Sônia. No meio da tarde, o jornal derrubou o vídeo sem dar explicações. Na TV Globo, a exposição foi sendo encurtada com o passar do dia. No fim, no Jornal Nacional, a ação acabou congelada momentos antes do ataque à professora. O narrador explicou que a violência proibia mostrar a continuação.

Nos dois veículos desperdiçou-se a oportunidade de explicar ao público que as cenas e até mesmo o noticiário em torno delas poderiam estimular novos eventos, conforme demonstram estudos.

O caso em Nashville, porém, produziu inflexão importante. Se a escrita inicial se manteve, sem imagens do ataque ou das vítimas, o dia seguinte foi marcado pela divulgação de seis minutos editados de captação das câmeras corporais de agentes que invadiram a escola e mataram a atiradora. Não é estratégia nova ou transparência, só reação a um debate originado em massacre anterior, quando surgiram acusações de leniência. A polícia, lá e aqui, pensa apenas em si quando fornece imagens.

The New York Times descreveu as cenas em texto, mas não as publicou. The Washington Post as exibiu. Lembram absurdamente um game, só que com uma vida perdida de verdade.

Juliana Freire

Precatórios e aeroportos

Os donos das terras do Galeão micaram

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

A empresa espanhola Aena pretende pagar 50% (R$ 1,16 bilhão) da outorga da concessão do aeroporto de Congonhas com precatórios. Esse é o nome dado a dívidas da Viúva, reconhecidas pela Justiça e caloteadas pelos governos.

A lei permite que esses espetos sejam usados em transações com o poder público. O caso expõe o preço da voracidade dos governos e a balbúrdia jurídica de Pindorama. Enquanto precatórios servem para quitar a outorga de um aeroporto, vale a pena ir a outro, o do Galeão.

Na década de 1940, durante a ditadura do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas resolveu construir um novo aeroporto no Rio de Janeiro. Oficiais foram à ilha do Governador e escolheram a área. Com uma canetada, ela foi desapropriada, e os proprietários das terras foram tungados.

Começou uma batalha jurídica. Os lesados tiveram seu direito reconhecido em 1951 e assim surgiu a figura do "precatório do Galeão". O governo devia, não pagava, e os papéis — desvalorizados — iam de mão em mão.

No final do século passado, chegou-se a armar uma operação pela qual, com valor de face, quitariam a dívida do Jornal do Brasil com a Viúva. A notícia se espalhou e tanta gente comprou precatórios do Galeão que o negócio foi à breca.

Em 1990, o Supremo Tribunal Federal mandou que se promovesse a execução da sentença. Em 1997 o processo sumiu. Quatro anos depois, foi encontrado por um pastor num banco da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em São Cristovão.

A disputa recomeçou, mas em 2011 a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o litígio estava prescrito por decurso de prazo. O fato de o processo ter sumido por quatro anos foi desconsiderado. Em novembro passado o STJ fechou o caso.

Segundo o governo, caso a indenização tivesse que ser paga, a conta ficaria em R$ 50 bilhões, dinheiro suficiente para arrematar quase todos os aeroportos do país.

Trégua nas Americanas

Os bancos e a rede varejista Americanas entraram numa trégua. Equipes de advogados estão costurando os detalhes de um acordo. Nele, os três grandes acionistas (Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira) colocam entre R$ 10 bilhões e R$ 12 bilhões na empresa.

A costura de um acordo final pode levar de duas semanas a um mês.

Detalhe

Feita a paz no rolo, resta um detalhe lateral: ainda não se conhecem os nomes e os motivos dos diretores da Americanas que venderam cerca de R$ 240 milhões de ações da empresa no trimestre em que ela emborcou.

Essa bola está com a Comissão de Valores Mobiliários.

O valor do silêncio

O doutor Roberto Campos Neto perdeu uma oportunidade de usufruir das virtudes do silêncio.

Ao ser perguntado o que achava da proposta fiscal do governo, disse que lhe parecia "bastante razoável" e acrescentou: "Mas não quero fazer comentário antes de ver o arcabouço final".

Quem não quer fazer comentário, comentário não faz.

Continua valendo o conselho do presidente americano Calvin Coolidge (1923-1929): "Se você fica calado, nunca volta atrás".

Vara maldita

A 13ª Vara Federal de Curitiba tem alguma urucubaca. Depois de ter sido ocupada por Sergio Moro, nela está agora o juiz Eduardo Appio, que em pouco tempo notabilizou-se pelo desempenho espetacular.

Appio passou por um constrangimento em 2015, quando se tornou público que o ex-deputado petista André Vargas havia pago R$ 980 mil por uma casa quando a escritura mencionava o valor de R$ 500 mil.

Interrogado pelo então juiz Sergio Moro, Vargas explicou que o valor inferior atendia a um pedido do corretor, por solicitação do proprietário.

A casa pertencia ao juiz Eduardo Appio. À época ele explicou que o valor de R$ 500 mil para a escritura foi aceito depois de um pedido de Vargas ao corretor. E mais: "Para mim não faria diferença, havia isenção porque era meu único imóvel, não haveria diferença de imposto".

Em sua declaração de imposto de renda, Appio lançou o valor real da compra: R$ 980 mil.

Condenado a 18 anos de prisão, Vargas está em liberdade condicional.

Madame Natasha

Natasha tem horror a notícias falsas e acredita que é bem-vinda qualquer iniciativa para combatê-las. O governo criou o portal Brasil Contra Fake para apontar mentiras. Não explicou sua metodologia nem se obrigou a contestar mentiras com fatos.

A senhora deixa de lado essa parte relevante, mas prossegue no seu combate em defesa do idioma. Ela concedeu uma de suas bolsas de estudo ao autor do seguinte texto:

"A Controladoria-Geral da União continua sua missão no combate à corrupção. De acordo com o órgão, opor a prevenção ao combate é apenas um falso dilema. O combate à corrupção faz parte da missão definida no planejamento estratégico do órgão."

De acordo com nota no site da CGU: "É falsa a ideia de que a transformação da Secretaria de Combate à Corrupção em duas Secretarias — a Secretaria de Integridade Pública e a Secretaria de Integridade Privada — com a reinserção das atividades de operações especiais no âmbito da Secretaria Federal de Controle Interno e a realocação das atividades de inteligência, ciência e dados e informações estratégicas na Secretaria-Executiva do órgão signifique que a CGU pretenda priorizar a prevenção em detrimento do combate à corrupção.".

Natasha acredita que o portal governo quis falar bem do governo, testando o fôlego que quem o lê.

Ofensa a Vitorino

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, é um craque, cobrou diárias à Viúva para ir a um evento de quadrúpedes. Empregou na Câmara dos Deputados seu piloto e o gerente do seu haras, no município de Vitorino Freire, no Maranhão.

O doutor deveria cuidar da troca do nome do município onde cuida de seus animais. Vitorino Freire (1908-1977) foi deputado, senador e disputou com ferocidade o controle político do Maranhão com José Sarney. Deve-se a ele a divulgação da figura dos jabutis na política brasileira. Viveu num apartamento da rua Tonelero, em Copacabana, e só deve ter montado em cavalos durante campanhas eleitorais.

Com notável senso de humor, gostava de repetir uma frase de Gilberto Amado: "Vantagem de homem feio é que mulher burra não persegue".

Prisões especiais

A decisão do Supremo Tribunal Federal de acabar com o direito à prisão especial para quem tem curso superior poderá estimular a melhoria das condições dos cárceres nacionais.

A menos que o andar de cima patrocine uma gambiarra.

André Lara disse tudo

André Lara Resende disse tudo na sua entrevista à repórter Miriam Leitão, quando tratou dos economistas que defendem a atrofia do Estado:

"Essa [é a] visão dominante entre os economistas do mercado financeiro. Quem aparece na grande mídia são 99% os economistas que trabalham no mercado financeiro. Eles falam consigo mesmo. E eles aparecem na mídia. E a grande mídia está completamente dominada por essa percepção, essa visão de mundo."

Lula dá mau exemplo de fake news, diz Moro

Presidente sugeriu, sem provas, "armação" após operação que desarticulou plano do PCC para matar autoridades

Thiago Amâncio

CAMBRIDGE (EUA) O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) criticou neste sábado (1º) a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que o plano descoberto pela Polícia Federal de um atentado da facção criminosa PCC contra ele e outras autoridades teria sido uma "armação".

"Nós temos toda uma preocupação de informação, fake news, discurso de ódio, e tivemos um mau exemplo do nosso mandatário maior, do presidente da república, nas últimas duas semanas", disse Moro à **Folha**.

Ministro do governo de Jair Bolsonaro, Moro foi juiz da Operação Lava Jato e depois declarado parcial pelo STF (Supremo Tribunal Federal) nos casos referentes ao atual presidente da República. Por isso, todas as suas decisões sobre o petista foram anuladas.

A fala de Moro à reportagem ocorreu nos Estados Unidos pouco antes de participar da Brazil Conference, evento organizado por alunos das universidades Harvard e MIT (Massachusetts Institute of Technology), em Cambridge, na região de Boston.

Moro afirmou que soube do plano no fim de janeiro e, desde então, reforçou o esquema de segurança, que "se mantém até que possamos ter um cenário mais tranquilo".

O senador afirmou que vai aderir a uma CPMI do crime organizado para "supervisionar as políticas públicas de segurança do governo federal".

"O que todos esses eventos revelam é que a gente tem que lutar contra o crime organizado, por isso apresentei um projeto de lei para fortalecer a proteção aos agentes de lei e também criminalizar o planejamento de atentados contra os agentes de lei", disse.

Na semana passada, a Polícia Federal cumpriu 11 mandados de prisão e uma série de diligências para desarticular um plano do PCC que estaria em andamento para atacar autoridades, incluindo Moro, ex-juiz da Lava Jato.

A PF afirma em pedido de prisão enviado à Justiça que o plano de ataque era iminente e que a facção monitorou locais que o ex-ministro frequentava.

A operação dividiu o governo Lula. Enquanto o presidente e alguns assessores próximos acirraram a disputa com opositores ao sugerir, sem provas, uma "armação" de Moro no caso, outros aliados iniciaram uma operação para tentar corrigir o discurso oficial.

O senador e ex-juiz Sergio Moro (União Brasil - PR) em conferência nos EUA Reprodução/Brazil Conference

Moro foi o juiz responsável por uma série de condenações pela Lava Jato, inclusive a que manteve o hoje presidente Lula preso por 580 dias entre 2018 e 2019.

No final de 2018, Moro abandonou a magistratura para, no ano seguinte, assumir o cargo de ministro da Justiça da gestão de Bolsonaro.

Em 2020, deixou o governo e, em 2021, foi considerado parcial pelo STF em condenação de Lula.

O ex-juiz se filiou ao Podemos para disputar a Presidência em 2022. Acabou decidindo concorrer a senador pela União Brasil e foi eleito.

Neste sábado, questionado sobre a volta do ex-presidente Bolsonaro (PL) ao Brasil, ele ele não quis comentar.

Durante palestra com o tema "Regulação e Transparência na Era da Desinformação", Moro voltou a citar o episódio de Lula e PCC e afirmou que "o governo atual também já incorreu em desinformação".

Além de Lula, também criticou "igualmente falas do secretário de comunicação do governo", que criticou a juíza Gabriela Hardt por ter tirado o sigilo da operação.

Moro se manifestou contra o projeto de lei do governo federal de regulação de redes sociais, que ainda será discutido no Legislativo, e destacou dois elementos que considera mais problemáticos.

O primeiro, diz, a criação de uma agência vinculada ao Poder Executivo para regular as redes, que segundo o senador pode incorrer em censura. Em segundo lugar, continua, artigo do texto que proíbe a publicidade em redes sociais de coisas que podem violar leis ou direitos fundamentais da Constituição, o que, para Moro, "é muito vago".

"Quando a gente vê o próprio governo atual envolvido em desinformação e propagação em discursos de ódio, não tem condições de assumir essa posição [a favor da regulação das redes sociais]".

Moro defendeu que "as mídias sociais potencializaram a expressão e o acesso a informação" e disse se preocupar quando as redes são acusadas de serem "um perigo para a democracia".

Ele fez uma ressalva de que "não concorda com qualquer espécie de incitação" à violência, mas não citou as convocações em redes sociais para atos antidemocráticos que terminaram com o ataque aos Três Poderes em 8 de janeiro.

O senador então foi rebatido pelo atual ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius de Carvalho.

"Queria tranquilizar o senador Sergio Moro em relação a essa questão do controle de conteúdo. Tenho certeza que não é nem um pouco a intenção do governo Lula censurar o que as pessoas dizem ou não nas redes sociais, controlar as suas falas ou qualquer coisa desse tipo, o governo Lula não é o governo Bolsonaro", ao que a plateia aplaudiu.

Ainda no evento, Carvalho afirmou que é preciso diferenciar "uma fala específica" da "estratégia deliberada de desinformação" que segundo ele ocorreu no governo Bolsonaro, "o que aniquila o debate democrático".

"Não significa controlar o que as pessoas falam, se a gente conseguir eliminar fatos que são notoriamente inverídicos já será um grande avanço."

Estátua da Justiça diante da sede do STF após ataque golpista de janeiro Pedro Ladeira - 9.jan.2013/Folhapress

STF nunca teve ministros de 6 estados e do Distrito Federal

Concentração de magistrados de Sul e Sudeste aumentou nos últimos anos

Angela Pinho

SÃO PAULO A possível indicação de mais um homem branco para o STF (Supremo Tribunal Federal) abriu debate sobre a falta de diversidade na corte. Mas a questão não se restringe a gênero ou cor. Também no recorte regional o tribunal está longe de espelhar as características da população brasileira.

Na história do STF na República, nunca houve um ministro nascido em seis estados do país (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins), além do Distrito Federal.

Segundo dados do tribunal, as unidades da federação que mais tiveram representantes na corte foram Rio de Janeiro (33), Minas Gerais (30), São Paulo (26) e Rio Grande do Sul (18). Em seguida, vêm Bahia e Pernambuco, com 14 e 11 ministros cada um, respectivamente.

A cara "sudestina" que marca a corte se consolidou desde a redemocratização do país.

Atualmente, de 11 ministros, 7 vieram do Sudeste, 2 do Sul, 1 do Nordeste, 1 do Centro-Oeste e nenhum do Norte, considerando-se o local de nascimento.

Para que a composição fosse representativa das cinco regiões do país, teria que ter algo próximo a 4 ou 5 ministros do Sudeste, 1 a 2 do Sul, 3 do Nordeste, 1 do Centro-Oeste e 1 do Norte.

> A composição do STF concentrada em membros originados do Sudeste e do Sul atrofia o projeto de democratização e pluralização da Constituição Federal de 1988
>
> **Samuel Vida**
> professor de direito da UFBA

Uma vez que cada ministro pode ficar no cargo da sua nomeação até completar 75 anos, a responsabilidade pela cara do Supremo não é de apenas um presidente. Atualmente, há ali ministros nomeados por cinco mandatários.

Gilmar Mendes, por Fernando Henrique Cardoso (PSDB); Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, por Lula (PT); Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Luiz Fux e Rosa Weber, por Dilma Rousseff (PT); Alexandre de Moraes, por Michel Temer (MDB); André Mendonça e Kassio Nunes Marques, por Jair Bolsonaro (PL).

Todos esses presidentes contribuíram de alguma forma para a concentração de ministros com origem no Sudeste e no Sul, que aumentou ao longo do tempo.

No primeiro dia de Sarney como presidente, havia quatro ministros de fora do Sul e Sudeste: Aldir Passarinho, Carlos Madeira, Djaci Falcão e Rafael Mayer, todos do Nordeste.

Quando Collor tomou posse, esse número caiu para dois.

De Itamar Franco em diante, a fotografia da corte no dia da posse presidencial só teve no máximo um ministro do Nordeste e nenhum do Norte. Nos casos de Temer, Bolsonaro e do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), nenhum de nenhuma das duas regiões.

Nascido em Diamantino (MT), Gilmar tem sido desde a nomeação o único ministro com origem no Centro-Oeste. Ex-procurador da República e advogado-geral da União, ele construiu sua carreira em Brasília.

Atualmente, Kassio Nunes Marques, de Teresina (PI), escolhido por Bolsonaro, é o único ministro nordestino da corte.

Caso se confirme a nomeação de Cristiano Zanin, um dos principais cotados à vaga de Lewandowski que se abre neste mês, o perfil regional da corte será mantido.

Advogado e amigo de Lula, Zanin é de Piracicaba, interior de São Paulo, e tem escritório na capital paulista. A partir de um recurso seu, o petista teve condenações anuladas porque o Supremo considerou parcial o ex-juiz Sergio Moro.

O próprio presidente disse no início deste mês que "todo mundo compreenderia" caso ele indicasse o amigo ao STF.

Lula disse depois que ainda não sabe quem vai indicar e que não tem compromisso assumido com nenhum candidato. Por outro lado, exaltou o defensor de seus processos relacionados à Operação Lava Jato. "O Zanin foi a grande revelação jurídica nesses últimos anos", afirmou.

Sem citar o advogado de Lula, a professora Flávia Santiago Lima, da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco, diz que uma maior diversidade regional no STF seria importante para dar legitimidade ao tribunal e reforçar o sistema federativo do Brasil.

Ela aponta que, na pauta de temas que podem, eventualmente, ser julgados pelo Supremo, há questões que dizem respeito a especificidades das regiões do país.

Entre os exemplos citados pela professora estão intervenção estatal em setores econômicos, como o sucroalcooleiro; demarcações de terras; legislações estaduais de proteção ambiental; e limitações constitucionais à legislação tributária dos estados.

Professor de direito da UFBA (Universidade Federal da Bahia), Samuel Vida avalia que há uma normalização da atitude política que chama de "sudestinocêntrica" no país, em prejuízo da pluralidade regional.

"Neste sentido, a composição do STF concentrada em membros originados do Sudeste e do Sul atrofia o projeto de democratização e pluralização da Constituição Federal de 1988", diz.

Em sua opinião, não deve haver um critério formal de representatividade regional na corte, mas a concentração de ministros com origem em uma única região pode comprometer a capacidade do tribunal de refletir a complexidade da sociedade brasileira.

"As próximas vagas a serem indicadas pelo presidente Lula, no delicado contexto de retomada do processo democratizante, oferecem uma oportunidade ímpar para corrigir as atuais distorções, incluindo, também, a contemplação de outras variáveis relevantes para o reconhecimento da pluralidade nacional, como raça, etnia, gênero e sexualidade", diz.

Diversidade regional no STF

6 estados e o DF nunca fizeram ministro do STF

Nº de ministros por estado

Por governo pós-redemocratização

Próximas aposentadorias no STF

Governo 2023-2026
- Ricardo Lewandowski (abr.23)
- Rosa Weber (out.23)

Governo 2027-2030
- Luiz Fux (abr.28)
- Cármen Lúcia (abr.29)
- Gilmar Mendes (dez.30)

Governo 2031-2034
- Edson Fachin (fev.33)
- Luís R. Barroso (mar.33

Governo 2039-2042
- Dias Toffoli (nov.42)

Governo 2043-2046
- Alexandre de Moraes (dez.43)

Governo 2047-2050
- Kassio Nunes Marques (mai.47)
- André Mendonça (dez.47)

Barroso diz que eventual aposentadoria antecipada é especulação

Thiago Amâncio

CAMBRIDGE (EUA) O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso negou neste sábado (1º) o que chamou de "especulação" sobre uma eventual antecipação de sua aposentadoria na corte.

"É uma especulação que deve vir de alguém que está querendo a minha vaga. Eu na verdade não tenho nenhum plano nesse sentido", disse o ministro à **Folha** nos Estados Unidos durante a Brazil Conference, evento organizado por alunos das universidades Harvard e MIT (Massachusetts Institute of Technology) em Cambridge, na região de Boston.

Barroso tem 65 anos, 10 a menos do que o estabelecido para se aposentar por idade no STF, e deveria deixar a corte apenas em 2033. Se o fizer, aumenta para três o número de ministros que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicará até o fim de seu mandato.

A primeira indicação será para substituir o ministro Ricardo Lewandowski, que deixa a corte no dia 11. A segunda será para o lugar de Rosa Weber, que completa 75 anos em outubro.

Barroso assume a presidência do STF em outubro para um mandato de dois anos e especula-se que poderia deixar o tribunal ao final desse período, em 2025.

Em palestra mais cedo, falou o professor de Harvard Steven Levitsky, autor de "Como as Democracias Morrem", que citou os ataques de 8 de janeiro.

Para Levitsky, a resposta das instituições e da direita brasileira foi "muito mais saudável" e vigorosa do que o que ocorreu na invasão do Congresso americano em 6 de janeiro de 2021.

Barroso também foi atacado naquela data, quando manifestantes picharam a estátua A Justiça, que fica na frente do STF, com a frase "perdeu, mané", dita pelo ministro a bolsonaristas em novembro em Nova York, quando foi alvo de protestos em evento que reuniu outros juízes da corte.

Questionado após a palestra sobre a avaliação do cientista político americano, Barroso concordou. "Mesmo pessoas que tenham sido eleitoras do ex-presidente [Jair Bolsonaro] ficaram indignadas com aquelas cenas de barbárie", disse. "A reação que a sociedade brasileira teve revelou uma grande maturidade democrática, vinda de pessoas de ambos os lados do espectro político", afirmou.

Páginas bolsonaristas nos Estados Unidos chegaram a compartilhar a programação da Brazil Conference alertando para a presença de Barroso em Harvard, mas não houve protestos até a tarde de sábado.

Um dos cientistas políticos mais renomados da atualidade, Levitsky afirmou que "o nível de descontentamento em quase todos os países da região [América Latina] é incrivelmente alto" e que, se Lula não conseguir dar respostas às demandas da sociedade, "o que não é totalmente possível", pode haver "facilmente a eleição de uma outra alternativa populista em 2026", mesmo que "retirar um líder autoritário do poder [Bolsonaro] tenha sido uma coisa grande, que não acontece tão frequentemente".

mundo

Manifestante vestido de Jesus Cristo diante de fogueira durante ato contra a reforma da Previdência de Emmanuel Macron, em Paris Julien de Rosa - 28.mar.23/AFP

Europa entra em ebulição com fogo de greves nacionais em série

França, Alemanha e Reino Unido são exemplos mais recentes de cenário de reivindicações sociais

Fernanda Mena e Ivan Finotti

TOULOUSE (FRANÇA) E MADRI O rei Charles 3º não teve sorte em suas primeiras viagens internacionais desde que assumiu o trono do Reino Unido. Ambas foram marcadas pela onda de reivindicações sociais que vem tomando as ruas da Europa e que promete ganhar força também entre os britânicos.

O primeiro destino do monarca deveria ter sido Paris, mas a visita foi cancelada às pressas depois da escalada de conflitos nos protestos contra a reforma da Previdência de Emmanuel Macron. Na véspera da chegada de Charles à França, os atos tiveram forte presença de estudantes e de black blocs, sem contar o já tradicional mar de sindicalistas, e deixaram um rastro de fuligem e de destruição na capital francesa.

Na última quarta (29), Charles e a rainha-consorte, Camilla, foram então para Berlim, na Alemanha, dois dias depois de uma greve geral de trabalhadores dos transportes por aumento de salários frente à alta da inflação. A paralisação tumultuou o dia dos alemães e envolveu transporte aéreo, terrestre e ferroviário.

O próprio Reino Unido enfrentou a maior greve da história de seu sistema de saúde, o NHS. No total, cerca de meio milhão de trabalhadores entraram em greve nos últimos meses. Além disso, a Itália também teve que lidar com uma greve nacional que fechou os postos de gasolina do país em janeiro.

São as quatro maiores economias da Europa, o que diz muito sobre a situação do continente. Soma-se à quadra Portugal, que vem enfrentando paralisações de professores, de oficiais de Justiça e de trabalhadores do setor de transportes.

"Os vários movimentos europeus por melhores condições de trabalho olham uns para os outros, o que gera um processo de mimetização e de disseminação pelo contexto comum contra o qual se colocam", afirma Bruno Palier, diretor de pesquisas do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Science Po), sobre as razões desse cenário de Europa em ebulição.

Para ele, os países desenvolvidos compartilham uma crise e uma revolução no campo do trabalho que se explica, entre outros fatores, pelo contexto de informatização, competição internacional e gerenciamento vertical de corporações, em detrimento das classes médias e menos qualificadas.

"A alta do desemprego e as mudanças no regime de trabalho trazidas pela pandemia da Covid-19 fizeram os trabalhadores se mobilizarem nesses países", diz o cientista político. "Essa é uma revolução que foi silenciosa nos últimos 20 anos, mas que agora não quer mais se calar."

Outras peças no tabuleiro fazem deste momento uma tempestade perfeita. A inflação de 1% ao mês, antes impensável para a Europa, já é realidade mesmo em países

> "As mudanças no regime de trabalho trazidas pela pandemia da Covid-19 fizeram os trabalhadores se mobilizarem nesses países. Essa é uma revolução que foi silenciosa nos últimos 20 anos, mas que agora não quer mais se calar
>
> **Bruno Palier**
> diretor de pesquisas do Instituto de Estudos Políticos de Paris

notórios por sua estabilidade, como a Suécia. "A inflação não era tão alta aqui desde o final da década de 1980", avalia Annika Alexius, professora do departamento de Economia Nacional da Universidade de Estocolmo.

Se, por um lado, a alta da inflação atua como incentivo para trabalhadores tomarem as ruas por melhores condições e salários, o efeito das paralisações provoca estragos em vários setores da economia. Na França, entidades do setor hoteleiro de Paris acusam o cancelamento de 20% de suas reservas para o mês de abril por conta da turbulência social. O setor de transporte aéreo também sofreu com os distúrbios.

O diretor-executivo da EasyJet, Johan Lundgren, disse na última semana que a empresa tem sido "duramente atingida" pelos cancelamentos de voos nos principais aeroportos da França, e a Ryanair precisou acionar a Comissão Europeia para que se instituam regras mínimas de serviço durante as greves.

Outro ponto inescapável para entender o cenário de instabilidade é a Guerra da Ucrânia, que adicionou toneladas à carga do custo energético dos europeus. Situações beirando o absurdo, como a do sorveteiro italiano que recebeu uma conta de luz de R$ 27 mil, tornaram-se relativamente comuns no continente. Na virada do ano, o funcionário de um mercado beneficente para pessoas em situação de risco econômico disse que alguns dos frequentadores estavam usando velas para esquentar comida.

Na Alemanha, a greve foi um momento raro porque unificou duas grandes centrais sindicais, a EVG e a Ver.di, e desencadeou protestos nacionais num país acostumado a mobilizações circunscritas e à busca de consensos por meio de negociações. Essa cultura parece estar em rápida transformação e, desde o início do ano, os alemães viram greves se multiplicarem em escolas, hospitais e serviços postais.

Nesse contexto, a Federação Aeroportuária Alemã (DAV) denunciou uma estratégia de "greves crescentes no modelo da França", ao que o presidente do Ver.di, Frank Werneke, respondeu: "Um conflito social que não tem repercussões é um conflito social inofensivo".

A citação à França, é claro, não é por acaso. Os franceses são conhecidos mundialmente tanto pelas baguetes como pelos protestos populares. Na Inglaterra, para ironizar o outro lado do Canal da Mancha, os britânicos costumam perguntar: "Qual é mesmo a greve da semana na França?".

A própria palavra "greve" foi emprestada da antiga Place de Grève, hoje uma praça de concreto às margens do rio Sena renomeada para Place de l'Hôtel-de-Ville. Mas era ali que, após a Revolução Francesa, grupos de operários e desempregados costumavam se reunir para reivindicar melhores condições de trabalho.

Quase 250 anos depois, os franceses continuam a inspirar o mundo e o Reino Unido quando o assunto é ir às ruas. Nas últimas semanas, a hashtag #BeMoreFrench ("seja mais francês", em inglês) tem sido usada nas discussões sobre a suposta apatia britânica diante da deterioração dos serviços públicos, dos salários e da inflação.

Os britânicos evocam não só a resistência e a fúria que alguns franceses têm demonstrado nos atos, como também o fato de não perderem a pose mesmo diante de adversidades como pilhas de lixo incendiadas ou forte repressão policial.

Entre as imagens mais compartilhadas sob a hashtag estão vídeos em que uma multidão empurra uma barreira de policiais em Paris, a foto de um homem nos protestos de Rennes que fuma seu cigarro imerso em brumas de gás lacrimogêneo e o vídeo de um casal que toma seu vinho num bar em Bordeaux com uma fogueira feita por manifestantes queimando ao fundo.

Um editorial do diário britânico The Telegraph consagrou a expressão na semana passada ao escrever que, quando o assunto é protesto, a população do Reino Unido é "britânica demais" e que "quando se trata de aposentadoria pública, nós deveríamos todos ser mais franceses".

Greves na Europa

Alemanha
De escolas, hospitais e correios, as incomuns greves desembocaram em paralisação do setor de transporte

França
Greve geral desencadeada por reforma da Previdência proposta por Emmanuel Macron resultou em protestos violentos e toneladas de lixo nas ruas de Paris

Reino Unido
Maior greve da história do sistema de saúde britânico mobilizou meio milhão de trabalhadores em fevereiro e março

Itália
Quatro meses após assumir, a primeira-ministra Giorgia Meloni enfrentou greve nacional que fechou bombas de gasolina por todo o país

Portugal
Série de greves do setor educacional reuniu milhares de professores e auxiliares de ensino em manifestações em várias regiões

Homem joga iogurte em mulheres no Irã que estavam sem véu

BELO HORIZONTE Mãe e filha faziam compras em uma mercearia próxima de Mashhad, cidade sagrada no Irã. Elas esperavam na fila, enquanto o dono da loja cobrava de outros três clientes. A cena, apesar de corriqueira, se destacou por uma questão: as duas estavam com os cabelos à mostra, contrariando a lei do Irã que obriga mulheres a vestirem o hijab. Na mesma cena, aliás, uma terceira mulher usava o véu islâmico.

Um homem, que aparentemente também fazia compras na mercearia, começou então a discutir com as duas mulheres. De acordo com o registro de câmeras de segurança, as duas o escutavam, mas ele aparentava ficar com cada vez mais raiva. Até que o homem pega o que parece ser um pote de iogurte e joga a substância sobre as cabeças das duas mulheres, sujando de branco os seus cabelos escuros.

A ação gerou espanto em quem estava na mercearia na última quinta (30), e o dono da loja aparece no vídeo correndo para empurrar o agressor para fora do estabelecimento.

A cena repercutiu na mídia estatal e nas redes sociais. O alvoroço foi tão grande que o presidente do país, Ebrahim Raisi, manifestou-se neste sábado (1º). "O hijab é hoje uma questão legal", disse, sem deixar dúvidas acerca de sua posição no embate ideológico.

Homem joga iogurte em iranianas Reprodução/Michael Dickson/Twitter

Mas o regime foi além da retórica e puniu todos os envolvidos no episódio: as duas mulheres foram detidas por cometerem "ato proibido", e o agressor, por "cometer atos injuriosos e perturbar a ordem". Já o dono da loja recebeu notificações para que "cumpra os processos legais de acordo com os regulamentos em vigor". Há relatos de que sua loja chegou a ser temporariamente fechada em rezão do episódio, e ele deve ser intimado a prestar esclarecimentos à Justiça.

Sob a lei islâmica do Irã, imposta após a revolução de 1979, as mulheres são obrigadas a cobrir seus cabelos e a usar roupas largas para disfarçar suas silhuetas. As infratoras enfrentam repreensão pública, multas ou prisão.

Em setembro de 2022, porém, eclodiram protestos massivos no Irã após a morte sob custódia da polícia moral de Mahsa Amini, uma mulher curda de 22 anos presa em Teerã por supostamente descumprir o código de vestimenta do país. Centenas de manifestantes e dezenas de policiais foram mortos durante as manifestações. Outros milhares foram presos. Além disso, o regime iraniano condenou ao menos 20 manifestantes à pena de morte. Alguns foram enforcados em praça pública.

Com Reuters e AFP

COMO CHEGAMOS AQUI?

O TikTok se tornou símbolo das disputas tecnológicas e comerciais entre EUA e China na Guerra Fria 2.0. Nas últimas semanas, ao menos oito países aliados de Washington anunciaram restrições contra o aplicativo. O CEO da plataforma, Shou Zi Chew, depôs no Congresso americano em meio a preocupações sobre privacidade e propaganda. Pequim nega que tenha acesso a dados do app.

FOLHA EXPLICA

Como o TikTok chegou à disputa geopolítica entre EUA e China

Aliados de Washington limitam acesso ao aplicativo alegando questões de segurança

O CEO do TikTok, Shou Zi Chew, durante depoimento no Congresso americano, em Washington Olivier Douliery - 23.mar.23/AFP

Clara Balbi

SÃO PAULO Com mais de 1 bilhão de usuários, o TikTok deixou há muito de ser uma plataforma de dancinhas virais. Criado pela "fábrica de aplicativos" chinesa ByteDance, é uma das poucas redes sociais ainda em expansão em um momento em que muitas grandes empresas do setor cortam recursos e funcionários. E está no centro da disputa geopolítica da vez, a Guerra Fria 2.0 protagonizada por Estados Unidos e China.

A ofensiva americana contra o aplicativo, iniciada ainda no governo Donald Trump, alcançou patamares inéditos nas últimas semanas. De um lado, ela se espalhou pelo globo, com ao menos oito aliados do país proibindo o acesso à plataforma a partir de redes governamentais só em março. De outro, a escalada das tensões entre Washington e Pequim após a crise dos balões fez os políticos americanos radicalizarem seu discurso anti-China —o que ficou evidente na verdadeira sessão de fritura do CEO do TikTok, Shou Zi Chew, no Congresso americano.

Entenda o que está em jogo na disputa e seus possíveis desfechos. As informações são de Fernanda Magnotta, coordenadora do curso de relações internacionais do Centro Universitário Faap (Fundação Armando Álvares Penteado), e de Luca Belli, coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas e professor da FGV Direito Rio.

*

Quais são as acusações dos EUA contra o TikTok?
O governo americano tem duas grandes suspeitas em relação à rede social. A primeira é que ela seja usada pelo regime chinês para espionar cidadãos americanos. Como outros aplicativos, como Facebook e Instagram, o TikTok coleta todo tipo de dados de seus usuários e usa essas informações para alimentar seus algoritmos. A diferença é que a ByteDance, dona do app, é uma empresa chinesa e, portanto, estaria sujeita a uma lei de segurança nacional que exige que ela repasse os dados ao regime caso exigido.

A segunda suspeita é de que o algoritmo de recomendação de vídeo do TikTok, conhecido por sua capacidade de reter usuários em um looping eterno, tenha também fins de propaganda, influenciando a opinião pública ao promover ou suprimir postagens estratégicas. O senador republicano Ted Cruz resume bem essa lógica —ele já descreveu a plataforma como "um cavalo de Troia que o Partido Comunista Chinês usa para influenciar o que os americanos assistem, escutam e, em última instância, pensam".

Quando os EUA começaram a perseguir o TikTok?
Em 2020, em meio ao cerco de produtos de tecnologia chineses promovido por Trump. Naquele ano, o então presidente assinou um decreto que exigia que o TikTok vendesse seus ativos nos Estados Unidos. Do contrário, seria proibido de operar localmente.

A ByteDance chegou a procurar um comprador americano para a empresa na época, mas o decreto foi derrubado na Justiça e suspenso por Joe Biden ao assumir a Presidência. Em junho passado, porém, o democrata publicou uma nova ordem executiva, mais ampla, chamando a atenção para os perigos de tecnologias estrangeiras para a segurança nacional. Ambos os decretos se inserem em um contexto de competição cada vez mais acirrada entre Washington e Pequim no campo da inovação.

No final de fevereiro, em meio às discussões sobre banir de vez o app do território, os EUA deram prazo de 30 dias para que suas agências governamentais deletassem o TikTok de dispositivos e sistemas federais.

Quais países baniram ou limitaram o uso do TikTok? Por quê?
O movimento começou com a Índia, em 2020, durante a escalada das tensões com o regime de Xi Jinping na fronteira do Himalaia. Na época, o país vetou uma série de aplicativos chineses, incluindo o TikTok. O Paquistão já suspendeu temporariamente a plataforma ao menos quatro vezes desde outubro daquele ano por uma suposta promoção de "conteúdo imoral". O Talibã vetou a rede no Afeganistão por motivo semelhante em 2022 —ela estaria "desviando a juventude".

Entre fevereiro e março deste ano, uma série de aliados dos EUA começaram a suspender o uso do TikTok por razões de cibersegurança. No caso deles, porém, as proibições são limitadas à utilização do aplicativo no setor público, sob a justificativa de que políticos e servidores têm acesso a informações potencialmente sensíveis em seus celulares profissionais. A lista inclui Canadá, Dinamarca, Holanda, Letônia, Noruega, Reino Unido, Nova Zelândia e as principais instituições da União Europeia.

Além deles, a Bélgica vetou a plataforma em celulares de membros do governo, mas só por seis meses, e a França baniu não só o TikTok como outros aplicativos de uso recreativo, como Instagram, Twitter e Netflix. Taiwan baniu todos os softwares de origem chinesa no final do ano passado.

As suspeitas fazem sentido?
Sim e não. Magnotta, da Faap, explica que a China usa tecnologias avançadas para operar uma extensa rede de vigilância. O regime alega ter como objetivo garantir estabilidade social e segurança da população, mas críticos denunciam o uso dessa rede para silenciar a dissidência e praticar censura. O temor de muitos dos governos estrangeiros que buscam limitar o uso de aplicativos chineses por questões de cibersegurança seria, assim, que Pequim os utilize para ampliar essa prática para além de suas fronteiras.

Ao mesmo tempo, como ressalta Belli, da FGV, não há qualquer evidência de que o PC Chinês tenha solicitado acesso a informações de usuários do TikTok, e o aplicativo afirma que mesmo que isso acontecesse, ele se negaria a fazê-lo. Enquanto isso, há provas numerosas de que Washington espionou seus próprios cidadãos com a ajuda das big techs, como mostraram as revelações do ex-técnico da Agência de Segurança Nacional (NSA) Edward Snowden. Por fim, em vários aspectos o TikTok tem uma autorregulação mais estrita do que as redes sociais de origem americana.

Vale notar que a plataforma não está isenta de controvérsias. Em 2019, uma reportagem do jornal britânico The Guardian mostrou que ela censurou postagens sobre a repressão ao movimento de independência do Tibete e o Massacre da Paz Celestial, entre outros capítulos sangrentos da história chinesa. O aplicativo garantiu ter mudado seu método de moderação de conteúdo desde então.

Em 2022, vários veículos americanos revelaram que funcionários da ByteDance na China e nos EUA haviam rastreado jornalistas de suas equipes para tentar identificar funcionários do TikTok que estavam vazando informações para a imprensa.

Quais foram as soluções propostas para a disputa nos EUA?
O governo americano tem dois caminhos à frente. Um deles é apoiar uma iniciativa que o TikTok já começou a implementar no país, ao custo de US$ 1,5 bilhão (cerca de R$ 7,6 bilhões). Chamado de "Projeto Texas", ele faria com que os dados produzidos por usuários americanos fossem restritos ao seu território ao serem armazenados pela Oracle, empresa de software em nuvem americana. Funcionários e membros do conselho da plataforma no país também passariam pelo crivo federal, num grau de fiscalização estatal inimaginável em redes sociais nativas.

Outra caminho é vetar o aplicativo, por meio do Legislativo ou do Executivo. A Casa Branca endossou um projeto de lei bipartidário chamado "Restrict", que daria ao governo autoridade para obrigar softwares estrangeiros a vender seus ativos ou bani-los se forem considerados ameaças à segurança nacional.

Ao mesmo tempo, um órgão ligado ao Departamento do Tesouro deu uma espécie de ultimato para a ByteDance vender seus ativos nos EUA. Separar-se de sua matriz e cortar de vez os vínculos com a China é visto como um último recurso pelo TikTok.

O "Projeto Texas" é suficiente para proteger dados de cidadãos americanos?
Sim, diz Belli. Outra opção válida, para o pesquisador, seria os EUA criarem uma legislação unificada de proteção de dados, como a União Europeia, o Brasil e a própria China têm. A lei regulamentaria o acesso a informações de usuários americanos de todos os aplicativos, não só os estrangeiros.

Os EUA podem banir o app?
Sim, tanto por meio de decreto presidencial quanto de legislação aprovada pelo Congresso. Mas ambos poderiam ser derrubados pela Justiça com base em leis que garantem a liberdade de expressão.

Em âmbito doméstico, os EUA têm a Primeira Emenda. Em nível internacional, o entrave é o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos da ONU, do qual Washington é signatário. Ele determina que Estados podem impor restrições à liberdade de expressão, desde que com finalidade legítima e seguindo o princípio de proporcionalidade. Apesar da segurança nacional ser, sim, uma finalidade legítima, banir totalmente um aplicativo não é considerado uma atitude proporcional.

Qual é a posição da China nessa disputa?
De forma geral, Pequim entende a ofensiva contra o TikTok como parte de uma campanha para conter a expansão de sua influência no mundo, e nega veementemente que tenha acesso a dados do aplicativo, que define como uma plataforma de entretenimento sem fins políticos.

A primeira vez em que o regime falou diretamente sobre uma possível separação entre TikTok e ByteDance foi quando Shou Zi Chew depôs no Congresso dos EUA. Na ocasião, um porta-voz da chancelaria chinesa afirmou que Pequim se opõe "firmemente" à sua venda. Isso pode indicar um entrave a uma eventual negociação, uma vez que a ByteDance precisa da autorização do regime para vender o aplicativo.

E qual é a posição do Brasil?
Um dos países com mais usuários do TikTok na América Latina, o Brasil nunca se posicionou sobre o imbróglio, e tradicionalmente tenta se afastar das disputas diretas entre Washington e Pequim. Muitas vezes, porém, acaba sendo arrastado para o meio do conflito —foi o que aconteceu no leilão do 5G, em 2021, marcado por uma ofensiva de Washington contra a chinesa Huawei.

Nada muda em Havana

Elián, deportado dos EUA para Cuba aos 6 anos, foi eleito deputado na ilha

Sylvia Colombo
Colunista, historiadora e jornalista especializada em América Latina

Quem era vivo e consciente em 2000 não tem como esquecer as imagens. Oficiais norte-americanos ultraequipados entraram em uma casa em Miami para arrancar, literalmente, dos braços de um parente e de dentro de um armário, um garoto apavorado, chorando aos borbotões.

Do lado de fora, continuava a operação que mais parecia armada para a prisão de um terrorista. Com bombas de gás lacrimogêneo, agentes tentavam conter a multidão de cubano-americanos que tentavam impedir que o garoto, Elián González, então aos 6 anos de idade, fosse retirado da custódia de seus parentes maternos, afincados nos EUA, e entregue ao seu pai, cubano.

A história de Elián mais parecia uma novela para quem a acompanhava no dia a dia, mas terminou sendo um determinante fator político, que ajudou a eleger o republicano George W. Bush nas eleições de 2000, com os cruciais votos da Flórida.

Primeiro, a novela. Como tantos cubanos, Elizabeth Rodríguez decidiu, ao lado de seu namorado e de outros 14 compatriotas, escapar da ilha num barco de pouco mais de cinco metros. Uma tempestade —ou muitas, os relatos variam— deixou a embarcação à deriva. A partir daqui confiamos nas lembranças de Elián recuperadas por sua prima, Marisleysis, que disse que o garoto, no momento em que percebeu que sua mãe tinha se afogado, viu golfinhos se aproximando para salvá-lo.

O fato é que Elián foi resgatado pela guarda costeira americana e entregue a seus parentes que viviam na Flórida —tios e primos; entre eles, Marisleysis, que se tornou a principal defensora de que o menino permanecesse nos EUA, mantendo-se fiel aos desejos de sua mãe.

A batalha pela custódia do garoto durou meses e foi alimentada por questões políticas. De um lado, o pai de Elián, que não o via havia anos, mas que pedia que ele voltasse à ilha, com o apoio de ninguém menos que o ditador Fidel Castro. Já a família na Flórida apoiava-se no grupo de cubano-americanos que até hoje mantém uma agenda ativa contra o regime ditatorial. A Justiça dos EUA, porém, não viu outra solução que não fosse mandar Elián de volta a Cuba, com o pai.

O que foi feito com esse garoto, nos EUA e em Havana, é no mínimo uma vergonha. Fizeram-no gravar vídeos ensaiados com a bandeira americana enquanto esteve lá. Uma vez em Cuba, Fidel Castro o adotou quase como filho, ia a aniversários e formaturas. Quando não pôde mais, deixou a função para seus sucessores, o irmão Raúl e o líder atual, Díaz-Canel.

No último mês, Elián González, agora aos 29, elegeu-se deputado por Cárdenas, onde cresceu com o pai e com seus meio-irmãos, em um pleito legislativo de poucas opções. Eram 470 candidatos apresentados no sistema de partido único, e todos saíram vencedores. De modo geral, a eleição mostrou o regime desgastado, com a menor participação de votantes na história das votações legislativas.

O recém-eleito parlamentar se mostrou compreensivo. "As pessoas deram um voto de castigo, e dá para entender, precisamos fazer mais", disse Elián. "Quero ir aos EUA, quero reunir famílias separadas pelo ódio, como vi em tão tenra idade", afirmou, depois da votação.

Será Elián uma chave para aparar arestas com os EUA? Ou mais um nome para uma possível sucessão de poder na ilha? Díaz-Canel terá em abril a possibilidade de seguir à frente do regime. Ou de ser substituído.

| DOM. Sylvia Colombo | **SEG. David Wiswell** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Com país em crises, haitianos lutam para trazer filhos ao Brasil

Imigrantes judicializam pedidos enquanto nação do Caribe é tomada por violência das gangues em Estado disfuncional

Mayara Paixão

SÃO PAULO O haitiano Emanol Buno não quer de maneira alguma que seus filhos, gêmeos de 10 anos, tenham que ficar por muito tempo em Porto Príncipe, capital de seu país. E tem razões concretas: a cidade é hoje praticamente controlada por gangues armadas.

O país caribenho que faz fronteira com a República Dominicana e que por mais de dez anos viu as Forças Armadas brasileiras atuarem em seu território assiste hoje ao desmantelamento do Estado, não tem representantes eleitos em cargos de poder e, em cada dia de 2023, registrou em média mais de sete mortos pela violência das gangues, segundo balanço da ONU.

É em meio a esse cenário de crises —humanitária, social, econômica, política, de segurança e de legitimidade— que Buno, no Brasil desde 2017, tenta trazer os filhos Dany-Lore e Elsharaw para Blumenau, em Santa Catarina, onde trabalha como pedreiro e vive com a esposa, a também haitiana Manise. Mas os pais veem sua esperança minguar.

Desde 2021, eles buscam na Justiça brasileira a autorização para que as crianças possam viajar sem a exigência de obtenção de visto. O casal integra um fenômeno crescente que desafia a diplomacia: a judicialização de casos de haitianos que tentam trazer familiares ao Brasil.

Somente a advogada Débora Pinter, responsável pelo caso dos gêmeos, diz atender cerca de 500 casos parecidos em seu escritório. A estratégia também está no cotidiano da advocacia pública, por meio das defensorias.

Membros dos setores diplomático e migratório do governo brasileiro manifestam preocupação com o tema, que também já despertou discordâncias dentro do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Familiarizados com o assunto dizem que o setor consular brasileiro no país caribenho trabalha numa espécie de "linha de produção fordista" para dar conta da alta demanda de solicitação de vistos.

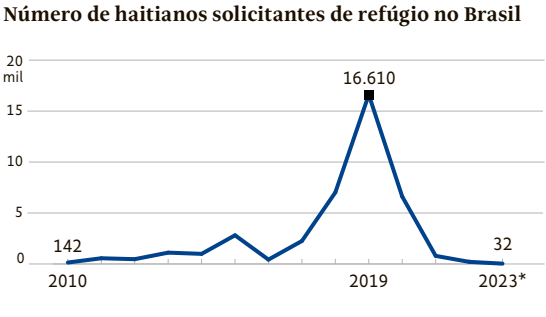
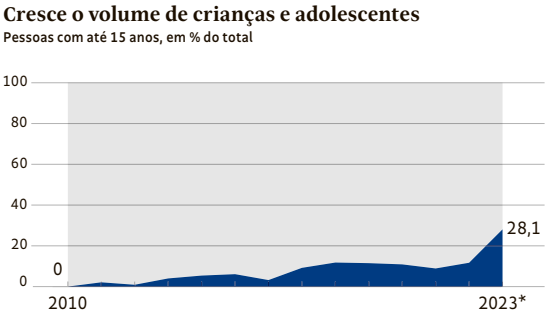
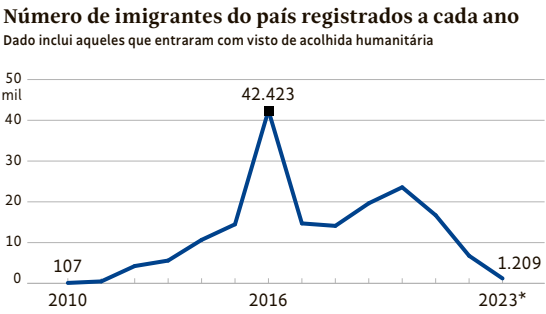
Quando um juiz acata uma demanda no Brasil, o caso passa na frente. Imigrantes reclamam da morosidade do processo.

O histórico da migração haitiana para o Brasil

Número de imigrantes do país registrados a cada ano
Dado inclui aqueles que entraram com visto de acolhida humanitária

50 mil, 40, 30, 20, 10, 0
42.423
107
1.209
2010 2016 2023*

Cresce o volume de crianças e adolescentes
Pessoas com até 15 anos, em % do total

Número de haitianos solicitantes de refúgio no Brasil

* Até o mês de março
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal e do Sisconare

Haitianos deixam suas casas em meio a violência em Porto Príncipe Richard Pierrin - 3.mar.23/AFP

No caso de Buno, seus filhos vivem na comuna de São Luís do Sul, a mais de 100 km de Porto Príncipe. Caso consigam viajar ao Brasil, teriam antes de ir à capital haitiana para o embarque. E aí reside outro drama do país: o medo da violência à qual os gêmeos poderiam estar sujeitos.

O agravamento da situação fez a ONU intensificar pedidos para que a comunidade internacional se volte a uma das maiores crises humanitárias do Ocidente. Em recente relatório, a organização revelou que ao menos 531 pessoas morreram e outras 277 foram sequestradas desde janeiro em meio à violência de gangues no país.

Ainda segundo a ONU, cerca de 4,9 milhões de haitianos —quase metade da população local— estão em níveis graves de insegurança alimentar até o final do semestre. Em outras palavras, a fome se agravou devido a fatores como a violência, que trava a comunicação entre campo e cidade para escoar alimentos; as condições extremas do clima, que reduzem a produção; e a inflação.

"Há um problema profundo do funcionamento das instituições do Estado haitiano, uma questão estrutural que já tentou ser solucionada, mas permanece. O Parlamento está disfuncional, e Ariel Henry, o premiê, tem governado por decretos", diz João Fernando Finazzi, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os EUA da PUC-SP.

A crise local se agravou após o assassinato do presidente Jovenel Moïse, morto a tiros em sua casa em julho de 2021. O caso, hoje, é investigado nos EUA, e há poucas respostas além do fato de que a ação contou a participação de mercenários estrangeiros de países como a Colômbia.

Após a morte de Moïse, que ameaçou deixar um vácuo no poder, Henry assumiu as rédeas. Ele não conta, porém, com respaldo popular. Com o mandato de legisladores vencido, não há representantes eleitos. E novas eleições não têm data para ocorrer.

Assim, a violência das gangues, em especial a conhecida como G9, impera. Finazzi explica que a questão é um problema crônico, ligado a um processo desordenado de urbanização e empobrecimento na década de 1970.

O drama atual reacendeu debates sobre uma possível nova intervenção externa no país— um modelo que, no passado, mostrou-se fracassado— com os EUA pressionando parceiros como o Canadá a liderarem uma empreitada militar no país da América Central.

Frantz Duval, editor-chefe do Le Nouvelliste, um dos principais jornais haitianos, diz à **Folha** que uma intervenção não é a saída. "E, se tal 'aventura' acontecer, não será suficiente para resolver a crise de segurança. Atores como a ONU têm orçamentos enormes, intervêm, apoiam um campo político, mas não têm a obrigação de produzir resultados."

Vemos a reação dos países ocidentais à Guerra da Ucrânia e vemos o silêncio e a falta de reação para ajudar a promover uma solução no Haiti

Frantz Duval
editor-chefe do jornal haitiano Le Nouvelliste

O jornalista critica a postura da comunidade global. "Vemos a reação dos países ocidentais à Guerra da Ucrânia e vemos o silêncio e a falta de reação para ajudar a promover uma solução no Haiti."

Ele diz que esperava postura mais assertiva de Brasília. "Infelizmente, o Brasil parece ter se afastado do Haiti. Graças ao seu conhecimento do país após seu envolvimento na liderança da Minustah [missão de paz da ONU que atuou de 2004 a 2017], poderia ajudar. E não só a restaurar a segurança."

A escalada da crise na nação mais empobrecida das Américas desperta em alguns governos a preocupação com o fluxo migratório. No caso brasileiro, há cada vez mais crianças e adolescentes entre haitianos registrados no país. Se há dez anos pessoas até 15 anos eram apenas 5% dos haitianos registrados, de janeiro a março deste ano essa faixa etária superou 28%.

Por outro lado, as cifras anuais de haitianos que ingressam no Brasil são cada vez menores, mostram dados reunidos pelo OBMigra, o Observatório das Migrações Internacionais, a pedido da reportagem. Em 2022, 6.770 haitianos foram registrados no Brasil, número bem menor que o observado em anos como 2020 (23.567) ou 2016 (42.423).

Para Tadeu de Oliveira, coordenador de estatísticas do OBMigra, as mudanças na migração haitiana têm relação direta com as condições do mercado de trabalho e da economia brasileira. "Eles começam a vir para cá num momento de prosperidade econômica. Mas então há um processo de esgotamento, de crise econômica e social. E eles precisam enviar dinheiro para as famílias."

Com taxa rosa e cashback, mulheres cobram espaço na reforma tributária

Participação da parcela da população mais tributada nos debates da Câmara ainda é limitada

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO As mulheres ainda estão em minoria nas discussões sobre a reforma tributária no Congresso Nacional neste ano, apesar de pagarem mais imposto sobre o consumo do que os homens e terem participado da elaboração das propostas hoje em debate.

O grupo de trabalho da Câmara que analisa o tema era formado inicialmente por 12 homens. Na semana passada, ganhou a primeira representante feminina, a deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

Para as audiências públicas realizadas pelo colegiado em março, foram convidados 48 homens e apenas 7 mulheres. Somente duas deputadas de fora do grupo registraram presença nos debates, Ana Paula Leão (PP-MG) e Amanda Gentil (PP-MA).

A situação atual no Congresso contrasta com a participação feminina tanto na elaboração das propostas que estão hoje no Legislativo como nas discussões sobre o tema nos últimos anos.

A reforma tributária tem como base duas propostas. Uma é a PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, que contou com a participação de Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Tributação do Insper e ex-assessora especial do Ministério da Economia.

A segunda proposta é a PEC 110, subscrita por 54 senadores e 11 senadoras, entre elas, a atual ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB).

Canado também participou das discussões que levaram à elaboração das propostas de tributação de lucros e dividendos e da unificação do PIS/Cofins, temas que voltam ao debate neste ano, mesmo que por meio de outras propostas legislativas.

Iniciativas como os grupos Women in Tax Brazil e o Núcleo de Tributação e Gênero da Escola de Direito da FGV também surgiram nos últimos quatro anos.

Estudo do Instituto de Justiça Fiscal com dados da Receita Federal mostra que as mulheres têm menos rendimentos isentos e, portanto, pagam alíquotas mais altas sobre a renda. Também arcam com uma carga maior nos tributos indiretos sobre o consumo, de 15,05%, superior à masculina (14,55%).

"Os dados relativos aos impostos indiretos demonstram, portanto, que a forma como o país tributa reforça as desigualdades de gênero e classe", diz o estudo dos pesquisadores Cristina Pereira Vieceli e Róber Iturriet Avila.

Eles defendem a redução de tributos sobre itens básicos e sobre aqueles consumidos principalmente por mulheres, relacionado a saúde, higiene e cuidados pessoais, além da taxação de dividendos.

Em relação aos tributos sobre consumo, há pelo menos duas questões. A primeira é a chamada taxa rosa: quando produtos de uma mesma funcionalidade têm preços maiores quando são feitos em versões para mulheres.

Mesmo que a tributação do produto feminino e masculino seja a mesma em termos percentuais, no caso das mulheres, ele incidirá sobre uma base maior, afirma a advogada Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia, sócia do Candido Martins Advogados.

"As mulheres, geralmente chefes de família, trabalham, cuidam da casa e dos filhos, em sua grande maioria sozinhas, arcando com o peso econômico que, proporcionalmente, lhes impõe uma tributação mais pesada e desigual. A tributação aumenta proporcionalmente ao aumento da base tributável. Quanto maior a base de cálculo —valor da movimentação econômica que causou a tributação—, maior será o valor do tributo exigido sobre ela."

O estudo "Reforma tributária e desigualdade de gênero: contextualização e propostas", do grupo de estudos Tributação e Gênero da FGV, mostrou também que as mulheres gastam maior parcela da renda em bens de consumo, voltados para a manutenção da família, e uma parte menor da renda vai para investimentos e aumento do ativo, como aquisição de imóveis.

No mês passado, a Secretaria da Mulher da Câmara promoveu o debate "Reforma tributária sob a perspectiva de gênero", que ocorreu no mesmo horário da audiência do grupo de trabalho na qual participaram 6 homens e apenas 1 mulher.

Um dos temas no debate mediado pela deputada Denise Pessôa (PT-RS) foi a adoção ou não de regras que reduzam a tributação sobre bens e serviços mais consumidos pelas mulheres, questão defendida, por exemplo, por Tathiane Piscitelli, coordenadora do Núcleo de Direito Tributário da FGV Direito SP.

Ao fazer o diagnóstico do problema, a assessora especial do Ministério da Fazenda Fernanda Santiago afirmou que o Brasil tem uma tributação elevada sobre o consumo.

Essa carga recai principalmente sobre produtos que são proporcionalmente mais consumidos pelas camadas de menor renda —parcela da população brasileira com grande percentual de mulheres pretas.

Continua na pág. A18

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Ecio Morais

Nota fiscal eletrônica é necessária, mas não basta para combater ouro ilegal

SÃO PAULO A norma publicada pela Receita Federal na quinta (30) para acabar com a nota fiscal de papel no comércio de ouro e exigir a nota eletrônica a partir de julho deve ajudar a combater o garimpo ilegal nas terras indígenas e reservas ambientais. Mas a medida ainda é insuficiente, na opinião de Ecio Morais, diretor do IBGM (associação do mercado joalheiro que reúne marcas como Vivara e HStern).

Falta fortalecer o monitoramento para elevar a rastreabilidade e a transparência do ouro, diz ele.

*

Depois da adoção da nota fiscal eletrônica para o comércio de ouro de garimpo, o que deve mudar no mercado de joias? É uma medida importante, que a gente tem defendido há muitos anos. Deve ser celebrada, sem dúvida. Ela permite uma maior rastreabilidade na cadeia do ouro.

Hoje, o garimpeiro vai vender esse ouro para um posto de compra no garimpo, e a DTVM, que é a adquirente do ouro, emite uma nota fiscal no papel. É um modelo arcaico, que é suprido pela legislação.

Com a nota eletrônica, esse processo passa a ser todo informatizado e mais rastreável. É um benefício grande para toda a cadeia de valor do ouro. Agora, muita coisa ainda tem que ser implementada. Essa é uma condição necessária, porém, não suficiente.

Dentro do que ainda falta, quais são as prioridades? O que nós defendemos é o maior fortalecimento do sistema de monitoramento desse mercado, então, particularmente o fortalecimento da ANM (Agência Nacional de Mineração), que é a grande responsável pela emissão das licenças ambientais, permissões de lavra garimpeira. É ela quem emite, fiscaliza e monitora. É ela que deveria policiar esse mercado. Nós defendemos um fortalecimento da agência para termos um ouro mais rastreável e transparente.

Depois do noticiário sobre a tragédia dos yanomami, o varejo de joias registrou um movimento de alta na compra de ouro diretamente das mineradoras, que têm certificação, em vez de comprar das DTVMs. Essa tendência se confirmou, tem crescido? A questão da operação com uma grande mineradora é um pouco mais difícil porque é preciso ter escala, ou seja, é preciso comprar em grandes quantidades. Tem questão logística, tem que ir buscar o metal na sede da mineradora. Ela não vende fragmentado em pequenas quantidades, 1kg ou 0,5 kg de ouro. Ela só vende em grandes quantidades.

E, por fim, tem um problema tributário, de diferenciar o ouro mercadoria e ativo financeiro. Compromete um pouco a viabilidade dessa operação. Mas é um esforço que todo o setor tem feito para viabilizar essa operação, e que a gente possa adquirir o ouro de grandes mineradoras.

E tem o esforço de rastreabilidade do metal, para que a gente possa adquirir o ouro das DTVMs, mas um ouro rastreável, transparente, monitorado. E é perfeitamente viável hoje, tem tecnologia de georreferenciamento, que monitora o garimpo. A nota fiscal eletrônica veio para ajudar.

A rede Vivara já fazia essa compra direto da mineradora? Ela tem essa facilidade porque é uma grande rede, com grande distribuição, diferentemente do pequeno joalheiro? Correto. A Vivara compra em grandes quantidades, ou seja, tem escala, e está sediada em Manaus. Então, tem uma facilidade tributária.

Quando se compra de uma DTVM, elas têm escritórios nos polos de produção, entregam o metal fragmentado, 250 gr ou 1 kg, o que viabiliza a operação de uma pequena empresa. Mas eu acredito que com esforço da sociedade, do setor e do poder público, nós vamos tornar a cadeia do ouro muito mais transparente, rastreável e regulamentada.

Essa tragédia dos yanomami preocupa o setor do ponto de vista da reputação do varejo de joias e dessa categoria de produto? Acho que é uma preocupação de toda a sociedade brasileira. Naturalmente, o segmento joalheiro, por ter um envolvimento na cadeia, por ser o elo final, ele tem uma preocupação um pouco maior. A solução desse problema perpassa toda a sociedade e particularmente o poder público. Tem ANM, ICMBio, Ibama, Polícia Federal, Forças Armadas, Receita Federal.

A questão da nota fiscal eletrônica é muito importante, mas o que deve surpreender a gente é que ainda não tenha sido implantada. Temos um dos sistemas financeiros mais informatizados e modernos do mundo, e o método de aquisição do ouro ativo financeiro ainda é no papel carbono. É arcaico.

E o caso do ex-presidente Bolsonaro trazendo joia ao país? Como o setor vê essa questão? É um caso isolado. Os procedimentos normais não foram cumpridos, sem entrar nesse mérito. Por enquanto, a gente não percebe nenhum impacto. Tenho mais preocupação com a questão do garimpo do que propriamente com esse caso isolado envolvendo o ex-presidente.

Qual é importância da joia como presente nesse mercado? Vocês têm pesquisas que mostram qual parcela das vendas é destinada para presente e quanto se destina ao próprio comprador? Nos últimos anos houve uma mudança de comportamento. A mulher ganhou espaço no mercado de trabalho e se auto presenteia. Isso é crescente.

A joia ainda é um símbolo de passagem. Aniversário de casamento, formatura, isso permanece. Mas cresceu muito esse mercado da mulher executiva que se presenteia.

Raio-X
Mestre em economia pela PUC-SP, tem especialização em direito empresarial. Atualmente ocupa o cargo de diretor-executivo do IBGM (Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos). Já esteve à frente do Sindijoias SP (sindicato da indústria de joalheria de São Paulo) e da Ajesp (associação dos joalheiros de SP)

Com taxa rosa e cashback, mulheres cobram espaço na reforma tributária

Continuação da pág. A17

"Temos uma maioria de mulheres negras, em famílias monoparentais, que arcam com um percentual maior da sua renda para pagar os tributos sobre o consumo", afirmou Santiago. "É essencial que a gente consiga ter um sistema que reduza a regressividade para que elas paguem menos."

Ela disse que entre as propostas em debate há a possibilidade de adoção de regimes especiais e alíquotas diferenciadas. Uma regra especial para o setor de saúde, por exemplo, poderia beneficiar mais as mulheres. A equiparação da tributação de bens (mais consumidores pelos mais pobres) e serviços (mais consumidos pelos mais ricos) e a redistribuição da arrecadação beneficiando estados e municípios mais pobres também são fatores que podem atenuar as desigualdades.

Há ainda a ideia de devolução de imposto pago às pessoas mais pobres, o que o governo vem chamando de "cashback", outra medida que pode beneficiar mais as mulheres.

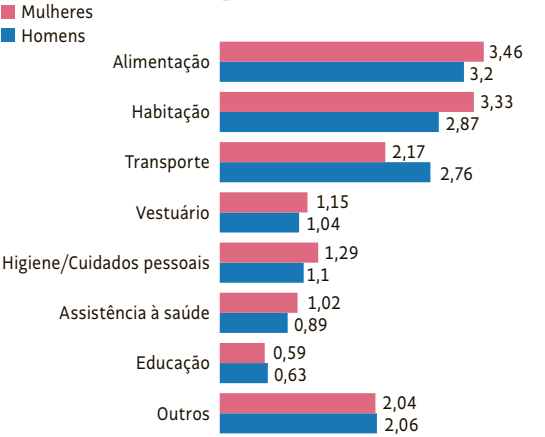
Diante da preocupação de outras palestrantes sobre o fim do princípio constitucional da essencialidade, Santiago disse que esse conceito até hoje não garantiu benefícios para as mulheres. Pelo contrário, contribuiu para um sistema que onera mais essa parcela da população.

> **"Temos uma maioria de mulheres negras, em famílias monoparentais, que arcam com um percentual maior da sua renda para pagar os tributos sobre o consumo"**
>
> **Fernanda Santiago**
> assessora especial do Ministério da Fazenda

Luiza Machado de Oliveira Menezes, do grupo de estudos de Tributação e Gênero da FGV Direito SP, apresentou estudo que mostra a alta tributação de produtos consumidos por mulheres com PIS/Cofins, IPI e ICMS, como absorventes (27,25%), coletores menstruais (33,75%) e pílulas anticoncepcionais (30%). Em comparação, há uma tributação menor para preservativos (9,25%) e para o viagra (18%).

"À revelia do que a nossa Constituição diz sobre a essencialidade e sobre o princípio da seletividade tributária, a gente tem essas disparidades na tributação", afirmou.

Ana Clara Ferrari, representante do Ministério das Mulheres, disse que o debate é algo que interessa às famílias. "Não se trata de minoria. Somos minoria porque não estamos no GT [grupo de trabalho da Câmara] discutindo isso."

Carga tributária por tipo de despesas das famílias chefiadas por...

Fonte: Estudo "Tributação e desigualdade de gênero e classe no Brasil: uma análise a partir do IRPF 2020 e da POF 2017-2018", Instituto de Justiça Fiscal

Fernanda Santiago, assessora da Fazenda, Denise Pessôa (PT-RS), Ana Clara Ferrari (Ministério das Mulheres) e Luiza Machado (FGV Direito SP) em debate na Câmara dos Deputados Pablo Valadares - 21.mar.23/Câmara dos Deputados

Agro vê aumento da cesta básica com reforma e pede tratamento especial

Ministério da Fazenda afirma que PIB do setor pode ter crescimento adicional de até 18% com mudanças no sistema de tributação

SÃO PAULO Na primeira audiência pública do grupo da reforma tributária com representantes dos setores econômicos, entidades ligadas ao agronegócio pediram tratamento diferenciado para evitar o repasse do aumento de impostos aos preços dos alimentos.

O colegiado avalia três pontos principais em relação ao setor: formalização de pequenos produtores, tratamento diferenciado para cooperativas e possibilidade de manutenção da desoneração da cesta básica.

Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), e Gustavo Beduschi, da Viva Lácteos (Associação Brasileira de Laticínios), afirmaram que os ganhos do setor dependem de uma reforma que garanta alíquotas diferenciadas para alimentos, como ocorre na maioria dos países que adotaram um sistema de tributação semelhante ao proposto.

> **644%** é a estimativa da CNA de aumento da tributação da agropecuária com uma alíquota única
>
> **23%** é a estimativa da entidade de alta de preço da cesta básica

Para a CNA, a alíquota única aumenta a tributação da agropecuária em 644% e pode de encarecer a cesta básica em 23%. A Viva Lácteos diz que o sistema de cashback não resolverá o problema dos alimentos, caso a devolução de impostos fique restrita às famílias do Cadastro Único.

João Caetano Muzzi Filho, consultor jurídico da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), disse que os cooperados já são tributados com base na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (não há tributação da cooperativa) e pediu que o novo tributo sobre o consumo preserve esse sistema.

Os representantes do setor industrial presentes (CNI, Abimaq, Abiplast e Abiove) manifestaram apoio à reforma, ressaltando a desoneração sobre investimentos e exportações, mas preocupação com a questão do ressarcimento rápido de créditos tributários.

Representante do governo no debate, a subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire Cardoso, apresentou estudo do que mostra crescimento adicional de até 18% em termos de crescimento do PIB da agropecuária e de serviços. O trabalho foi realizado quando ela era pesquisadora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

A subsecretária afirmou que a redistribuição da tributação, de forma mais igualitária entre os setores, e o fim da cumulatividade de impostos geram ganhos de produtividade e redução de custos. São esses dois fatores que garantem um crescimento extra do PIB brasileiro de 4% a 20%, com impactos maiores na indústria, nos investimentos e nas exportações.

"O principal canal de impacto [da reforma] é a redução dos custos de produção e de investimento." **EC**

LEIA MAIS NO BLOG QUE IMPOSTO É ESSE
folha.com/blogs/que-imposto-e-esse

Um teto para gregos e troianos

Longe de ideal ou necessário, plano pode convencer BC, dinheiro grosso, PT e Congresso

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Luiz Inácio Lula da Silva é "ótimo/bom" para 38%, conta o Datafolha. Dadas as circunstâncias, é um resultado favorável.

Lula também acaba de divulgar uma prévia do seu teto de gastos, o "arcabouço fiscal". Ainda tem buracos, é preciso cobrar mais imposto para a coisa funcionar, e a restrição de despesa é frouxa. Mas o plano Lula-Haddad tira a perspectiva de desastre do caminho.

Ainda que não seja nem de longe o melhor plano, pode fazer a mágica de satisfazer, ao mesmo tempo, Banco Central, negociantes de dinheiro grosso, credores do governo, Congresso, PT etc. Vai ser uma satisfação medíocre, se funcionar. Mas é alguma coisa.

Nesta semana, o governo deve apresentar a revisão de leis de investimento em água e esgoto, o conhecido no jargão como "marco do saneamento". PT e companhia detestam o "marco", que também é um plano moderado de privatização.

Temia-se que Lula 3 dinamitasse esse "marco", que vai facilitar mais investimento no setor, ainda que tenha mesmo pontos cegos (falta de garantia para pobres e cafundós). Ao menos pelo rumor, pode até haver melhorias na legislação, embora o petismo tente dar um jeito de estender a vida de estatais que, em geral, não funcionam.

O que se quer dizer, em resumo? Que Lula pode virar o jogo econômico, que ficou complicado depois de vários gols contra do presidente.

De mais urgente, é preciso arrumar e cimentar o "arcabouço fiscal" de Fernando Haddad. Mesmo arrumado, não será o "melhor possível" (que, por sua vez, está longe do "necessário").

Um bom plano fiscal daria uma perspectiva mais firme de que a situação de gasto e dívida será adequada na próxima meia década, no mínimo. Com essa perspectiva, taxas de juros cairiam mais e mais rapidamente.

O teto de Lula 3 não é assim. Mas pode funcionar.

O plano não é assim porque autoriza um ritmo grande de aumento de gasto real e joga para futuro incerto o início da queda da dívida pública; porque o superávit depende de boa vontade do governo.

Além do mais, para funcionar, o plano depende ainda de um aumento de receita bem além do aumento "normal" de arrecadação. Por "normal" aqui entenda-se receita que cresça no ritmo do crescimento do PIB.

Mesmo com esse aumento "normal" de receita, Lula e Haddad vão precisar arrumar pelo menos R$ 150 bilhões de impostos extras (um aumento de 8% da arrecadação).

Como o plano prevê aumento de gastos (e, pois, de emendas) desde que haja receita, fica menos difícil de levar o Congresso a aumentar impostos, apesar do lobby de ricos e malandros. Um aumento errado de imposto pode ser até recessivo, porém.

É verdade que o governo pode contar com alguma sorte. Na prática, a arrecadação aumenta mais do que o PIB em anos de crescimento econômico e encolhe mais do que a economia em anos ruins, de recessão.

Um risco importante do plano é o que será feito do aumento extraordinário de arrecadação. Isto é, daquele dinheiro que entra no tempo das vacas gordas e desaparece em seguida.

Se a despesa aumenta no mesmo ritmo dessa receita temporária, fica difícil pagar as contas quando a bonança acaba (ou se desperdiça a chance de abater dívida). Não raro, dá besteira.

O plano Lula-Haddad tem um limitador de alta de gasto (em tese, 2,5% ao ano), o que limita a farra com receitas extraordinárias. A ver se é isso mesmo.

Há problemas fora do "arcabouço". As vinculações de gasto em saúde e educação vão fazer com que essas despesas cresçam relativamente mais (podem tirar o lugar de investimento, ciência, segurança etc.). Conviria mexer nisso.

Outro risco é o governo jogar receita fora. Lula quer cobrar menos IR de pessoa física. As estatais querem pagar menos dividendos. Assim, não vai dar.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Projetos alternativos propõem de volta da CPMF a desoneração

Modernização do sistema tributário atual também é vista como solução por alguns especialistas e entidades

SÃO PAULO Enquanto a Câmara dos Deputados discute uma reforma tributária com a implantação de um novo imposto sobre o consumo, seguindo o modelo adotado em mais de 170 países, algumas entidades do setor de serviços, representantes de prefeitos e tributaristas têm defendido propostas alternativas e a inclusão de outros tributos no debate.

Entre as demandas, está discutir a desoneração da folha de salários e a tributação do consumo em conjunto. Uma nova contribuição sobre movimentações financeiras, tema que foi ressuscitado no governo Jair Bolsonaro (PL), também é desejada por algumas entidades. Uma modernização do atual sistema, por sua vez, é vista como solução por alguns especialistas.

Neste primeiro semestre, o governo quer simplificar e substituir os cinco principais tributos sobre o consumo (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o ISS) por até três novos impostos, com legislações unificadas e sem possibilidade de benefício fiscal regional (com exceção da Zona Franca de Manaus).

Também deve haver mudança na tributação do local da sede da empresa para o município do consumidor, redistribuindo a arrecadação. A tributação de todos os bens e serviços tende a ser a mesma, com algumas exceções que estão em análise, como alimentos, saúde, educação e transporte.

Com isso, alguns serviços podem ser mais tributados do que hoje, embora o governo aponte que haverá ganho para o setor como um todo em termos de crescimento das receitas.

Uma proposta alternativa que foi apresentada formalmente no Congresso é o chamado Simplifica Já, que faz parte da PEC 46/2022. O texto foi protocolado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e subscrito por 37 senadores no fim do ano passado. A PEC tem o apoio de algumas entidades de serviços e da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), que representa os grandes municípios.

Deputados protestam contra a CPMF Pedro Ladeira - 2.fev.16/Folhapress

+ Alternativas à reforma

Simplifica Já/PEC 46/2022
- Unificação das legislações do ICMS e do ISS, sem extingui-los
- Permite incentivos fiscais setoriais
- Mudanças nas regras do PIS/Cofins federal
- Desoneração da folha
- Tributação de marketplaces e aplicativos

Proposta da CNS
- Fim da contribuição patronal ao INSS
- Fim das contribuições do salário-educação e ao Incra
- Redução na contribuição dos trabalhadores à Previdência
- Nova contribuição sobre movimentações financeiras ou
- Financiar a desoneração da folha tributando mais o consumo

Reforma infraconstitucional
- Reduzir horas gastas com obrigações acessórias
- Reduzir alíquotas dos tributos atuais e das multas aplicadas
- Impedir a criação de Fundos estaduais
- Acabar com as tarifas Tust e Tusd na energia elétrica
- Acabar com a sistemática de substituição tributária
- Revisar a política dos créditos de insumos para o PIS/Cofins

O Simplifica Já prevê a unificação das legislações estaduais do ICMS e municipais do ISS, mas não acaba com esses impostos, e deixa estados e municípios livres para dar incentivos fiscais setoriais no modelo da guerra fiscal. As propostas em análise no Congresso, por outro lado, dizem que um produto deve ter a mesma alíquota em todo o país.

Também estão previstas mudanças nas regras do PIS/Cofins federal e a desoneração da folha com a tributação de marketplaces e aplicativos.

A PEC 46/2022 não está sendo analisada pelo grupo de trabalho que trata da reforma na Câmara. O colegiado trabalha em cima de dois outros textos (PEC 45 e PEC 110), ambos em discussão desde 2019.

Outra entidade setorial, a CNS (Confederação Nacional dos Serviços), propôs duas alternativas de reforma, ambas focadas na desoneração da folha de pagamento. Nos dois casos, seriam extintas as contribuições patronais de 20% para o INSS, ao Incra e para o salário-educação, além de haver uma redução na parcela descontada do trabalhador do intervalo de 8% a 11% para de 5% a 8%.

Em troca, seria recriada a CPMF, dessa vez com o nome de Contribuição Previdenciária sobre Movimentação Financeira, e uma alíquota de 0,74% —quase o dobro do imposto de 0,38% que vigorou no Brasil de 1997 a 2007.

A ideia de criar uma contribuição previdenciária sobre movimentação financeira para desonerar a folha era defendida pelo Ministério da Economia na gestão Paulo Guedes (2019-2022), mas a proposta nunca teve apoio no Congresso.

Luigi Nese, presidente da CNS, admite que a nova CPMF tem pouca probabilidade de ser aprovada. Por isso, propõe como alternativa compensar a desoneração da folha com uma alíquota maior sobre a tributação do consumo.

Nese é contra a criação do imposto que está em debate no Congresso, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que segue o modelo conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado), utilizado na maioria dos países da Europa e América Latina. Ele diz que o IBS é obsoleto e que a CPMF é um imposto moderno.

"O que tem de colocar na mesa é o IVA com a desoneração da folha. Não tem chance de passar sem a desoneração", afirma Nese, que ainda assim vê poucas chances de aprovação da reforma sobre o consumo. "Acho que a reforma tributária não passa."

Na quinta (30), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) descartou a volta da CPMF, ao falar sobre medidas para aumentar a arrecadação.

Muitos especialistas apontam a CPMF como um tributo que não é progressivo, porque incide sobre ricos e pobres com o mesmo percentual. Impostos progressivos, como IR e IPTU, por outro lado, possuem faixa de isenção e alíquotas maiores para os mais ricos. No IBS da reforma tributária, essa diferenciação será feita por meio da devolução do imposto (via cashback) para a baixa renda.

Alguns tributaristas têm defendido uma reforma infraconstitucional, focada na simplificação em vez de mudar o sistema tributário. Em artigo publicado no blog da **Folha** Que Imposto é Esse, Fernando Facury Scaff, professor da Faculdade de Direito da USP, defendeu essa posição.

Entre as medidas para melhorar o sistema, ele defende revisar a política de créditos de insumos para o PIS/Cofins e sistematizar a coleta de informações fiscais, reduzindo as quase 2.000 horas de trabalho gastas no preenchimento de obrigações acessórias.

"A reforma constitucional tributária pode estar madura para o Congresso, mas os setores produtivos e a academia não entendem desse modo."

Eduardo Cucolo

Primeiras impressões do marco fiscal

Arcabouço e reforma de impostos indiretos permitirão chegar bem a 2026

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Na quinta (30), foram apresentadas as linhas gerais do novo marco fiscal. Temos que esperar o detalhamento, mas o princípio é que a taxa de crescimento do gasto público real, isto é, acima da inflação, oscilará entre 0,6% e 2,5% ao ano.

O crescimento do gasto primário da União será de 70% da expansão da receita do ano anterior, se for maior que 0,6% e até o limite de 2,5%. Caso contrário, a alta do gasto será 0,6% como piso e 2,5% como teto.

Ou seja, temos uma banda de crescimento entre um teto e um piso. O ponto do interior da banda em que estaremos (quando não estivermos nem no teto nem no piso) dependerá do crescimento da receita.

Adicionalmente, há metas de superávit primário que, se não são atingidas, reduzem o crescimento do gasto para o ano subsequente em 50% do crescimento da receita, em vez dos 70%.

Essa regra estabelecerá que quase sempre o crescimento do gasto será menor do que o crescimento da receita. Como a receita cresce conjuntamente com a economia, a regra prevê uma redução do gasto como proporção do PIB. É uma regra correta para uma economia que tem um desequilíbrio fiscal crônico.

Há três dúvidas maiores e qualificações à regra. Primeiro, hoje o gasto com saúde é vinculado ao crescimento da receita. Se o gasto total crescerá menos que a receita, haverá, com a passagem do tempo, um aumento da participação do gasto em saúde como proporção do gasto total.

O ideal seria que houvesse em 2023 a recomposição do gasto em saúde até o nível avaliado adequado pelo governo. A partir desse ponto, a regra de crescimento do gasto de saúde seria a mesma do gasto total, 70% do crescimento da receita, com o piso e teto.

Segundo, a vinculação à receita fará com que a regra seja mais procíclica do que um teto de gasto. O fato de o crescimento do gasto ser inferior ao crescimento da receita não elimina a prociclicidade. Esta ocorre pois, quando a receita cresce, o gasto também cresce. Piso e teto moderam esse problema.

O terceiro problema é que a regra é insuficiente. Além da regra, o governo divulgou metas de superávit primário de 2024 a 2026, respectivamente de 0% do PIB, 0,5% e 1%. A simulação da regra não gera esses valores de superávit. Falta algo entre 1% e 1,5% do PIB de receita.

Para que essa trajetória de superávit primário estabelecido pelo governo se materialize, será necessário um aumento de carga tributária. Não está claro quais serão as bases tributárias a serem exploradas.

O mantra do presidente Lula tem sido "precisamos colocar o pobre no orçamento e o rico na receita". Portanto, tudo sugere que, quando as medidas de elevação de arrecadação vierem, elas se concentrarão em impostos sobre as altas rendas.

Dois são os espaços mais óbvios de tributação sobre as altas rendas. Primeiro, fechar espaço de planejamento tributário que permite que o lucro tributário das empresas seja sistematicamente inferior ao lucro contábil. Essa é medida para as empresas que operam no regime do lucro real.

Para as empresas que operam no regime do Simples e as pejotinhas, a agenda é tributar a distribuição de dividendos. Os regimes tributários especiais constituem caso claro de elisão fiscal.

Evidentemente, para que o ganho de receita ajude a reduzir a dívida pública, não poderá ser compartilhado com estados e municípios nem vinculado a outras linhas de gasto.

A aprovação do marco fiscal com essa elevação de arrecadação, associada à aprovação da reforma dos impostos indiretos, que melhorará em muito o ambiente de negócios no Brasil, produzirá o espaço para que Lula chegue bem a 2026. E o país também.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante entrevista, na quinta-feira (30), sobre a proposta de nova regra fiscal do governo Lula Sergio Lima - 30.mar.23/AFP

Governo quer arrecadar mais com imposto sobre fundos de super-ricos

Novo pacote para elevar receitas é parte do plano de voo de Haddad para equilibrar contas públicas

Idiana Tomazelli, Nathalia Garcia e Fábio Pupo

BRASÍLIA Após propor um arcabouço fiscal que assegura a ampliação de despesas acima da inflação em todos os anos, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prepara um amplo pacote de medidas para arrecadar mais e conseguir entregar a melhora nas contas públicas prometida para os próximos anos.

A intenção é anunciar o cardápio de iniciativas já no início desta semana. A lista deve incluir a tributação de fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda (os super-ricos), a taxação de apostas esportivas e o fim de brechas legais usadas por empresas para pagar menos IRPJ e CSLL —classificadas pelo ministro como "jabutis" tributários.

A elevação das receitas é um pilar para a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal apresentado por Haddad na quinta (30). O desenho garante um aumento real dos gastos entre 0,6% e 2,5% a cada ano.

A despeito da alta prevista nas despesas, a equipe econômica traçou metas ambiciosas para o mandato e prometeu entregar um superávit de 1% do PIB em 2026. Em entrevista coletiva, o próprio Haddad adiantou que anunciará nos próximos dias um pacote para arrecadar até R$ 150 bilhões adicionais.

Segundo interlocutores ouvidos pela **Folha**, as medidas devem assegurar uma arrecadação de ao menos R$ 50 bilhões neste ano. O impacto citado pelo ministro, portanto, seria o esperado num ano completo.

Uma das ações é a tributação dos fundos exclusivos de investimento, em que poucos cotistas mantêm valores expressivos em aplicações. Hoje, quem investe nesses fundos recolhe IR (Imposto de Renda) apenas no resgate dos recursos, o que pode levar anos.

A sistemática é diferente de outros fundos, que sofrem incidência do chamado "come-cotas", cobrado periodicamente sobre os rendimentos.

A intenção é começar a cobrar o "come-cotas" também sobre fundos exclusivos.

"Essa regra [fiscal] não vai ser impedimento para que se cumpra aquilo convencionado pela sociedade. Apenas o que foi convencionado tem que ter a contrapartida dos setores mais abastados", disse o ministro durante o anúncio da nova regra.

Em 2017, o governo Michel Temer (MDB) editou uma MP (medida provisória) para instituir a cobrança periódica de IR sobre os fundos exclusivos, a cada seis meses.

Na época, a estimativa era arrecadar R$ 10,72 bilhões com a cobrança de 15% de IR sobre os rendimentos acumulados desde a criação dos fundos até a data de 31 de maio de 2018.

A tributação do estoque é a principal fonte de receita dessa medida, mas também foi um dos pontos de maior resistência no Congresso Nacional. A MP acabou não vingando e perdeu validade sem que o Executivo arrecadasse um centavo sequer.

A equipe de Haddad também quer resolver o impasse em torno da discussão se os benefícios fiscais do ICMS concedidos pelos estados às empresas compõem a base de cálculo de IRPJ e CSLL, dois tributos federais.

Os incentivos podem ser redução da base de cálculo, crédito presumido (para abater o valor devido), corte de alíquota, isenção, diferimento ou imunidade tributária.

Sob a ótica do contribuinte, a concessão de um benefício fiscal eleva suas receitas e amplia o lucro da empresa. Mas a legislação federal permite a exclusão desse valor da base de cálculo dos tributos quando a subvenção é concedida para incentivar investimentos, mas não para custeio (como despesas operacionais ou com pessoal).

A lei não chegou a detalhar os critérios de classificação de cada tipo de subvenção, mas a Receita Federal historicamente adota o entendimento de que a subvenção para investimento é aquela que busca estimular a instalação ou a expansão de empreendimentos.

A interpretação dada pelo fisco, porém, começou a ser questionada pelos contribuintes nos últimos anos.

Em 2017, o Congresso Nacional alterou a legislação para tentar resolver a questão em favor das empresas. Um dispositivo inserido na lei complementar 160 (que buscava pôr fim à guerra fiscal entre estados) estabeleceu, de forma expressa, que os incentivos e benefícios fiscais do ICMS são considerados subvenções para investimento —ou seja, livres da tributação federal.

O texto também vedou a "exigência de outros requisitos ou condições" para o reconhecimento do benefício da isenção, abafando a atuação da Receita Federal.

A mudança foi sucedida por uma interpretação ampla dada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). A corte deu vitória às empresas ao decidir que créditos presumidos do ICMS, sejam para custeio, sejam para investimento, não compõem a base de cálculo de IRPJ e CSLL.

A decisão prejudicou a arrecadação e encorajou os contribuintes a buscar uma isenção ainda maior. As empresas começaram a adotar o entendimento de que todos os incentivos fiscais devem ser excluídos da base de cálculo de IRPJ e CSLL, incluindo qualquer diferença por corte de alíquota do ICMS nos estados.

No dia 26, o tema entrará novamente em julgamento no STJ, que vai decidir se a interpretação sobre os créditos presumidos, favorável às empresas, pode ser aplicada também aos demais tipos de benefício fiscal.

Haddad também antecipou que o governo quer taxar o mercado de apostas esportivas eletrônicas, com a expectativa de arrecadar até R$ 6 bilhões. A Fazenda ainda avalia qual será a alíquota do tributo a ser cobrado.

Em entrevista à **Folha** em março, o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, disse que o governo ainda está calibrando as estimativas do potencial de receitas com a medida.

"É uma atividade que hoje não é tributada. A gente não tem números precisos do que está acontecendo no mundo, e muito dela é ilegal. Então, é difícil fazer estimativa. É mais fácil fazer estimativa quando você já tem a receita e está aumentando a alíquota", afirmou.

Segundo ele, as melhores experiências internacionais indicam taxar as empresas, deixando uma tributação residual para o apostador. O secretário ressalta também que a atividade lida com uma série de externalidades negativas, como vício e lavagem de dinheiro.

No mês passado, Haddad afirmou que, com a tributação do mercado de apostas eletrônicas, o governo pretende compensar a perda de arrecadação com a atualização da faixa de isenção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

+ Medidas na mira

- Tributação de fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda (os super-ricos)
- Taxação de apostas esportivas
- Fim de brechas legais usadas por empresas para pagar menos IRPJ e CSLL —classificadas como "jabutis" tributários

R$ 50 bilhões

é quanto o governo pretende arrecadar neste ano com pacote de medidas que devem ser anunciadas nesta semana

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

ID 6033

Imóvel Residencial
Guarulhos/SP

Imóvel com 168 m² de construção e terreno com área de 156 m². Localizado a 4 min. da Av. Tiradentes.

Avaliação **R$ 281.434,80** | Lances a partir de **R$ 168.860,88**

1° Leilão **06/04 - 09:00hs**
2° Leilão **27/04 - 09:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Adriana Porto Mendes
3ª Vara Cível de Guarulhos/SP

ID 6102

Terreno Urbano
Piracicaba/SP

Terreno com área de 14.075 m². Composto por 2 casas de 305 m² e 354 m², uma construção inacabada utilizada como orquidário e outra destinada ao uso como galinheiro.

Avaliação **R$ 3.929.794,76** | Lances a partir de **R$ 2.357.876,85**

1° Leilão **06/04 - 09:30hs**
2° Leilão **27/04 - 09:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Fabíola Helena de Paula Roque Lucato
1ª Vara da Família e Sucessões de Piracicaba/SP

ID 6106

Terreno Urbano
São José do Rio Preto/SP

Terreno com 220 m² constituído pelo lote 30 da Quadra 08, situado no loteamento denominado Fazenda Rio Preto.

Avaliação **R$ 92.614,55** | Lances a partir de **R$ 55.568,73**

1° Leilão **06/04 - 09:30hs**
2° Leilão **27/04 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Augusto Casconi
5ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

ID 6111

Apartamento com 55 m²
São Paulo/SP

Imóvel no Cond. Green Park, composto por 3 dorms, banheiro, sala 2 ambientes, varanda, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 244.199,58** | Lances a partir de **R$ 122.099,79**

1° Leilão **06/04 - 10:00hs**
2° Leilão **27/04 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI de Pinheiros/SP

ID 4908

Imóvel Residencial com 150 m²
Tatuí/SP

Imóvel composto por sala, cozinha, quarto, banheiro, lavanderia e depósito nos fundos. Localizado a 4 min. da Rod. Antônio Romanó Schincariol.

Avaliação **R$ 248.359,28** | Lances a partir de **R$ 124.179,64**

1° Leilão **06/04 - 10:00hs**
2° Leilão **27/04 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Rubens Petersen Neto
2ª Vara Cível de Tatuí/SP

ID 6114

Apartamento com 125 m²
Pindamonhangaba/SP

Imóvel no Condomínio Serra da Mantiqueira, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, cozinha, 2 banheiros, sala, escritório, área de serviço e 2 vagas de garagem.

Avaliação **R$ 380.000,00** | Lances a partir de **R$ 228.000,00**

1° Leilão **06/04 - 10:00hs**
2° Leilão **27/04 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

ID 6117

Terreno Urbano com 250 m²
São José dos Campos/SP

Terreno plano no Residencial Altos da Serra VI, localizado a 8 min. da Univap - Universidade do Vale do Paraíba e a 17 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 528.923,58** | Lances a partir de **R$ 423.138,86**

1° Leilão **06/04 - 10:30hs**
2° Leilão **27/04 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6118

Imóvel Residencial
Franca/SP

Imóvel com 206 m² de construção e terreno com área de 274 m². Localizado a 3 min. da Av. Dr. Hélio Palermo e a 6 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 355.909,17** | Lances a partir de **R$ 213.545,50**

1° Leilão **06/04 - 10:30hs**
2° Leilão **27/04 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

ID 5880

Apartamento com 56 m²
Diadema/SP

Imóvel no Condomínio Costa Marina, composto por 2 dorms, banheiro, sala, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 358.945,82** | Lances a partir de **R$ 233.314,78**

1° Leilão **06/04 - 11:00hs**
2° Leilão **27/04 - 11:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Erika Diniz
1ª Vara Cível de Diadema/SP

ID 6125

Terreno, Veículos e Maquinários
Porto Ferreira/SP

Terreno urbano com 3,707 hectares, veículos, sucatas e maquinários da Massa Falida Cerâmica San Marino Ltda.

Avaliação **R$ 14.692.588,88** | Lances a partir de **R$ 8.815.553,32**

1° Leilão **06/04 - 14:00hs**
2° Leilão **27/04 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Valdemar Bragheto Junqueira
2ª Vara Cível de Porto Ferreira/SP

Complexo Industrial — ID 5205

Rio Claro/SP

Terreno com total de 21.977 m² e 1.953 m² de área construída, composta por 3 barracões, 3 casas e 1 rancho. Localizado à 14 min do centro da cidade.

Avaliação **R$ 17.748.768,43** | Lances a partir de **R$ 8.874.384,21**

Leilão **17/04 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavão
4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

Terreno Rural — ID 6120

Turvo/PR

Terreno com área total de 726 hectares, constituído de terras de faxinais e lavradias. Localizado na zona rural do município de Turvo/PR.

Avaliação **R$ 45.000.000,00** | Lances a partir de **R$ 22.500.000,00**

1° Leilão **03/04 - 10:00hs**
2° Leilão **18/04 - 10:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Luciana Luchtenberg Torres Dagostim
2ª Vara Cível de Guarapuava/PR

ID 5822 - Lote 1

Apartamento com 67 m²
São José dos Campos/SP

Imóvel no Residencial Anhembi com vaga de garagem. Localizado a 3 min. da Rodovia Henrique Eroles e a 7 min. do Shopping Jardim Oriente.

Avaliação **R$ 300.445,27** | Lances a partir de **R$ 210.311,68**

1° Leilão **17/04 - 09:00hs**
2° Leilão **08/05 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6103 - Lote 1

Imóvel Residencial
Votuporanga/SP

Imóvel com 490 m² de construção e terreno com área de 571 m². Localizado a 8 min. da Rodovia Euclides da Cunha.

Avaliação **R$ 250.000,00** | Lances a partir de **R$ 225.000,00**

1° Leilão **17/04 - 09:00hs**
2° Leilão **05/05 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Augusto Casconi
5ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

ID 6108

Apartamento Duplex
Bairro Butantã/SP

Imóvel no Edifício Gleverson com 197 m². Composto por sala 2 ambientes, cozinha, 2 suítes, 3 banheiros, dormitório e área de serviço, piscina e 4 vagas de garagem.

Avaliação **R$ 1.625.330,56** | Lances a partir de **R$ 812.665,28**

Leilão **17/04 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI de Pinheiros/SP

ID 5343

Apartamento com 236 m²
Guarujá/SP

Imóvel no Condomínio Mirante Santa Fé, composto por sala 3 ambientes, lavabo, 4 dorms com suíte, cozinha, copa, banheiro, wc e dependências de empregada, área de serviço e 3 vagas de garagem.

Avaliação **R$ 1.125.027,27** | Lances a partir de **R$ 562.513,63**

1° Leilão **17/04 - 09:30hs**
2° Leilão **08/05 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP

ID 6000

Terreno
Paranapanema/SP

Área de terras com 71.700 m² na Fazenda das Posses, composto por 2 imóveis edificados, sendo uma residência de 380 m² e um barracão de alvenaria com 350 m². Localizado em área nobre na Avenida das Posses.

Avaliação **R$ 11.089.458,38** | Lances a partir de **R$ 5.544.729,20**

1° Leilão **17/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/04 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Diogo da Silva Castro
Vara Única de Paranapanema/SP

ID 6032

Apartamento com 66 m²
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel no Cond. Nossa Senhora do Monte Carmelo, composto por 2 dorms, hall, sala 2 ambientes, banheiro, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 323.000,00** | Lances a partir de **R$ 242.250,00**

Leilão **17/04 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'Olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 5285

Imóvel Residencial com 132 m²
Caraguatatuba/SP

Imóvel e respectivo terreno, composto por 3 dorms, sala, cozinha, banheiro e lavanderia. Localizado a 6 min. da Praia do Camaroeiro.

Avaliação **R$ 225.496,67** | Lances a partir de **R$ 180.397,33**

1° Leilão **27/04 - 11:00hs**
2° Leilão **17/05 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6123

Imóvel Residencial
Cerquilho/SP

Imóvel com 167 m² de construção e terreno com área de 362 m². Localizado a 3 min. da Rod. Antonio Romano Schincariol e a 4 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 480.379,51** | Lances a partir de **R$ 384.303,61**

1° Leilão **27/04 - 11:00hs**
2° Leilão **17/05 - 11:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Daniela Mie Murata
4ª Vara Cível de Piracicaba/SP

ID 6127

Imóvel Residencial
Pindamonhangaba/SP

Imóvel com 95 m² de construção e terreno com área de 225 m². Composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, banheiro, sala, copa, cozinha, área de serviço, jardim de inverno, varanda coberta e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 468.834,64** | Lances a partir de **R$ 281.300,78**

1° Leilão **27/04 - 11:30hs**
2° Leilão **17/05 - 11:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

ID 6132

Terreno Rural
Santana de Parnaíba/SP

Área rural com 25.788,55 m², localizado a 12 min. da Estrada dos Romeiros e a 15 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 5.622.679,17** | Lances a partir de **R$ 3.373.607,50**

1° Leilão **27/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/05 - 14:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Débora Custódio Santos Marconi
5ª Vara Cível de Barueri/SP

ID 5141

Apartamento com 158 m²
São José dos Campos/SP

Imóvel no Edifício Marya Lúcia, composto por 4 dorms, sendo 2 suítes, com sala de estar e jantar, sacada, cozinha, banheiro e área de serviço.

Avaliação **R$ 808.796,11** | Lances a partir de **R$ 768.356,29**

1° Leilão **27/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/05 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 5027

Apartamento com 69 m²
Campinas/SP

Imóvel no Condomínio Aldeia da Serra, composto por 3 dormitórios, sala com sacada, cozinha, banheiro, área de serviço, wc e vaga de garagem. Localizado a 11 min. do Shopping Parque Dom Pedro.

Avaliação **R$ 538.699,42** | Lances a partir de **R$ 511.764,44**

1° Leilão **27/04 - 14:00hs**
2° Leilão **17/05 - 14:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Patrícia Ribeiro Bacciotti Parisi
2ª Vara Cível de Paulínia/SP

ID 6137

Prédio Comercial
Juazeiro/BA

Imóvel comercial com 1.891 m² de construção e terreno com área de 3.760m². Localizado a 2 min. da Av. Santos Dumont. e a 4 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 25.705.669,18** | Lances a partir de **R$ 15.423.401,50**

1° Leilão **05/05 - 09:30hs**
2° Leilão **25/05 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Fabio Fresca
4ª Vara Cível do Foro Regional III de Jabaquara/SP

ID 4826

Terreno com área de 91.645 m²
São José dos Campos/SP

Localizado a 8 min. do centro da cidade, altura da saída 150 da Rodovia Presidente Dutra (sentido São Paulo).

Avaliação **R$ 57.000.000,00** | Lances a partir de **R$ 45.600.000,00**

1° Leilão **05/05 - 10:00hs**
2° Leilão **25/05 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6063 - Lote 1

Apartamento com 61 m²
Sorocaba/SP

Imóvel no Residencial Palácio San Marco com vaga de garagem. Localizado a 4 min. da Rod. Raposo Tavares e a 7 min. do Shopping Iguatemi.

Avaliação **R$ 252.178,97** | Lances a partir de **R$ 126.089,48**

1° Leilão **05/05 - 10:00hs**
2° Leilão **25/05 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Cortina Campopiano
3ª Vara Cível de Itapecerica da Serra /SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 — 11 95577 1200 — **www.leje.com.br** — @lejeoficial — Leilão Judicial Eletrônico

O ministro Carlos Fávaro durante seminário em Pequim, na China, em março Thomas Peter - 29.mar.23/Reuters

Com Dilma no Brics, governo vê parceria para crédito mais barato ao agro, diz ministro

Titula da Agricultura afirma que bancada ruralista tem de descer do palanque

ENTREVISTA
CARLOS FÁVARO

Thiago Resende

BRASÍLIA O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro (PSD), disse que pretende estabelecer parceria com o banco dos Brics, chefiado por Dilma Rousseff, para ampliar a oferta de crédito a juros baixos para produtores rurais.

"O Brasil tem um bom momento para captar. Pega dinheiro com os Brics, e o BNDES e o Banco do Brasil emprestam para investidores, compra de tratores, máquinas colheitadeiras, construção de armazéns. Investimentos de cinco, seis, sete anos com taxas mais reduzidas. É uma operação muito segura para todos", disse à **Folha**.

Ele também criticou a reação às declarações do presidente da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), Jorge Viana, que em seminário na China falou sobre 84 milhões de hectares desmatados na Amazônia nos últimos 50 anos, sendo 67 milhões da pecuária.

Para Fávaro, a bancada ruralista, uma das mais influentes do Congresso, agiu de forma eleitoreira ao classificar a fala de Viana como "irresponsável".

*

Qual o balanço que o sr. faz da viagem à China? O que eu trago de mais importante na bagagem de lá para cá é o sentimento de que os laços de fraternidade entre o Brasil e China estão restabelecidos.

Por que o sr. acha que mudou a relação com a China? O respeito. Nosso tratamento. Nossa diplomacia. Também temos boas notícias no México, no Egito, no mercado de carne bovina para Indonésia, e ampliamos o mercado de suínos para o Japão. Por exemplo, o desembargo da carne bovina brasileira em razão do evento atípico da vaca louca foi feito em 29 dias, enquanto, em 2021, foram mais de cem dias. Foram habilitados mais quatro frigoríficos para exportar para a China. A possibilidade de fechar negócios entre Brasil e China sem passar pelo dólar.

Quais outras medidas devem ser anunciadas na visita de Lula? A certificação eletrônica. Nós não vamos mais precisar de papel, vai fazer eletronicamente. Então tira a burocracia para tudo. Para habilitar [empresa para exportação] e na hora da exportação, também precisa de documento. Vai ser tudo digital.

E com os Brics? A gente está trabalhando com os Brics também para ampliar, agora que a [ex]presidente Dilma está presidindo o banco [dos Brics] há uma oportunidade de financiar o setor produtivo através [de parcerias com] BNDES e Banco do Brasil.

Como funcionaria? O Banco do Brasil já teve uma pequena operação e já foi bem aceita no mercado produtor, por captar recursos dolarizados para aqueles que produzem produtos que são hedgeados [protegidos] em dólar, como soja, milho, algodão e carne bovina. Aí a taxa de juros é mais baixa, e essa é uma grande oportunidade. Mas são coisas que ainda o presidente precisa alinhar com a Dilma.

Qual a vantagem? O mercado captou bem na operação do Banco do Brasil. Teve tomador, e os juros são acessíveis. O Tesouro não precisa equalizar, portanto não precisa de dinheiro público para fazer equalização de juros, porque os juros estão no padrão internacional. O Brasil tem um bom momento para captar. Pega dinheiro com os Brics, e o BNDES e o Banco do Brasil emprestam para investidores, compra de tratores, máquinas colheitadeiras, construção de armazéns. Investimentos de cinco, seis, sete anos com taxas mais reduzidas. É uma operação muito segura para todos.

A ida de Joesley e Wesley Batista, da J&F, na comitiva para a China gerou ruídos no governo e na viagem? É a maior empresa de alimentos do mundo. Ela gera milhares de empregos para brasileiros. Se o empresário não teve um bom procedimento em algum momento, ele paga por isso. Resolve a vida dele, e agora a vida que segue. Por que não pode ir lá ampliar os negócios e gerar mais emprego, dentro da legalidade? A presença deles não gerou nenhum mal-estar.

As declarações do presidente da Apex foram criticadas pela bancada ruralista. [Foi uma reação] eleitoreira. Eles não desceram do palanque. O Jorge não falou nada de mais. Ele falou que em alguns anos o Brasil teve uma política complacente com o desmatamento da Amazônia, queimadas ilegais. E é verdade. Ele mostrou que esse governo não vai passar a mão em quem comete crime ambiental porque todo o mundo paga esse preço. A FPA [bancada ruralista] exagerou, está impregnada na eleição ainda. Se quiser disputar, arruma outro candidato em 2026 e disputa. Agora temos que olhar para a frente. Os empresários do agro que estavam lá não se sentiram ofendidos.

A bancada também diz que houve um enfraquecimento do Ministério da Agricultura. Essa é outra conversa eleitoreira. A Conab terá gestão compartilhada entre Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Não faz sentido essa conversa. O Plano Safra é feito aqui.

O Cadastro Ambiental Rural, sim, saiu do ministério e foi para o Meio Ambiente. Eu acho que era bom ter isso dentro da Agricultura para os produtores acompanharem, mas é um cadastro ambiental rural e vamos trabalhar nisso junto com Marina Silva [ministra do Meio Ambiente].

E o Plano Safra 2023/2024? Estamos estruturando. Vamos ter novidades, linhas de crédito dolarizadas, novas alternativas para investimento. Vamos ter mais recursos.

Não vou dizer que teremos taxas de juros muito baratas porque aí não é culpa nossa. O Tesouro tem limites para poder gastar.

O agronegócio tem criticado os juros, a reforma tributária e invasões de terra. Nós estamos abrindo mercado. As empresas precisam investir, mas com essa taxa de juros? É frustrante. Dificulta o investimento essa taxa básica de juros. Se tivéssemos com um risco inflacionário, se as contas públicas tivessem desequilibradas, [eu entenderia].

Há um gesto [do governo]. Vamos ser coerentes com o Brasil que quer crescer. A reforma tributária eu ainda não vi a proposta que vai chegar à mesa. O produto primário não aguenta ser taxado. É alimento e é base primária da cadeia.

Carlos Fávaro, 53
Produtor rural e ministro da Agricultura e Pecuária. Foi senador da República por Mato Grosso, onde foi vice-governador. Foi vice-presidente da Aprosoja e dirigiu a associação no estado. Um dos principais interlocutores de Lula junto ao setor na campanha, coordenou o grupo de transição da área

> "O Brasil tem um bom momento para captar. Pega dinheiro com os Brics, e o BNDES e o Banco do Brasil emprestam para investidores, compra de tratores, máquinas colheitadeiras, construção de armazéns. Investimentos de cinco, seis, sete anos com taxas mais reduzidas

> "Nós estamos abrindo mercado. As empresas precisam investir, mas com essa taxa de juros? É frustrante. Dificulta o investimento essa taxa básica de juros

O engenheiro eletrotécnico Martin Cooper com cópia do DynaTAC de 1973 Valerie Macon - 20.mar.23/AFP

'Tijolão' de 1,4 kg deu início à era do celular, há 50 anos

História de aparelho que revolucionou as comunicações começou com ligação de engenheiro da Motorola para rival

TEC

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A história dos mais de 15 bilhões de telefones celulares no mundo começou 50 anos atrás, em 3 de abril de 1973.

Martin Cooper, engenheiro eletrotécnico da então empresa de rádio automotivo Motorola, ligou para um rival que trabalhava no Bell Labs, da AT&T, para informar que havia vencido a corrida da telefonia móvel.

"Estou ligando para você de um celular, mas um celular de verdade, pessoal, que cabe na mão", disse Cooper para o engenheiro concorrente Joel Angel. Antes da reviravolta, a AT&T liderava essa disputa com seu sistema de transmissão de ondas celulares.

A noção de um celular que cabia na mão era diferente da atual. O primeiro DynaTAC pesava 1,4 kg e tinha 25 cm de comprimento. Um tijolo vazado de 19 cm de comprimento pesa em média 2,2 kg. O próprio Cooper, hoje com 94 anos, disse em entrevista à AFP na quinta-feira (30) que era impossível segurar o aparelho por mais de 25 minutos —o tempo que durava a bateria do dispositivo.

Ainda assim, Cooper liberou os telefones dos carros. Os aparelhos da AT&T ficavam acoplados a automóveis.

Para colocar o primeiro celular no mercado, a Motorola levou mais dez anos. Apenas em 1983, começou a vender o DynaTAC 8000x, por US$ 5.000 (US$ 15,4 mil em valores atuais, ou R$ 78 mil). Isso porque precisou desenvolver, com US$ 100 milhões, um sistema analógico de transmissão de rádio capaz de suportar a nova clientela, também chamado de DynaTAC.

A noção do que era um celular mudou ao longo dessa metade de século. Aparelhos começaram a tocar faixas em mp3, enviar emails, acessar navegadores de internet e baixar aplicativos. Os preços também baixaram. Nos Estados Unidos, um iPhone 14 Pro custa a partir de US$ 999 (cerca de R$ 5.100).

A última revolução dos aparelhos telefônicos veio com o design minimalista do iPhone 2G da Apple, lançado em 2007. O feito consolidou a já grande fama do empresário Steve Jobs. A funcionalidade de multitouch, que permite selecionar dois pontos da tela ao mesmo tempo com os dedos, garante a experiência de uso de dispositivos móveis à qual estamos acostumados hoje.

Em entrevista ao veículo especializado em tecnologia Motherboard, dez anos atrás, Martin Cooper foi além. O engenheiro que idealizou o primeiro telefone móvel pensou no futuro da tecnologia como um chip implantado atrás da orelha, com acesso a uma rede de computadores. "Seria um telefone por voz em estado ótimo."

"O conceito de aplicativos está todo errado. O ideal seria ter uma inteligência artificial capaz de atender aos nossos pedidos, idealmente mais inteligente do que nós. Seria um servo portátil", disse o criador do celular, bem antes de a OpenAI lançar o ChatGPT, que tem impressionado as pessoas por suas capacidades textuais.

Na conversa de quinta-feira com a AFP, Cooper lamentou que as pessoas sejam consumidas pelas telas de seus smartphones. "Quando vejo alguém atravessando a rua olhando para o telefone, eu me sinto péssimo. Eles não estão pensando."

Em excesso, o celular pode causar problemas de sono e de postura, irritabilidade e sedentarismo. Esses efeitos colaterais podem ser piores para crianças, que não têm as capacidades socioemocionais de um adulto, de acordo com a professora da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) Evelyn Eisenstein.

> Quando vejo alguém atravessando a rua olhando para o telefone, eu me sinto péssimo. Eles não estão pensando
>
> **Martin Cooper, 94**
> engenheiro eletrotécnico da então empresa de rádio automotivo Motorola, que idealizou o telefone celular, em 1973

Segundo a pesquisa TIC Kids Online de 2022, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 96% dos jovens de 9 a 17 anos já têm celular no Brasil.

Em junho de 2022, o país já tinha 242 milhões de smartphones, conforme dados da pesquisa "Uso de Tecnologias da Informação no Brasil", da FGV (Fundação Getulio Vargas). O país tem mais de um aparelho por habitante desde 2016.

Evelyn Eisenstein recorda que, em 1990, quando chegaram os primeiros celulares no Brasil, o acesso era difícil. "Nós usávamos o aparelho nas emergências dos hospitais. Era um objeto pesado, que guardávamos em um cinto especial."

Ela se refere ao Motorola PT-550, que logo ganhou o apelido "tijolão" no país. O modelo, contando a antena externa no topo, alcançava 22,8 cm de comprimento. O design do celular era inovador por sua dobradiça que protegia as teclas de poeira. No exterior, o aparelho custava US$ 3.000 e tinhas as funções agenda telefônica e identificador de chamada.

Quem quisesse usar a linha de celular ainda tinha que desembolsar até US$ 20 mil para a estatal Telerj —e havia fila. O sistema de transmissão ainda era analógico, como aqueles dos Estados Unidos nos anos 1980.

O ex-deputado Eduardo Cunha, que presidiu a empresa de telefonia carioca entre 1991 e 1993, costuma dizer que liderou a implantação da telefonia móvel no Brasil. Essas primeiras linhas contavam com o prefixo "982".

A estatal depois foi privatizada, como as outras subsidiárias e veio a dar origem à companhia que conhecemos como Oi, hoje em sua segunda recuperação judicial.

A estatal paulista Telesp só veio trazer o serviço para o estado em 1993. Em 1997, em Brasília, começou a operar o primeiro serviço de celular digital no Brasil. Nos anos 2000, o país começou a adotar o sistema de padrão europeu, GSM.

Com o avanço da tecnologia, hoje, é possível comprar um chip pré-pago em qualquer banca de jornal. Alguns aparelhos voltaram a ser dobráveis, como o então inovador "tijolão". Um aparelho de topo de linha, como o iPhone 14 Pro Max, custa a partir de R$ 9.499 na loja oficial da Apple.

Aparelho DynaTAC
Empresa Motorola
Preço Não comercial
Tamanho 25 cm de comprimento
Peso (g) 1.400
Autonomia de bateria –
Funções Além de fazer ligações, o aparelho reunia funções comuns em telefones, como ajuste de volume, rediscagem e gravar número
Rede Usava a ALOHANet, rede pioneira de computadores desenvolvida pela Universidade do Havaí
Ano de lançamento 1973

Aparelho DynaTAC 8000x
Empresa Motorola
Preço US$ 3.900
Tamanho 33 x 4,5 x 8,9 cm
Peso (g) 1.100
Autonomia de bateria 20 a 30 min
Funções Além das funções anteriores, o modelo oferecia uma tela de LED que permitia gravar até 30 números
Rede General Packet Radio Service (GPRS)
Ano de lançamento 1983

Aparelho PT-550
Empresa Motorola
Preço US$ 3.000
Tamanho 22,8 cm de comprimento
Peso (g) 348
Autonomia de bateria 120 min de tempo de fala e até 15 h em espera
Funções Primeiro celular vendido no Brasil
Rede General Packet Radio Service (GPRS)
Ano de lançamento 1989

Aparelho Simon
Empresa IBM
Preço US$ 890
Tamanho 20,3 x 6,35 x 3,81 cm
Peso (g) 510
Autonomia de bateria 60 min
Funções Celular tinha tela touchscreen, câmera, enviava emails e fax
Rede Advanced Mobile Phone System (AMPS)
Ano de lançamento 1994

Aparelho 9000 Communicator
Empresa Nokia
Preço US$ 800
Tamanho 17,3 x 6,4 x 3,8 cm
Peso (g) 397
Autonomia de bateria 180 min de tempo de fala e até 35 h em espera
Funções Além das funções anteriores, acessava navegador de internet. Não tinha câmera. Bateria de lítio
Rede GSM
Ano de lançamento 1996

Aparelho RIM BlackBerry 5810
Empresa BlackBerry
Preço US$ 499
Tamanho 11,7 x 7,9 x 1,8 cm
Peso (g) 133
Autonomia de bateria 420 min de tempo de fala e até 280 h em espera
Funções Primeiro celular de sucesso comercial a enviar emails e ter acesso à rede wireless. Também tinha teclado "QWERTY", com todas as letras do alfabeto
Rede GSM
Ano de lançamento 2002

Aparelho RAZR V3
Empresa Motorola
Preço US$ 500
Tamanho 9,8 x 5,3 x 1,4 cm
Peso (g) 95
Autonomia de bateria 200 min de tempo de fala e 215 h em espera
Funções Toques em MP3, câmera VGA, acesso à internet, bluetooth e tela colorida
Rede GSM 2G
Ano de lançamento 2004

Aparelho iPhone
Empresa Apple
Preço US$ 499
Tamanho 11,5 x 6,1 x 1,2 cm
Peso (g) 135
Autonomia de bateria 480 min de tempo de fala e 250 h em espera
Funções Primeiro smartphone com tela touchscreen, nos moldes atuais
Rede GSM 2G
Ano de lançamento 2007

Aparelho Galaxy Note
Empresa Samsung
Preço US$ 299 mais contrato
Tamanho 14,7 x 8,3 x 1,0 cm
Peso (g) 178
Autonomia de bateria 780 min de tempo de fala e 820 h em espera
Funções Abriu caminho para as telas maiores. Recuperou a caneta para manuseio da tela
Rede GSM 3G
Ano de lançamento 2011

Aparelho FlexPai
Empresa Royole
Preço US$ 1.300
Tamanho 19 x 13,4 x 0,8 cm
Peso (g) 346
Autonomia de bateria Menos de dois dias
Funções Primeiro smartphone com tela dobrável
Rede GSM 4G
Ano de lançamento 2019

Aparelho Moto Z3
Empresa Motorola
Preço US$ 480
Tamanho 15,6 x 7,7 x 0,7 cm
Peso (g) 156
Autonomia de bateria 540 min de tempo de fala e 22 h em espera
Funções Primeiro smartphone compatível com a rede 5G
Rede GSM 5G
Ano de lançamento 2019

Ilustrações Luciano Veronezi

Amarildo

Interpretando a nova regra fiscal

Escolhas são condizentes com propostas discutidas na campanha eleitoral, mas também com mais gastos e posterior busca por mais receitas

Ana Paula Vescovi
Economista-chefe do Santander Brasil

Os Ministérios da Fazenda e Planejamento divulgaram as linhas gerais da proposta para nova regra fiscal, a ser enviada ao Congresso nas próximas semanas. A reação imediata dos mercados foi positiva: a curva de juros cedeu cerca de 0,2 ponto percentual, a Bolsa de Valores subiu quase 2%, e a taxa de câmbio se apreciou.

Algumas escolhas ficaram mais aparentes na forma do ajuste fiscal a ser endereçado pelo governo. Será mais dependente da busca por novas fontes de receitas, mais gradual, mais flexível e menos previsível.

O cenário mais completo com parâmetros econômicos deve ser divulgado com o projeto da lei fiscal ou no escopo do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias). Até o momento, com o conjunto de dados que temos disponível, há dificuldades para construir a ponte entre os elementos componentes da regra fiscal e o compromisso das metas de resultado primário, inclusive com as bandas de tolerância.

Vamos aos comentários, por partes.

Em primeiro lugar, a regra indica uma banda para crescimento real da despesa primária, entre 0,6% e 2,5% ao ano. Ou seja, trata-se de uma regra bem mais flexível que o teto de gastos, que ditava a estabilidade no gasto primário real. Nesse caso, não há a leitura da indução de reformas estruturais no gasto público brasileiro, extremamente rígido, tampouco a necessidade de realizar escolhas perante espaço fiscal mais apertado.

Para termos uma ideia, as despesas previdenciárias —que representam 44% do total de despesas primárias, após a reforma— tendem a crescer ao redor de 2,5% ao ano acima da inflação. Despesas de saúde e educação passarão a crescer na mesma taxa das receitas correntes líquidas, com a volta do critério proporcional vigente anteriormente ao teto (as despesas com saúde correspondem a 15% da receita corrente líquida, e as de educação, a 18%). Nesse caso, esperamos aumento pontual de R$ 30 bilhões no orçamento da saúde, que hoje se encontra abaixo do vigente na regra anterior.

O mesmo acontece com as emendas parlamentares. Esse conjunto representa 35% das receitas correntes. O Fundeb, o novo piso da enfermagem e parte dos precatórios continuarão fora da limitação de despesas, esta última rubrica acumulando saldos não pagos.

As propostas de recuperação gradual de valores reais do salário mínimo e dos salários reais dos servidores, por seu turno, deverão pressionar despesas com a folha de pessoal, com pensões e aposentadorias e benefícios da assistência social. Aqui falamos de um universo de 70% da despesa primária total.

Do lado das despesas discricionárias, que estão orçadas em 9% do total, já houve substancial elevação da base em 2023, o que pode facilitar a execução de compromissos de investimentos públicos mínimos. Mas aqui, novamente, ainda não temos números para elucidar o tamanho do compromisso.

Assim, a tarefa de cumprir o limite de 2,5% de crescimento real não será tão trivial perante compromissos já assumidos. E ainda há um outro limite a cumprir: a despesa dentro de um ano, ainda que dentro da faixa, não poderá ultrapassar 70% da variação da receita primária líquida recorrente dos últimos 12 meses.

Portanto, ainda que despesas vinculadas como saúde, educação e emendas parlamentares cresçam como proporção da receita corrente e outras despesas obrigatórias tenham dinâmica própria, o total das despesas primárias deverá crescer menos. Ou seja: há compromisso de destinar 30% do aumento de receitas à redução da dívida.

Contudo, apesar da difícil contenção do crescimento das despesas, os compromissos com metas de resultado do primário em proporção do PIB (déficit de -0,5% em 2023, 0% em 2024, superávits de 0,5% em 2025 e 1% em 2026) são extremamente ousadas, ainda que com bandas de tolerância de 0,25 ponto percentual.

Partindo do déficit de 1% do PIB estimado no mais recente relatório de avaliação bimestral do Tesouro Nacional, tratar-se-ia de um ajuste fiscal da ordem de 2% do PIB, similar ao realizado durante a vigência do regime do teto de gastos. O tamanho do esforço surpreendeu os agentes de mercado e, provavelmente, foi algo que ocasionou o otimismo retratado na melhora dos preços de ativos.

Para que a regra de despesa leve a tais resultados, será necessário um crescimento das receitas muito além do indicado pelos modelos estatísticos que as relacionam ao PIB. Sobretudo se considerarmos que a economia passará por um ciclo contracionista entre 2023 e 2024, crescendo muito provavelmente abaixo do PIB potencial.

Ademais, há previsão de queda do patamar extraordinário de receitas de dividendos e de vendas de ativos. Assim, fica subentendido que o governo deverá procurar por novas fontes de receitas permanentes entre 1,2% e 2,3% do PIB para cumprir as metas de resultado estipuladas. Isso seria algo próximo ao dobro para a receita bruta total, pois cerca da metade é repartida com entes subnacionais e fundos.

Se, devido às restrições mencionadas, as metas não forem cumpridas, a punição será reduzir a previsão de gastos no ano seguinte a 50% do crescimento da receita do ano anterior. Mas, ao nosso ver, ainda não há regra que impeça que o descumprimento se repita, acionando a mesma penalidade e, possivelmente, novos descumprimentos. E, assim, sucessivamente.

Por outro lado, se o resultado primário exceder o teto da banda, então o excedente poderá ser utilizado para despesas de investimentos.

Utilizando os parâmetros econômicos do próprio governo, calculamos que a média do crescimento das despesas primárias entre 2024 e 2027 tende a se situar ao redor de 2,2% ao ano. Valores que tendem a não estabilizar a despesa como proporção do PIB nesse período. O que mais uma vez nos reforça a hipótese de um necessário e relevante aumento de receitas para que as metas de resultado primário sejam cumpridas.

Caso esse aumento de receitas não ocorra, dado que esse é um fator sobre o qual o governo não tem controle, então veremos a dívida pública crescendo persistentemente e fora de uma trajetória de estabilização. Isso torna-se elemento-chave para o cumprimento das metas, e, sem uma solução crível para essa equação, o otimismo dos mercados pode não se sustentar.

DOM. Ana Paula Vescovi, **Marcos Lisboa,** Candido Bracher

Prazo de adesão ao Litígio Zero é prorrogado

SÃO PAULO O governo prorrogou o prazo de adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, o Litígio Zero, para o dia 31 de maio, às 19h. O prazo original se encerraria na sexta-feira (31).

Segundo a Receita Federal, a extensão do período de adesão atende pedidos feitos pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), pela Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas) e pela Ibracon (Instituto de Auditoria Independente do Brasil).

O programa prevê a renegociação de valores cobrados pelo fisco, de pessoas físicas e empresas, com descontos e prazo de até 12 meses para pagamento.

O governo estima obter R$ 35 bilhões de receitas extraordinárias e um ganho permanente de R$ 15 bilhões pela diminuição dos conflitos.

Podem ser negociadas cobranças tributárias em discussão no âmbito das DRJ (Delegacias da Receita Federal de Julgamento), do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) ou débitos de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscritos em dívida ativa da União.

Para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, o desconto é de 40% a 50% do valor total da dívida, incluindo o tributo que originou o passivo, além de juros e multa, para débitos até 60 salários mínimos. **Fernando Narazaki**

Postagens no TikTok celebram assassinos que atacaram escolas

Especialistas dizem ser urgente a regulação das redes para remoção desse tipo de conteúdo

Isabela Palhares e Isabella Menon

Foto de Elisabeth Tenreiro, 71, em faixa no muro da escola em São Paulo onde lecionava e foi morta Bruno Santos/Folhapress

Escola José Roberto Pacheco, em Taboão da Serra, que agressor também frequentou Rubens Cavallari/Folhapress

Homenagem a Elisabeth em frente à escola Thomazia Montoro, na Vila Sônia, na capital Bruno Santos/Folhapress

SÃO PAULO No TikTok, vídeos que somam milhares de visualizações tratam os autores de massacres em escolas, como o de Suzano e o da última segunda-feira (27) na Vila Sônia, na zona oeste de São Paulo, de forma romantizada e até mesmo como inspiração.

Para especialistas, a circulação desse conteúdo traz enorme risco de incitar novos casos, sobretudo por se tratar de uma rede social acessada por adolescentes e até mesmo crianças.

Entre quinta (30) e sexta-feira (31), a **Folha** encontrou diversos vídeos com imagens dos ataques e dos autores com legendas que exaltam os crimes e os assassinos.

Após a reportagem questionar o TikTok sobre a responsabilidade da empresa em abrigar conteúdo desse tipo, pelo menos cinco publicações foram removidas da plataforma.

Entre as publicações, algumas tratavam os agressores com uma espécie de admiração. "Inspiração", escreve um usuário, enquanto outro completa, em tom de ameaça, "ninguém chega aos pés dele [autor do ataque em Suzano], mas [eu] chegarei".

"Esse moleque achou mesmo que ia passar o [autor dos ataques de Suzano] com uma faca", comenta um. "Chega nem perto um kill [morte, em inglês] com uma faca [instrumento usado pelo agressor]", afirma outro.

Nos perfis dos usuários que escrevem esses comentários, há quem use uma máscara de caveira na foto de perfil ou quem pergunte onde consegue comprar o item —símbolo de supremacistas americanos, foi usado no ataque em Suzano e também no recente episódio de São Paulo.

Procurado, o TikTok afirma que trabalha continuamente para remover qualquer conteúdo e indivíduos que prejudiquem "a experiência criativa e alegre que as pessoas esperam em nossa plataforma".

Uma fonte ligada à empresa diz que a cada caso é aplicada uma política diferente. Por exemplo, se uma conta tentar promover, glorificar uma violência ou ameaçar a segurança pública, a conta é banida. Além disso, se há comprovação de ameaça, a empresa afirma que os casos são repassados às autoridades competentes do local.

Entre as trocas de mensagem por WhatsApp que o agressor da escola da Vila Sônia fez com um colega, ele encaminhou mensagens em que afirma que os dias dele estariam contados, além de enviar figuras com símbolos nazistas e com a imagem do ataque em Suzano e uma frase "vou mata tds vcs seus fdp".

O WhatsApp diz que "não tem acesso ao conteúdo das mensagens trocadas entre usuários e não realiza moderação de conteúdo". Porém, a rede social afirma não permitir o uso para fins ilícitos ou que instigue ou encoraje condutas que sejam ilícitas ou inadequadas. Nos casos de violação dos termos, as contas podem ser desativadas ou suspensas.

Para Juliana Meato, assessora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, as polícias e órgãos de inteligência precisam urgentemente monitorar essas redes para identificar quem produz e compartilha esse tipo de conteúdo, já que publicações como essa podem ter um efeito de contágio em outras pessoas.

"Antes, esses conteúdos eram compartilhados na deep web com um alcance muito menor, mas agora circulam em redes sociais com alcance de milhões de pessoas. Não se sabe quem está por trás da produção desse conteúdo, mas há uma clara lógica de espelhamento e mimetização entre os atentados", diz ela.

O adolescente de 13 anos que cometeu o ataque na escola Thomazia Montoro fazia referências nas redes sociais ao massacre em Suzano, que deixou oito mortos em 2019. Ele usava um perfil com o sobrenome do de um dos dois autores desse caso.

A máscara utilizada por ele na execução do crime também era a mesma tanto de atiradores de Suzano quanto do adolescente que atacou duas escolas em Aracruz, no Espírito Santo, em novembro do ano passado.

Meato diz ainda que esse tipo de conteúdo é como um "empoderamento às avessas" para meninos (principal perfil dos autores de massacres) que podem ter problemas psiquiátricos ou estar passando por dificuldades familiares ou de convivência na escola.

"É uma mistura muito explosiva, porque esses meninos estão isolados e encontram um conteúdo que se vende como a solução para o seu problema: com a violência, eles vão se mostrar superiores a quem os fez sofrer."

Para o sociólogo Michel Gherman, a lógica das redes sociais de que os discursos de ódio atingem maior alcance é assimilada pelas crianças, ainda que elas não tenham consciência e maturidade para avaliar a gravidade desse conteúdo.

"Isso chega a uma criança de 12 anos que, a partir da necessidade de ganhar likes e com isso ter mais tráfego na rede, passa a fazer parte de uma comunidade de injustiçados que precisam fazer justiça", diz ele, que considera que esse tipo de conteúdo sempre existiu na deep web, mas agora encontrou uma forma de produzir lucro.

Por isso, para ele, há a necessidade de uma regulação das redes sociais. "A gente está em uma fase em que comércio de ideias carece de regulação, e o mundo sem regulação é sem fronteiras. O capitalismo sem regulação é caos e barbárie."

Valéria Cristina Oliveira, professora da faculdade de educação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e pesquisadora do Nupede (Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares), afirma que os jovens, provavelmente, sabem muito pouco sobre os símbolos que disseminam nas redes sociais, como as figurinhas de cunho nazista e as máscaras que simbolizam os supremacistas americanos.

"Esse discurso chega para eles de uma forma mais simples e agressiva nesses espaços que eles têm inserção. Não é a falta de conhecimento, mas talvez a narrativa apareça de uma forma mais acessível e principalmente gerando uma espécie de identificação", diz a professora.

O psiquiatra Rodrigo Bressan diz que estudos internacionais já demonstraram que a faixa etária dos 11 aos 13 anos é a mais suscetível às opiniões de colegas ou de quem veem como similares, por isso, levam menos em conta o que dizem pais e professores. Para ele, os responsáveis devem monitorar o que os filhos acessam na internet e redobrar a atenção com o comportamento deles no dia a dia.

"As famílias não devem ter medo de monitorar o que as crianças e adolescentes acessam na internet, não é uma invasão de privacidade, mas cuidado. Deixar que eles naveguem livremente é como soltar uma criança sozinha no centro de São Paulo. Nós queremos que nossos filhos sejam independentes e autônomos, mas antes precisamos dar orientação a eles", alerta Bressan.

Sinais de alerta precederam ataque em escola na Vila Sônia, em São Paulo

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Exatamente um mês antes do ataque, a Promotoria de Justiça de Taboão da Serra recebe um ofício relatando o comportamento do aluno, que estudava então na escola estadual José Roberto Pacheco, no bairro Jardim Frei Galvão. No dia 28 de fevereiro, uma funcionária da escola de Taboão da Serra faz um boletim de ocorrência relatando comportamento suspeito e ameaças a alunos, com fotos do agressor portando uma arma. O documento é encaminhado ao 1º Distrito Policial da cidade, que chama testemunhas para depor e notifica a Vara da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar do Município. No mesmo dia, a escola envia email para o CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil) solicitando acolhimento do adolescente. A unidade disponibiliza um técnico para o atendimento, mas mãe e filho não comparecem.

TRANSFERÊNCIA

No dia 1º de março, o pai do adolescente pede a transferência dele para outra escola. Cinco dias depois, o aluno retorna à Escola Estadual Thomazia Montoro. Ele já havia estudado lá até 2021, foi para a escola de Taboão da Serra e agora voltava à unidade da capital paulista. Na mesma data, a família informa ao Conselho Tutelar, que acompanhava o caso, que havia se mudado para o município de São Paulo. Assim, com a mudança de domicílio, a competência para acompanhamento do caso sai de Taboão da Serra, passando para a capital, para onde o procedimento instaurado na Promotoria de Justiça é encaminhado.

AVALIAÇÃO NO CAPSI

No dia 9 de março, mãe e filho são avaliados pela equipe multiprofissional de saúde mental do CAPSi. Após a avaliação, a equipe percebe a necessidade de fazer consulta com psiquiatra. Esse atendimento é agendado para o dia seguinte, mas a mãe e o jovem não vão à consulta.

CONSELHO TUTELAR

No dia 17 de março, uma equipe do Conselho Tutelar entra em contato com o jovem e a família. A mãe diz ter compromissos profissionais. Na mesma semana, o serviço entra em contato com a família e realiza um novo agendamento.

BRIGAS

Menos de 20 dias após voltar à antiga escola, o adolescente se envolve em ao menos uma agressão e uma briga. Na quinta-feira (23), ele dá um soco no rosto de um aluno dois anos mais novo. Chamado pela direção da escola, ele diz que estava "com raiva e precisava desestressar". Na sexta (24), ele briga com um colega da sala, é apartado por outros alunos e pela professora Elisabeth Tenreiro, 71. O autor dos ataques teria feito ofensas racistas a um colega de sala, dando início à briga. Ele afirma que "vai ter volta".

DIA DO ATAQUE

Na manhã de segunda (27), o adolescente ataca a professora Elisabeth no início da primeira aula do dia. Ele ainda consegue ferir dois alunos e três professoras antes de ser imobilizado por policiais Cinthia Barbosa, professora de educação física. Depois, é apreendido por policiais militares. Para o mesmo dia estava agendada uma reunião entre a diretora da unidade e o estudante para abordar o desentendimento dele com um colega ocorrido na semana anterior, segundo a Secretaria de Educação. Foi no dia do ataque que a ocorrência foi distribuída no Tribunal de Justiça de São Paulo. No dia seguinte, a Justiça determina que ele deve ser encaminhado para internação compulsória, e a polícia passa a investigar mais dois alunos por possível participação no ataque.

Público durante samba no quilombo Pedra do Sal, na região portuária da capital fluminense Eduardo Anizelli/Folhapress

Ameaças de morte e briga com igreja marcam quilombo no Rio

Região da Pedra do Sal foi a porta de entrada para pessoas escravizadas

QUILOMBOS DO BRASIL

Tayguara Ribeiro

RIO DE JANEIRO Na região portuária do Rio de Janeiro acontece uma das rodas de samba mais tradicionais da cidade. A fama rompeu fronteiras e tornou a Pedra do Sal um ponto turístico da capital fluminense. O lugar é emblemático para o ritmo, foi lar de Tia Ciata. Na casa dela e nas redondezas o estilo foi ganhando os contornos atuais. Ali surgiu a primeira música do gênero, registrada por Donga.

Mas boa parte de quem circula pela região nem sequer imagina que está em um território quilombola. Durante muitas décadas, no período colonial, aquele espaço no qual hoje fica o bairro da Saúde foi o ponto do maior mercado escravagista do Brasil.

Somente entre 1775 e 1830 chegaram ao local entre 500 mil e 900 mil africanos escravizados. Seus descendentes, ao longo dos anos, foram criando uma comunidade no entorno.

"O quilombo surge em cima de um tripé: porto, samba e santo. O samba nasce na Pedra do Sal. A primeira casa de santo surgiu em nossa comunidade. E o porto. A lida da minha comunidade é o trabalho no porto", afirmou o portuário Damião Braga, 56, um dos líderes do quilombo.

O local também reuniu pessoas negras libertas e acolheu migrantes negros do pós-abolição, em busca de uma vida melhor na então capital do país. Lá se aquilombaram. Hoje, as famílias remanescentes lutam para manter viva essa história. E também o território.

"Nós éramos 25 famílias. Hoje já não temos mais isso. Ao longo desse período, muitos faleceram, outros desanimaram em função da pressão existente. A nossa questão econômica não gira em função da roda de samba, isso era mais diversão. O nosso ganha-pão é o trabalho do porto, a estiva, os navios", disse.

Damião Braga, um dos líderes do quilombo Pedra do Sal, que diz sofrer ameaças desde 2010 Eduardo Anizelli/Folhapress

> "O quilombo surge em cima de um tripé: porto, samba e santo. O samba nasce na Pedra do Sal. A primeira casa de santo surgiu em nossa comunidade. E o porto. A lida da minha comunidade é o trabalho no porto

> A própria comunidade, hoje, não tem o direito de usar seu território. Eu estou fora do quilombo Pedra do Sal. É em 2010 que começam [as ameaças]
>
> **Damião Braga**
> um dos líderes do quilombo

Mas o caminho não tem sido simples. O quilombo conseguiu o reconhecimento da Fundação Palmares em 2005. Após a certificação, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) iniciou a análise antropológica para realizar a titulação do território.

O processo ainda não está concluído, muito por causa de uma briga judicial com uma vertente da Igreja Católica. A Venerável Ordem Terceira Penitência disse ter herdado de dom João 6º os terrenos e que tem direito a eles desde 1821.

O Incra, porém, não encontrou documentos que comprovem a versão da igreja. E a Justiça determinou que a instituição deixe o local.

"Em função de todos os problemas, como esse conflito com a igreja, faz bastante tempo que a gente não produz atividades culturais. Se você pegar, o que dá sustentação tanto à ação judicial quanto ao relatório técnico é justamente a questão cultural, as festas que a gente fazia, que a gente deu o nome de Sal do Samba", afirmou Damião.

O próprio Incra, durante o processo de análise antropológica, tomou parte na ação civil pública e requisitou a restituição do terreno.

A Associação Lar São Francisco, que sucedeu a Venerável Ordem, afirmou que desde o começo do caso não se pôs contra o reconhecimento, a preservação e a criação do quilombo, mas não concorda com a perda da propriedade sem desapropriação e pagamento de indenização.

"O Lar sempre cumpriu e respeitou as decisões judiciais. Desde que foi concedida a medida liminar, o Lar permitiu a posse dos imóveis pelas pessoas indicadas. Assim, de forma mais objetiva, há muitos anos os imóveis que faziam parte do processo ajuizado pelo Incra já não estão na posse do Lar", declarou a entidade.

O Incra não disse à reportagem em qual fase está o processo de titulação do quilombo nem o que falta para a regularização definitiva.

Além da briga com a igreja, a comunidade convive com ameaças. Damião está longe da Pedra do Sal há anos e troca de residência com frequência para evitar represálias. Ele reputa as ameaças à busca da regularização do território.

Damião e seus advogados, entretanto, não disseram diretamente de quem parte as ameaças de morte. Mas, segundo ele, existem diversos interessados nos terrenos do quilombo. A região, por exemplo, enfrenta problemas com o tráfico de drogas.

"A própria comunidade, hoje, não tem o direito de usar seu território. Eu estou fora do quilombo Pedra do Sal. É em 2010 que começam [as ameaças]. Desde 2015, estou no programa de proteção aos defensores de direitos humanos. Mas na verdade é um programa que é muito no papel. Muita falação, mas pouca ação concreta. A gente acaba ficando por nossa conta e risco."

O quilombo fica em um local conhecido como Pequena África, apelido dado pelo sambista Heitor dos Prazeres no começo do século passado. Remete à grande quantidade de pessoas negras na região.

Saídos em especial da Bahia após a abolição, estabeleceram-se nos entornos da Pedra do Sal, local que já contava com grande quantidade de ex-escravizados. Os atrativos? Moradia barata, presença da comunidade negra e a proximidade com o porto.

Mas a Pequena África também remete ao trágico histórico daquele pedaço de Rio de Janeiro. A região foi a porta de entrada para a maioria das pessoas escravizadas que chegaram ao país.

"A Pedra do Sal não tem as características geográficas hoje que fazem a pessoa olhar e entender isso. Mas o mar ia até o largo da prainha e, na Pedra do Sal, desembarcavam e embarcavam sacas e mais sacas de sal", disse Leandro Santanna, diretor-geral do Museu da História da Cultura Afro-brasileira.

Era ao local que chegava o sal vindo de Portugal, único fornecedor autorizado no Brasil no período colonial.

Na mesma área da Pedra do Sal também ficava o Cais do Valongo. A escolha desse lugar para o estabelecimento de um mercado de escravizados ocorreu por se tratar, na época, de uma localização afastada da parte principal da cidade, isolada dos outros bairros pela posição entre morros.

Toda a logística escravagista ficou concentrada nesse espaço: o porto, por onde chegavam as pessoas trazidas da África; os espaços em que os africanos se recuperavam da viagem insalubre; o mercado de venda dos escravizados para outros estados; e o cemitério para os que não resistiam a esse processo. Após dez anos de escavações arqueológicas que começaram em 2011, em função da construção do Porto Maravilha, é que veio à tona o Cais do Valongo.

A região recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 2017 por seu "valor universal excepcional" como único exemplar íntegro e autêntico que expressa a história da diáspora africana no Brasil.

Para Damião Braga, o quilombo Pedra do Sal representa a continuidade e a manutenção de toda essa história.

Hoje, a roda de samba realizada no local não tem mais uma ligação direta com os quilombolas, embora, segundo alguns de seus atuais integrantes, proponha-se a conservar a história do samba e da resistência negra.

"As pessoas falam da Pedra do Sal, mas invisibilizam a comunidade quilombola. Não é a Pedra do Sal, é a comunidade de remanescente do quilombo Pedra do Sal. O que é bem diferente", ressaltou Damião.

O projeto Quilombos do Brasil é uma parceria com a Fundação Ford

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Jornalista se dedicou a revelar bastidores da política

PALMÉRIO DÓRIA DE VASCONCELLOS (1948 - 2023)

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO O jornalista Palmério Dória morreu nesta sexta (31) aos 74 anos, em São Paulo, em decorrência de um quadro de infecção generalizada após viver por sete anos com uma doença degenerativa.

"Palmério viveu bem até o último suspiro. Morreu tranquilamente", escreveu em nota o hospital Premier, onde o jornalista viveu em cuidados paliativos por quase uma década.

Nascido em Santarém (PA), o jornalista se dedicou à carreira nos principais veículos de imprensa do país. A lista inclui **Folha** e Estadão, além de ter sido chefe de reportagem da TV Globo. Trabalhou ainda nas revistas Caros Amigos e Sexy. O trabalho no último veículo lhe rendeu a publicação do livro "Evasão de Privacidade", lançado em 2001, que reúne trechos de entrevistas com mulheres famosas concedidas à revista durante os sete anos em que atuou como diretor de Redação.

Depois, Palmério publicou mais três livros, dois sobre a família Sarney e a política maranhense ("A Candidata que Virou Picolé" e "Honoráveis Bandidos"). Em 2013, lançou "O Príncipe da Privataria" sobre o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Nos últimos anos, a rotina na clínica era entremeada por acompanhar o noticiário e receber visitas de amigos, além de cantar. Ele tinha o hábito de interromper conversas e refeições para entoar trechos de sambas clássicos.

Ele também não abandonou o hábito de imitar vozes diferentes para passar trote a conhecidos e funcionários da clínica.

O último passeio foi domingo (26), quando Palmério Dória se reuniu com amigos na praça Vladimir Herzog, no centro da cidade. "Na quarta (29), seu estado de saúde começou a declinar", diz Juliana Dantas, amiga que o acompanhou nos últimos anos. "Estava lúcido até os últimos dias."

Em seu quarto na clínica, o laptop e o telefone celular estavam sempre à mão para que o jornalista mantivesse sua rotina de publicar textos opinativos. Os últimos foram na terça-feira (28).

Em entrevista ao documentário "Vida aos Dias", gravado pela jornalista Milena Flor Tomé no final de 2022, ele enalteceu a vida ao lado dos amigos. "Evidente que 80% dos meus amigos estão mortos, mas não estão mortos porque nunca serão esquecidos", disse. "Quanto mais a gente se divertir com os nossos amigos, melhor será a vida."

Ele deixa muitos amigos e a sobrinha Érica.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Parque Princesa Isabel tem sinais de abandono

OUTRO LADO: Prefeitura de São Paulo diz estar em licitação a contratação de empresa para reformar o espaço

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Ao redor do monumento a Duque de Caxias, frequentadores aproveitavam a quinta (30) na Princesa Isabel, nos Campos Elíseos, no centro de São Paulo. Porém, para isso, precisavam ignorar alguns sinais de abandono do espaço, recém-promovido a parque e que por algum tempo abrigou a cracolândia.

Na tarde do dia seguinte, cinco pessoas jogavam bola na quadra existente na área, vizinha à avenida Rio Branco. Mesmo sem traves, os jovens improvisaram quatro pedras como balizas para o gol.

"É um descaso. Todos os dias chego do trabalho e venho para cá. Aqui é nossa casa, é a nossa comunidade. Mas o sentimento é de revolta, a gente paga imposto muito caro para estar dessa forma", disse o empresário Deyvson Lopes, 30.

O filho dele, um menino de 12 anos, também estava ali na companhia de amigos. O estudante classificou como constrangedora a situação da quadra. Ele relembrou o dia em que foram furtados por pessoas que chegaram dizendo querer jogar bola e, no final, pegaram os chinelos deles de um canto da quadra e fugiram.

Ainda na sexta, adultos e crianças brincavam perto de duas madeiras que um dia já puderam ser chamadas de tabela de basquete. As estruturas perderam os aros.

No ano passado, a área serviu de ponto da cracolândia por quase dois meses, até os usuários serem expulsos em uma ação da Polícia Civil na madrugada de 11 de maio. Os dependentes migraram, então, para outros pontos do centro, até se fixarem em ruas da Santa Ifigênia.

Na Princesa Isabel, a partir dali, o que se viu foram muitos carros de polícia e a instalação de grades para cercar a área.

Procurada, a gestão Ricardo Nunes (MDB) disse que, desde fevereiro do ano passado, a área recebe obras de revitalização, visando transformá-la em um local limpo e agradável para moradores, turistas e comerciantes.

A ação faz parte do processo de transformação da praça em parque, conforme lei sancionada em junho do ano passado. Enquanto essas ações ainda não são concluídas, frequentadores se deparam com alguns problemas. Com a chuva da sexta, por exemplo, uma parte da área de passeio perto de quadra foi tomada pela água, tornando impossível caminhar pelo local.

Em uma das visitas da reportagem ao espaço, no dia 16 deste mês, só o entregador Rodrigo Belvoir Fagundes, 39, ocupava a quadra, pondo em dia seus golpes de boxe.

"Sou nascido e criado [na região]. É uma praça centenária, sempre teve banco. O povo não vem porque não tem lugar para sentar. Gramado desleixado, o povo acaba se afastando", disse Fagundes. "Precisa limpar, nem que seja uma vez por semana."

Entre os problemas visíveis estão: mato alto, sujeira, abandono do tanque de areia, piso irregular em algumas partes, além de equipamentos quebrados. Em nota, a prefeitura afirmou que uma equipe de limpeza estaria no local na quinta (30). No entanto, um dia depois, a reportagem não viu alterações significativas no espaço.

A administração municipal enviou, então, fotos de uma limpeza efetuada na noite de quarta (29). O serviço de corte de grama, porém, não foi feito e tampouco foi informada a data de quando isso ocorreria.

A prefeitura disse também que vai ampliar os exemplares arbóreos, reformar os canteiros e efetuar a manutenção no sistema de drenagem de águas pluviais. E acrescentou que realiza diariamente a limpeza, varrição, lavagem e manutenção do espaço.

Ainda segundo a gestão Nunes, está em licitação a contratação de uma empresa para reformar a área de passeio e a quadra e, então, para implantar um playground e uma área para pets. Esse processo, entretanto, está atrasado.

De acordo com nota enviada à reportagem, esse certame estava previsto para ocorrer entre novembro e março deste ano. A Subprefeitura Sé disse que o processo de licitação está em andamento.

Nos dias 16, 29 e 31 de março, em que a **Folha** esteve na Princesa Isabel, apenas a GCM (Guarda Civil Municipal), por parte da prefeitura, se fazia presente, para evitar a volta de moradores de rua ou de dependentes químicos. O espaço conta ainda com uma base de alvenaria da Polícia Militar.

Fotos Danilo Verpa/Folhapress

1 Frequentadores deitados em área do Parque Princesa Isabel, nos Campos Elíseos, no centro paulistano **2** a tabela de basquete virou pedaços de madeira no chão; **3** o parque tem sinais de abandono pelo lixo, apesar de a prefeitura fazer a limpeza, **4** e mato alto; **5** na quadra, frequentadores usam pedras no lugar de traves

Skinhead pega 12 anos de prisão por ataque a judeus em 2005

PORTO ALEGRE Quase 18 anos após o crime, terminou neste sábado (1º), no Fórum Central de Porto Alegre, o último júri de um dos crimes de ódio mais rumorosos das últimas décadas na cidade. Em 8 de maio de 2005, três amigos de origem judaica foram atacados por skinheads, grupo de ideologia neonazista.

Leandro Maurício Patino Braun, 41, foi condenado a 12 anos e 8 meses de prisão, em regime fechado, por tentativa de homicídio duplamente qualificado. Ele teve a prisão preventiva decretada pela juíza Lourdes Helena Pacheco da Silva. Já Valmir Dias da Silva Machado Júnior, 43, e Israel Andriotti da Silva, 41, foram absolvidos.

Segundo a denúncia do Ministério Público, Alan Floyd Gipsztejn, Edson Nieves Santanna Júnior e Rodrigo Fontella Matheus caminhavam de madrugada pelo bairro boêmio Cidade Baixa quando foram atacados. Dois deles usavam quipá.

Alan e Edson conseguiram fugir e entraram em um bar —Edson chegou a ser ferido. Rodrigo foi cercado, espancado e esfaqueado. Conforme a denúncia, ele só se salvou porque foi socorrido.

O julgamento desta semana se referia à tentativa de homicídio de Rodrigo. Em outros julgamentos, em 2018 e 2019, cinco pessoas foram condenadas pelo crime.

As defesas sustentaram que os réus foram identificados equivocadamente. Nenhum admitiu estar no local do crime no dia dos fatos.

Valmir disse ter integrado o grupo Carecas do Brasil, mas alegou ter deixado o grupo em 2003. Israel admitiu que frequentava grupo de skinheads e que tinha adquirido material neonazista. Ele pediu perdão à comunidade judaica e disse ser uma "pessoa diferente" hoje.

Leandro Maurício Braun não compareceu ao júri. O advogado Rodrigo de Lima Noble afirmou que seu cliente estava em Caxias do Sul (RS) no dia do crime.

Em sua fala final, o promotor Luiz Eduardo Azevedo classificou os álibis dos réus como "insustentáveis". A promotora Lúcia Helena Callegari centrou sua fala na forma como foi feita a identificação dos réus, que teriam sido reconhecidos com precisão por vítimas e testemunhas. E disse que crimes de intolerância não podem ficar impunes.

ATO HOMENAGEIA BRASILEIRO MORTO NO CANADÁ
Amigos e familiares de Gabriel Magalhães, 16, fazem vigília em Toronto; o brasileiro foi morto a facadas em uma estação de metrô da cidade na semana passada, e a polícia diz que um sem-teto com problemas mentais teria cometido o crime 30.mar.23/Reprodução/The Canadiam Press

Adams Carvalho

O grande mistério

Identifiquei talvez o único traço que una gregos e troianos, israelenses e palestinos

Antonio Prata

Escritor e roteirista, autor de 'Por Quem as Panelas Batem'

Já fui à China, ao Japão, a Biriguí e ao Jalapão. Fiquei em pensão de beira de estrada em Seropédica e em resort seis estrelas no Caribe. Rodei o mundo. Olhei. Comi. Bebi. Escutei. Cheirei. Tateei. Li. Assisti. Contemplei e refleti. É com profundo conhecimento de causa, portanto, que venho aqui, do alto dos meus 45 anos, dividir o que aprendi em minhas andanças. Uma verdade universal que não varia de acordo com o hemisfério ou a cultura, a riqueza ou a pobreza, a religião ou a cor da pele. Talvez o único traço que una gregos e troianos, israelenses e palestinos, russos e ucranianos: não há, jamais, em nenhum hotel, pasta de dentes.

Outro dia fui ao Rio, a trabalho. Me puseram num hotel ótimo. (Ronaldo Fenômeno tava todo dia na piscina). No meu quarto tinha xampu, sabonete, hidratante, cotonete, algodões. Tinha um kit com agulhas, linhas e até botões de seis cores diferentes. Tinha uma caixa com quatro brigadeiros na mesa. Mas não havia —nunca há— uma mísera pasta de dentes.

Não é questão de economia, ou não dariam todos os itens supracitados. É uma questão de escolha. De princípios? Que princípios são esses? Qual imperativo moral sustenta esta inquebrantável aversão ao dentifrício? Me expliquem os professores de administração da FGV, os filósofos, sociólogos e antropólogos da USP, toda a turma do Senac, Sesi e Senai, Bill Gates, Yuval Harari, Davi Kopenawa: por que diabos os hotéis pensam que linha de costura cor de abóbora é mais imprescindível do que creme dental?

Escovar os dentes é mais importante até do que tomar banho. Claro, eu indico (e sigo a orientação) que se faça os dois com bastante regularidade, mas é possível acordar, lavar o rosto, escovar os dentes e sair pro mundo. Intolerável, contudo, é acordar, tomar banho, NÃO escovar os dentes e sair por aí.

Pasta de dentes é um troço fácil de se esquecer. Talvez porque sua parceira, a escova, seja tão importante (é o Batman da dupla), que acabe obnubilando a companheira (pobre Robin, deixado para trás). Aí você chega no hotel de madrugada. Se dá conta de que esqueceu a pasta. Liga na portaria. Teriam pasta de dentes pra vender? Não, eles não têm. É um dogma. Haverá algo maior por trás? Tipo maçonaria? Satanismo? Avon? Que ojeriza ao flúor é essa capaz de vencer até o amor ao vil metal?

Os hotéis ganhariam muito entrando no mercado das pastas. Como fazem com tudo, jogariam o preço nas alturas. "Sim, senhor Antonio, temos aqui uma Colgate Anti-tártaro por R$ 39,99 e uma Oral B branqueadora por R$ 54,00." "Beleza. Manda aí a Colgate, então. Mais um misto e duas Cocas-zero." Mas não. Se recusam.

Nesse hotel em que eu fiquei, no Rio, tinha uma loja de conveniência aberta 24 horas. Você podia descer lá às 04:32 AM e comprar uma salada de frutas, uma garrafa de gin amazônico, um chapéu Panamá, um canivete suíço e um kit para engraxar sapatos. Pasta de dentes? Necas. Se a loja não fosse 24 horas, eu iria lá de madrugada, quando ninguém estivesse olhando e picharia "IN" antes de "conveniência". Afinal, chapéu Panamá em vez de um tubinho qualquer de Closeup, convenhamos, não convém.

É preciso estudar a fundo esse fenômeno. Talvez haja aí uma falha na Matrix. Um buraco negro no consenso neoliberal. Um ponto cego do capitalismo. A brecha através da qual conseguiremos romper com esse sistema que nos leva, cheios de hidratantes e algodões e kits de costura, para o apocalipse. Ou, se for pra acabar, mesmo, que os viajantes ao menos tenham a dignidade de encarar o fim com dentes brancos e hálito puro.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Giovana Madalosso** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

ambiente

Área de garimpo ilegal na região do rio Crepori, afluente do Tapajós, em Jacareacanga (PA), próxima da Terra Indígena Munduruku Pedro Ladeira - 15.fev.2022/Folhapress

Empresa de NY é ligada a contrabando de ouro ilegal retirado da Amazônia

Apreensão de R$ 10 milhões do metal ilustra como falta de fiscalização atrai estrangeiros

REPÓRTER BRASIL E NBC NEWS Aeroporto de Manaus, janeiro de 2020. Já passava das 21h de uma sexta-feira quando dois americanos e um brasileiro foram abordados por agentes da PF (Polícia Federal). Com fotos dos estrangeiros em mãos, os policiais estavam interessados na mala rosa com a qual eles pretendiam embarcar para Nova York (EUA), carregada com 35 kg de ouro amazônico que hoje valem R$ 10 milhões.

A carga, que representa um terço do ouro ilegal apreendido pela PF naquele ano, estava em posse dos nova-iorquinos Frank Giannuzzi e Steven Bellino e do goiano Brubeyk Nascimento. No centro de uma disputa judicial, as barras podem ser a ponta de um esquema internacional de contrabando de ouro ilegal da Amazônia, segundo apuração conjunta da Repórter Brasil e da rede de TV americana NBC News.

Durante a abordagem, os três informaram que a carga seria de reaproveitamento de joias derretidas, mas a PF já tinha informações de inteligência sobre a possível origem irregular. "Por isso, nós os abordamos antes do embarque", explicou o perito criminal Ricardo Lívio Marques.

A primeira análise da composição do material, feita ainda no aeroporto com uma pistola de raio-X, apontou a origem ilegal, como foi depois confirmado por outras duas perícias mais precisas. A análise detectou impurezas "frequentemente encontradas em ouro de garimpo e nunca em material reciclado".

Segundo os laudos, o ouro seria da Província Aurífera do Tapajós, no Pará, onde estão três das terras indígenas mais afetadas pela mineração ilegal: Munduruku, Sawré-Muybu e Sai-Cinza, segundo o Mapbiomas.

Bellino, 65, e Giannuzzi, 43, eram amigos há mais de uma década quando foram apresentados a Nascimento em 2019 pela esposa de Giannuzzi, que é brasileira. Foi daí que surgiu a ideia de importar ouro da América do Sul para EUA e Turquia. Os estrangeiros então criaram a empresa Doromet, que promete "serviço completo" no comércio de metais preciosos e tem sede em Manhattan.

A 6.800 km dali, no centro de Anápolis (GO), o negócio de Nascimento, 36, formado em engenharia, deslanchou após o encontro. A Bamc Laboratório de Análises de Solos e Minérios Ltda, criada em 2018 como um comércio atacadista de minérios, aumentou em 65 vezes a compra anual de ouro entre 2019 e 2022, passando de 35 kg para 2.279 kg. A empresa, porém, não está autorizada a comprar ouro de garimpo no Brasil, segundo a ANM (Agência Nacional de Mineração).

Em 2021, Bellino entrou com uma ação na Justiça de Nova York contra o antigo sócio e o brasileiro, alegando ter investido US$ 750 mil na Doromet, mas não ter recebido participação pelo "negócio lucrativo" que a firma havia se tornado.

Esse processo confirma que, após a apreensão em Manaus, "todas as remessas de ouro subsequentes foram recebidas do Brasil e processadas nos Estados Unidos, além de em Istambul, Turquia".

A ação judicial também revela o trajeto de parte do ouro retirado ilegalmente da Amazônia, informação raramente disponível em um setor pouco transparente e cujas transações ainda são em papel — foi apenas na última quinta-feira (30), que o governo publicou uma instrução normativa instituindo a nota fiscal eletrônica no comércio de ouro, a vigorar a partir de julho.

Em Nova York, o metal brasileiro seria refinado a poucas quadras da Doromet, na Gold Tower Refinery, que teria assinado um termo de compra com Ginanuzzi e Bellino. Porém, a refinaria disse que o documento apresentado à Justiça é "forjado" e que a empresa "jamais assinou qualquer acordo" envolvendo ouro brasileiro.

Procurado pela NBC, o advogado John Maggio, que defende Bellino nos EUA, afirmou que atua apenas na ação contra Giannuzzi e que não comentaria a disputa judicial no Brasil. A defesa de Giannuzzi nos EUA não quis se manifestar.

35 kg
de ouro, no valor de R$ 10 milhões, estavam sendo transportados ilegalmente no aeroporto de Manaus

700kg
de ouro por ano foram prometidos pelo empresário austríaco Werner Rydl a Brubeyk Nascimento, equivalente a mais de 200 mil alianças de casamento

O advogado de Nascimento, Robspierre Lôbo de Carvalho, afirmou que a origem do ouro é legal e que as perícias da PF são "totalmente suspeitas e serão impugnadas".

No mesmo mês em que conheceu os americanos, Nascimento assinou um contrato com Werner Rydl, bilionário austríaco naturalizado brasileiro que se comprometeu a fornecer mensalmente ao goiano até 700 kg de ouro de reaproveitamento de joias. A quantia equivale a mais de 200 mil alianças de casamento por mês — número superior a todos os brasileiros divorciados em 2022.

Rydl já foi flagrado tentando embarcar com ouro de origem duvidosa em 2015, no aeroporto de Cuiabá, e em 2018 em Guarulhos. Além disso, é investigado pela PF por exportação de 120 toneladas do metal em situação suspeita.

À Repórter Brasil, Rydl confirmou que vendeu barras de ouro a Nascimento e prestou depoimento sobre o caso à PF em dezembro. O empresário disse que comprou todo o seu patrimônio em joias no Brasil entre 1991 e 2010.

Sobre a pureza das barras apreendidas não serem compatíveis com joias derretidas, Rydl afirmou: "Bobagem, joias existem em qualquer pureza".

A indicação da origem ilegal dos 35 kg de ouro na primeira perícia da PF não demoveu os americanos de brigar na Justiça brasileira pela carga. Tampouco convenceu alguns magistrados da necessidade de mantê-la no Brasil, já que dois juízes votaram pela devolução do minério.

O MPF defendeu no TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) que o ouro ficasse sob a guarda da União, pois seria "extremamente difícil ou até mesmo inviável" recuperá-lo se fosse levado ao exterior.

Mesmo assim, o relator do processo, Ney Bello, aceitou a tese da Doromet de que o primeiro laudo da PF era "precário" e de que a propriedade do minério e sua origem legal estavam "documentalmente provadas". Bello foi cotado por Bolsonaro para assumir uma vaga no STJ em 2022.

Seu voto foi acompanhado pela presidente da turma, Maria do Carmo Cardoso, amiga do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que teve as redes sociais bloqueadas após postagem a favor de atos golpistas.

Procurado, o TRF-1 afirmou que a decisão referiu-se apenas à guarda do ouro, e que "questões acerca de posse, propriedade e origem não dizem respeito ao juízo criminal". Bello e Cardoso foram procurados por meio do tribunal e não se manifestaram.

Com os votos de Cardoso e Bello, o caminho estaria livre para o metal seguir para os EUA, não fosse um auto de apreensão do ouro expedido em 2021 pela ANM.

O advogado Guilherme Peixoto de Almeida, que defende a Doromet no Brasil, afirmou que a apreensão da ANM é ilegal pois não foi precedida pelo devido processo legal.

Apesar de o minério ainda estar em disputa, a ANM disse que tem amparo legal para levar o ouro a leilão antes do fim dos processos, e que deve fazê-lo este ano. Enquanto isso, as barras seguem guardadas em um cofre da Caixa Econômica Federal em Manaus.

Naquela sexta-feira de 2020, Giannuzzi e Bellino prestaram depoimento e, como não foram indiciados, puderam retornar aos Estados Unidos. Já Nascimento foi preso e pagou R$ 104 mil para sair da cadeia três dias depois.

A movimentação de sua empresa indica que ele pode ter descumprido a promessa de não voltar a se envolver com o comércio de ouro, assumida perante a Justiça para que houvesse o relaxamento da prisão preventiva.

Fernanda Wenzel, Hyury Potter, Rich Schapiro e Andrew Lehren

Fernanda Wenzel e Hyury Potter são fellows da Rainforest Investigations Network, do Pulitzer Center

O que dizem as plantas estressadas

Plantas sob estresse emitem som parecido com plástico-bolha estourando

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de '1499: O Brasil Antes de Cabral'

Entre as muitas passagens impagáveis de "Good Omens: Belas Maldições", romance cômico de fantasia escrito por Neil Gaiman e pelo saudoso Terry Pratchett (1948-2015), há uma cena que subverte a tradicional prática riponga de conversar com as plantinhas para que elas cresçam fortes e saudáveis.

Acontece que o demônio Crowley, um agente das forças infernais que vive disfarçado entre nós desde os tempos do Éden, fica sabendo desse costume e acha aquilo uma excelente ideia — desde que ele possa acrescentar certo tempero diabólico ao papo. Crowley rotineiramente ameaça as plantas que decoram seu apartamento, jurando cometer as maiores atrocidades contra elas se não crescerem direitinho — e, assim, seus vasos se tornam os mais bonitos de Londres.

Não existem demônios disfarçados por aí traumatizando samambaias (até onde sabemos...), mas um novo estudo indica que os vegetais são perfeitamente capazes de reagir a situações de estresse de um jeito audível — ao menos se você for capaz de captar ultrassom.

Evidências acerca dessa insuspeita capacidade vegetal acabam de sair na revista especializada Cell. Os dados foram obtidos em laboratório, com experimentos envolvendo principalmente tomateiros e tabaco, mas abrangem também várias outras plantas, como o trigo, o milho e até cactos.

A pesquisa foi coordenada por Lilach Hadany, da Universidade de Tel Aviv, em Israel, e é mais um indício de que nosso hábito de descrever as plantas como criaturas essencialmente "burras" ou "mudas" se comparadas aos animais é uma simplificação grosseira.

Embora não possuam sistema nervoso como nós e os demais bichos, elas contam com estratégias sofisticadas de comunicação bioquímica, trocando informações por meio de seu sistema de raízes ou liberando substâncias no ar quando suas folhas são mordidas por insetos, por exemplo.

Hadany e seus colegas obtiveram seus dados do jeito mais simples possível: montaram microfones acoplados a um gravador do lado de seus tomateiros de laboratório. Depois, submeteram suas plantas a situações estressantes: ficaram alguns dias sem regá-las ou fizeram cortes no caule delas.

Por serem ultrassônicos, os sons gerados pelas plantas estressadas são agudos demais para que o ouvido humano os capte naturalmente. Mas é fácil "convertê-los" para uma frequência que conseguimos escutar (é essencialmente a mesma coisa que um cantor de vozeirão grave cantando algo do repertório de uma cantora célebre por seus agudos, digamos).

Feita a conversão, o som parece o de alguém estourando plástico-bolha. A semelhança talvez faça sentido porque é possível que o barulho venha da formação e do "estouro" de bolhas de ar no sistema vascular (as "veias") das plantas, dizem os cientistas israelenses. Curiosamente, os pesquisadores descobriram também que plantas tranquilas são essencialmente muito quietinhas — os barulhos, emitidos entre 30 e 50 vezes por hora, só começam quando o vegetal está sob estresse.

O mais interessante são as perguntas em aberto, é claro. Mesmo que os sons não sejam produzidos como forma de comunicação com outros organismos, é praticamente certo que alguns animais com audição ultrassônica são capazes de captá-los.

E isso poderia influenciar o comportamento deles na busca por alimento ou em outros aspectos. E há até possíveis implicações para a prática agrícola — no uso de irrigação, por exemplo —, uma vez que o "choro" vegetal aparece antes mesmo que a desidratação da planta se torne visível. Tudo indica que as plantas ainda têm muito mais a nos dizer, se soubermos ouvir.

ciência

O médico Alexandre Fagundes, 27, no ambulatório de reabilitação da Rede Lucy Montoro Gabriel Cabral/Folhapress

Traumas no crânio afetam mais jovens, e custos dobram no SUS

Despesas com internações e tratamentos passaram de R$ 123,7 milhões, em 2008, para R$ 278 milhões, em 2019

SAÚDE PÚBLICA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Aos 27 anos, o médico Alexandre Fagundes sonha em voltar a ter autonomia. Em junho de 2020, após um acidente grave de carro no Rio Grande do Sul, por má sinalização na pista, ele sofreu um traumatismo cranioencefálico grave (TCE) e está na segunda internação na Rede de Reabilitação Lucy Montoro, em São Paulo.

Usa cadeira de rodas, tem dificuldade de fala e de memória, mas vê avanços no processo de reabilitação. "Já tenho maior controle do tronco." Um sonho? "Voltar a andar, jogar tênis e me especializar em psiquiatria."

Após seis anos e dois meses do grave acidente de carro que sofreu em Canoinhas (SC) e de um longo processo de reabilitação, que envolveu fisioterapia, fonoaudiologia, atividades físicas e cognitivas, o engenheiro elétrico Kaio Fuck, 31, diz que voltou a ter uma vida normal.

Trabalha, dirige, sai com os amigos. "Nasci de novo em 28 de janeiro de 2017", diz. Não é exagero. No trajeto de 15 minutos até chegar ao hospital público mais próximo, Fuck sofreu oito paradas cardíacas.

Estabilizado, foi transferido para o Hospital Albert Einstein (SP), submetido a uma neurocirurgia e ficou três semanas na UTI. Quando saiu, não andava, usava fraldas e falava poucas palavras... em inglês.

Os TCEs graves são hoje o principal motivo de morte prematura e de incapacidades física, psicológica e social de adultos no Brasil e têm crescido entre os homens jovens.

Nas cinco unidades da rede de Lucy Montoro, ligada ao governo paulista, os casos tiveram alta de 52% entre 2020 e 2022 (de 27 para 41). Os homens representam 87% dos pacientes, com maior incidência entre 21 e 30 anos (30%).

Embora haja muita subnotificação dessas lesões no país, as estatísticas apontam que são cerca de 131 mil internações por TCEs, com os jovens entre 20 e 29 anos respondendo, em média, pela maior fatia desse volume (21%).

Artigo publicado na Revista Brasileira de Terapia Intensiva, a partir dados do DataSUS, mostra que as despesas públicas com tratamentos saíram de US$ 23,5 milhões (R$ 123,7 milhões), em 2008, para US$ 52,8 milhões (R$ 278 milhões) em 2019. A projeção para 2020 foi de US$ 54,5 milhões (R$ 287 milhões).

Desses valores, mais de 80% são com custos hospitalares. Os dados não incluem despesas ambulatoriais, de reabilitação, de medicamentos, de tratamento domiciliar, de cuidadores, de transporte e de dias não trabalhados pelo paciente ou por familiares.

Especialistas da área têm defendido que é o momento de o país rever suas políticas públicas de saúde na prevenção, tratamento e reabilitação desses traumas.

Segundo a médica emergencista Andrea Pereira Regner, professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (RS), o Brasil viveu um retrocesso nos últimos anos em relação à prevenção de traumatismos cranioencefálicos causados por acidentes de trânsito e armas de fogo.

Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tentou eliminar os radares nas rodovias federais, mas esbarrou na Justiça. Ainda assim, houve afrouxamento da fiscalização pela Polícia Rodoviária Federal e, como consequência, o número de acidentes com mortes nas estradas voltou a crescer após sete anos em queda.

"A gente sabe que tem impacto no aumento de traumas quando se afrouxa a fiscalização de velocidade, libera 'pardal' [radares]. A segunda causa de morte no trauma é a violência interpessoal, e a gente percebe uma escalada", diz.

Regner coordenou um estudo recente em que acompanhou 437 pacientes com TCE grave e um dado impressionou a equipe. Enquanto na literatura internacional a proporção é de dois a três homens vítimas de traumas para cada mulher, no Brasil foram oito homens para cada mulher.

"Pensa no impacto em 15 anos. A gente vai ter dificuldade com o corpo masculino que está perdendo capacidade laboral. O TCE é o que mais leva à perda de anos de vida."

Esses pacientes precisam chegar imediatamente a um hospital que tenha recursos para tratar politraumatizados. O Samu é um grande avanço, mas muitos pacientes ainda são levados a postos de saúde que não têm estrutura para atendê-los e acabam morrendo

Feres Chaddad neurocirurgião da Unifesp e da Beneficência Portuguesa de São Paulo

Os acidentes com veículos automotores lideram as estatísticas de TCEs graves no Brasil e no resto do mundo. Por aqui, as motocicletas estão à frente dos carros. Dados da Secretaria Nacional de Trânsito mostraram que, somente em 2021, o número de acidentes foi de 632.764, o equivalente a 72 registros por hora.

A médica lembra que mais de 90% dos pacientes de TCE grave terão algum grau de sequela incapacitante. "Além do custo direto do atendimento do SUS, temos o custo da perda de produtividade dessas pessoas, da necessidade de suporte social [INSS]."

Segundo o neurocirurgião Feres Chaddad, professor e chefe de neurocirurgião da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e da Beneficência Portuguesa de São Paulo, há gargalos em toda a linha de cuidado dos TCEs graves.

"Esses pacientes precisam chegar imediatamente a um hospital que tenha recursos para tratar politraumatizados. O Samu é um grande avanço, mas muitos pacientes ainda são levados a postos de saúde que não têm estrutura e acabam morrendo."

Ele diz que há hospitais do SUS com UTIs neurológicas e equipes especializadas, mas muitos sofrem com a falta de materiais e de estrutura para esses atendimentos.

A superlotação nessas unidades é frequente, o que faz com que as cirurgias demorem muito para acontecer, piorando o prognóstico. "São pacientes de longa permanência, acabam congestionando o pronto-socorro, as enfermarias e as UTIs."

O acesso à reabilitação é outra dificuldade. Linamara Rizzo Battistella, professora titular de fisiatria da USP e idealizadora da rede Lucy Montoro, lembra que quanto mais cedo o paciente estiver em um programa adequado de reabilitação, melhor será a resposta e o desfecho. "A reabilitação não começa quando o indivíduo tem alta do hospital, e sim quando chega ao hospital."

esporte

Abismo separa equipes que se enfrentam na final do Paulista

Palmeiras, atual campeão estadual, tem folha de pagamento 22 vezes superior à do adversário Água Santa

ÁGUA SANTA
PALMEIRAS
16h, na Arena Barueri
Na TV: Record, YouTube, HBO Max, Paulistão Play e Premiere

SÃO PAULO A final do Campeonato Paulista apresenta discrepâncias de tradição, títulos, tamanho de torcidas e também na questão financeira. Duas vezes vencedor da Copa Libertadores nos últimos três anos, o Palmeiras tem folha de pagamento cerca de R$ 17,2 milhões superior à do seu adversário.

Pela primeira vez perto ser campeão na elite, o Água Santa, que era um time de várzea de Diadema até 2011, gasta cerca de R$ 800 mil por mês com o elenco. O Palmeiras investe R$ 18 milhões.

Dudu, o maior salário do elenco alviverde, recebe cerca de R$ 2 milhões, o que seria suficiente para manter o time profissional do Água Santa por dois meses e meio.

Esse abismo orçamentário e de expectativas é o que faz o técnico Thiago Carpini, do clube do ABC, pedir "leveza" aos seus jogadores. Antes de iniciar o torneio estadual, a agremiação era citada como uma das possíveis rebaixadas. Conseguiu a primeira vitória apenas na quinta rodada da fase de grupos, depois de perder os dois primeiros jogos.

"Quando a gente fala de leveza, é sobre tudo o que foi conquistado. Isso foi um ponto de que tratamos durante a preparação. Estamos na final, então nos permitimos sonhar um pouco mais. Temos responsabilidade com nós mesmos, de competir de forma digna e dar o nosso melhor", disse o treinador.

O Água Santa utiliza estratégia que ficou conhecida no Bangu nos anos 1980, principalmente quando o patrono era o bicheiro Castor de Andrade. Pagar salários modestos, mas compensar nos bichos. Apenas na fase de grupos, a diretoria distribuiu cerca de R$ 900 mil por resultados positivos conquistados. As classificações nas quartas de final e nas semifinais (contra São Paulo e Red Bull Bragantino, respectivamente) renderam cerca de R$ 400 mil em premiações.

Não foi falado o valor a ser rateado em caso de título.

Apesar dos troféus recentes e do elenco caro, o Palmeiras convive com a pressão da torcida por reforços. A presidente Leila Pereira já foi alvo de protestos de organizadas.

Além de Dudu, o clube tem mais dois jogadores com salários superiores a R$ 1 milhão: o zagueiro Gustavo Gómez e o meia Raphael Veiga.

Dos principais salários do grupo palmeirense, cada um do trio Weverton, Atuesta e Rony (R$ 600 mil) quase seria capaz de manter o elenco do adversário na final do Paulista. A questão financeira não é a única, mas é uma das que fazem a agremiação ser favorita ao título estadual.

"Se eu disser que temos 70% de chances de ganhar e eles, 30%, eles ainda terão 30%. Há valências que você tem que não precisam de talento, como correr mais do que o adversário. Se igualarmos a vontade deles, acredito que esses 70% estarão a nosso favor", afirma o técnico Abel Ferreira.

A discrepância financeira não é inédita na decisão do torneio e costuma ser vista todas as vezes em que a final não é um clássico.

Quando o Santos decidiu o troféu contra o Audax em 2016, os gastos do clube da Baixada com o elenco eram 15 vezes superiores ao do rival de Osasco, que, assim como o Água Santa, chegava pela primeira vez à decisão.

Em 1986, o Palmeiras tentou quebrar seu então jejum de dez anos, diante da Inter de Limeira. A diferença era tão considerável que os jogadores do time do interior, após a vitória inesperada, pararam no meio da estrada para comer coxinha. Não havia nenhuma festa programada.

Se eu disser que temos 70% de chances de ganhar e eles, 30%, eles ainda terão 30%. Se igualarmos a vontade deles, acredito que esses 70% estarão a nosso favor

Abel Ferreira técnico do Palmeiras

O salário de Dudu bastaria para manter o elenco do Água Santa por dois meses e meio Cesar Greco - 3.out.22/Palmeiras/Divulgação

ESPORTE AO VIVO | **11h15 Real Madrid x Valladolid** Espanhol, STAR+ | **15h45 Napoli x Milan** Italiano, ESPN 4/STAR+ | **16h Bahia x Jacuipense** Baiano (final), TV BRASIL/YOUTUBE

O treinador Thiago Carpini vai fazer um estágio com Pep Guardiola no City Esporte Clube Água Santa

Comandante do Água Santa se inspira nos técnicos argentinos

Thiago Carpini conduz equipe de Diadema em surpreendente final com o Palmeiras no Paulista

Luciano Trindade

SÃO PAULO Em fevereiro de 2020, uma entrevista de Thiago Carpini no Brinco de Ouro teve uma repercussão maior do que normalmente ocorre com as declarações de técnicos do Guarani.

Então comandante o time de Campinas, ele fez uma crítica à nova geração de jogadores e às categorias de base do futebol nacional. De um modo geral, disse que havia pouco comprometimento entre os mais novos, razão pela qual ele havia acabado de rebaixar ao sub-20 um jogador do elenco profissional.

Três anos depois, o problema que o técnico classificou como "geracional" ainda o incomoda. Aos 38 anos, o jovem treinador é fruto de uma safra que, segundo ele, deveria inspirar-se no exemplo dos argentinos, campeões mundiais.

"O que me agrada no futebol argentino é a competitividade, como eles encaram o jogo. Isso me encanta. O futebol brasileiro precisa resgatar isso", diz à **Folha**. "Nossa capacidade técnica é indiscutível, mas a nossa competitividade, a nossa gana de vencer, a gente perdeu um pouco."

À frente do Água Santa desde maio do ano passado, ele buscou imprimir essa marca no elenco da equipe de Diadema durante o Campeonato Paulista deste ano.

Seu método foi dar mais atenção ao relacionamento com os atletas, à gestão do grupo e aos treinos. Para ele, "o dia a dia é mais importante do que o jogo", uma opinião formada com base na leitura de livros escritos por um espanhol, Pep Guardiola, de quem é fã. "Assim ele tira o melhor dos atletas."

Com as referências do técnico do Manchester City, o paulista nascido em Valinhos alcançou um resultado surpreendente. Levou uma equipe que até 2011 jogava no futebol amador à final do Estadual, eliminando o São Paulo e o Red Bull Bragantino.

Na decisão, terá outro rival da elite do futebol brasileiro pela frente, o Palmeiras, atual campeão estadual e também nacional.

"Por que não nos permitir sonhar um pouco mais? O favoritismo não é nosso, não temos responsabilidade nenhuma de ser campeões. Mas claro que a gente vai tentar fazer um grande jogo", diz.

Os holofotes mudaram a rotina de Carpini e do Água Santa. Desde a vitória sobre o São Paulo nos pênaltis, após empate sem gols, os pedidos de entrevistas se acumularam.

"Acho que tem sido uma média de três por dia", comenta. "É um momento histórico para o clube, e a gente tem que desfrutar", afirma.

O desempenho na competição já rendeu ao treinador uma renovação de contrato. O vínculo, que tinha duração até o fim do torneio, foi estendido até dezembro de 2024. O período abrange a disputa da Série D do Campeonato Brasileiro do próximo ano, para a qual a agremiação obteve classificação.

Em 2023, terminado o Paulista, o Água Santa não vai mais jogar, motivo pelo qual deve se desfazer de quase todo o elenco finalista.

Durante o período de inatividade do clube, Carpini também estará fora. Ele já tem marcada uma viagem à Europa, onde fará estágios em clubes da Alemanha e da Inglaterra, incluindo o Manchester City, onde terá contato com o admirado Guardiola.

"Quero estar lá durante um período com jogos da Champions para acompanhar não só as partidas como os treinos da semana que antecede esses jogos", conta o profissional, que pretende tirar a licença de técnico da Uefa (União das Federações Europeias de Futebol).

Antes, ele fará uma escala na Argentina. Lá, além de completar a sua licença da AFA (Associação do Futebol Argentino), o treinador vai passar um período no River Plate.

Para ele, a formação dos técnicos argentinos está em um nível superior ao apresentado pelos brasileiros.

"Prova disso é que o futebol argentino está muito mais próximo do futebol europeu", diz. "Vejo treinadores estrangeiros ocupando espaço no nosso futebol, e nós também precisamos nos preparar para ocupar os espaços lá fora."

Para ele, os argentinos têm mais facilidade de consolidação na Europa. "O futebol brasileiro exporta bastante, muitos jogadores fazem sucesso, mas muitos batem lá e não conseguem se firmar."

Ele mesmo não teve essa oportunidade. Como atleta, teve pouco destaque, mas acumulou passagens por importantes clubes brasileiros, como Guarani, Atlético Mineiro e Bahia. Parou de jogar em maio de 2017, aos 33 anos, forçado por sucessivas lesões.

No mesmo ano, aceitou um convite do técnico Evaristo Piza para ser assistente no XV de Piracicaba e deu início à trajetória à beira dos gramados, um desejo que já cultivava como atleta. Antes de pendurar as chuteiras, deu início ao curso de educação física.

No segundo semestre daquele ano, o ex-meia Fumagalli, à época superintendente de futebol do Guarani, levou Carpini para o time de Campinas, também como auxiliar. Apenas 40 dias depois, Roberto Fonseca acabou demitido em meio à campanha na Série B, e o recém-chegado foi promovido a treinador.

Com o novato no comando, o Guarani conseguiu escapar do rebaixamento à Série C. No ano seguinte, fez uma boa campanha no Estadual. Embora o time não tenha avançado ao mata-mata, seu futebol foi reconhecido por Tite, ainda técnico da seleção brasileira. Para ele, Carpini foi uma grande revelação.

Após dirigir o time de Campinas, ele iniciou uma jornada pelo estado de São Paulo e teve trabalhos no Oeste, na Inter de Limeira, no Santo André e na Ferroviária até chegar ao Água Santa, com o qual tem agora a chance de ganhar seu primeiro título como técnico.

> O que me agrada no futebol argentino é a competitividade, como eles encaram o jogo. Isso me encanta. O futebol brasileiro precisa resgatar isso. Nossa capacidade técnica é indiscutível, mas a nossa competitividade, a nossa gana de vencer, a gente perdeu um pouco
>
> **Thiago Carpini**
> técnico do Água Santa, que promete fazer um jogo "digno de uma final" diante do favorito Palmeiras na final do Paulista

Crise existencial

O que é possível fazer para reaproximar o time canarinho do distante torcedor brasileiro?

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Abundam as sugestões, com o perdão da má palavra.

Desde a de não mais usar a camisa amarela até a de só convocar jogadores que atuem no país.

Contra-argumentos também são abundantes, e, como sabem os que ainda aprenderam latim na escola, quod abundat non nocet, o que abunda não prejudica.

Desistir da camisa canarinha seria admitir a derrota para quem a usou para disseminar o ódio.

Abdicar dos jogadores em atividade fora do Brasil seria abrir mão dos pés mais talentosos nascidos em berço esplêndido.

O que fazer?, perguntaria o senhor Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido por Lênin.

*Vestir azul é antiga proposta do jornalista João Carlos Assumpção, repórter que abrilhantou as páginas desta **Folha** e do extinto diário Lance!, trabalhou também no SporTV e cobriu seis Copas do Mundo, além de ser coautor de dois belos livros sobre a seleção.*

Carlos Maranhão, ex-diretor das revistas Placar e Veja São Paulo, dez Copas do Mundo, autor das obrigatórias biografias do escritor Marcos Rey e do editor Roberto Civita, é o mais novo defensor da ideia também antiga de convocar apenas os que atuam por aqui, meio, ele defende, de reatar os vínculos do torcedor com o time da CBF.

"Bobagem a preocupação com novo técnico. Nem Guardiola fará grande diferença se os convocados forem os de sempre. As próximas Eliminatórias serão só para cumprir tabela, e não há risco para a seleção. Melhor será formar um time só com quem joga em nossos clubes, reavivar as discussões sobre os motivos de chamar o centroavante do Palmeiras e deixar fora o do Corinthians, botar para jogar jovens como Vitor Roque, do Athletico Paranaense [nota do colunista: o time dele, mas não é por isso]. Quando a Copa de 2026 chegar, se tiver algum brasileiro realmente fazendo diferença na Europa, põe na lista", argumenta o experiente jornalista, dono de um dos textos mais refinados de nossa imprensa.

"Fernando Diniz seria capaz disso", argumenta, embora enfatize ser o treinador menos importante no momento do que a coragem de rever conceitos, mudar a postura que há cinco Copas dá com os burros n'água.

Que as Eliminatórias para o torneio de 26 nos Estados Unidos, México e Canadá serão para constar é óbvio, porque de dez seleções ao menos seis terão vaga no monstrengo de 48 equipes.

Se é razão suficiente para disputá-las exclusivamente por quem mora no Patropi, é tema para polemizar e provocar a CBF.

A rara leitora e o raro leitor hão de querer saber o que pensa o pobre colunista sobre temas tão candentes.

Ele gosta mais da camisa azul do que da outra, teve engulhos quando viu até ladrão de merenda escolar, histérico com a camisa amarela, gritando contra corrupção, mas não dá aos larápios o direito de nos roubar nossas cores.

E gostaria de ver a experiência de jogar um time que teria de prestar contas onde vive, sem ter o subterfúgio de nem voltar para cá ou pegar o avião, jatinho particular em regra, e se mandar para além-mar depois de fazer lambanças em gramados que há anos desconhece.

Maranhão, o Carlos, lembra que entre todos os tricampeões mundiais, os de 1958, 1962 e 1970, não havia nenhum jogador que atuava no estrangeiro.

Os tempos mudaram, ele sabe, mas quem sabe?

Em tempo: por falar em Maranhão, que show deu Flávio Dino na Comissão de Justiça! O humor é a melhor arma.

Não há mais lugar

Atos racistas e homofóbicos e assédios sexuais e morais não cabem nos estádios de futebol

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Os sete times brasileiros, como tem sido habitual, são candidatos ao título da Libertadores. Palmeiras e Flamengo são os mais fortes, independentemente dos resultados deste fim de semana pelos estaduais. O Flamengo possui um elenco melhor, mas a equipe titular do Palmeiras tem mais conjunto, joga cada partida como se fosse a última, além de ter a melhor defesa e o melhor goleiro da América do Sul. Do meio para a frente, quase todos os jogadores do Palmeiras estão entre os melhores da posição.

Gabriel Menino tem evoluído. Penso apenas que ele avança demais antes de a bola chegar ao ataque. Na sua posição é essencial marcar, construir as jogadas e trocar passes. O futebol brasileiro precisa libertar-se do chavão de que a troca de passes e o domínio da bola no meio-campo atrasa a transição rápida para chegar ao gol. A sabedoria é ter a bola e acelerar no momento certo.

O Corinthians, pela qualidade do elenco, pode jogar de maneira melhor e com mais regularidade. Para isso, necessita resolver o problema da carência afetiva que tem dos torcedores quando joga fora de casa. O time, como é comum no Brasil, deixa muitos espaços entre a defesa e o meio. Os meio-campistas avançam, e os zagueiros ficam colados à grande área. Além disso, eles se acostumaram durante décadas a jogar protegidos pelos volantes.

Independentemente da atuação deste sábado (1º) contra o América, o Atlético-MG também precisa evoluir. A dupla de atacantes com Hulk e Paulinho tem sido o destaque da equipe. Os três meias são mais atacantes que armadores, o que deixa o meio-campo pouco preenchido, com o volante (Allan ou Otávio) sozinho para marcar pelo centro e fazer a transição da bola para o ataque.

O Fluminense é um time definido na maneira de jogar, com muitos bons jogadores, que prioriza a aproximação no meio-campo para trocar passes, diferentemente de quase todas as outras equipes brasileiras. O time pode ficar ainda melhor com Marcelo, desde que não se crie uma expectativa muito acima da realidade, como ocorreu com Daniel Alves no São Paulo. O esplendor técnico de Marcelo já aconteceu, há bastante tempo, e está na nossa memória.

O Inter, apesar de não estar na final do Campeonato Gaúcho, fez ótima campanha no Brasileirão e pode repeti-la na Libertadores. Existem bons jogadores, uma estratégia definida e um treinador bom e experiente, Mano Menezes.

O Athletico-PR, que já é um dos grandes do futebol brasileiro, planeja e sonha alto há muito tempo ser campeão da Libertadores. É possível, mas muito pouco provável, pois a qualidade do elenco é ainda bastante inferior à das principais equipes.

Os times brasileiros precisam evoluir, não se contentar com a superioridade na América do Sul. Não há mais lugar para os goleiros que não sabem jogar fora do gol, os zagueiros colados à grande área, os grandes espaços deixados entre os setores, os exagerados cruzamentos para a área, para contar com a sorte, e a pouca troca de passes, sem domínio da bola no meio-campo. Não há lugar também para violência, atos racistas e homofóbicos e assédios morais e sexuais nos estádios de futebol.

Não há lugar ainda para a grande valorização das comparações baseadas em estatísticas com pequenas amostragens. As estatísticas são importantíssimas quando bem utilizadas. Além disso, o jogo tem inúmeros detalhes, compreensões e fatores inesperados. Quem não conhece, nem sabe observar, agarra-se aos números.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | **SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho** | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho | SÁB. Marina Izidro

NOSSO ESTRANHO AMOR

Milly Lacombe
folha.com/nossoestranhoamor

O que fica quando termina?

O que eu mais lembro é da gente na mesa de jantar da sua casa. Não sei bem por que, mas é essa a imagem que volta a todo o instante.

Lembro de como nossos pés se buscavam em baixo da mesa; de como você me olhava e sorria. Lembro de como a gente negociava os suhsis e sashimis que você pedia pelo aplicativo. De você saindo pela porta para descer e pegar o pacote com o entregador enquanto eu colocava a mesa.

Você gostava do de salmon skin, eu gostava dos hot roll, então a gente barganhava.

Lembro de como você me servia de mais vinho quando a gente acabava de comer, e de como, depois do jantar, você ia para a janela e, de pé, acendia um cigarro apoiando a taça de vinho no parapeito. Eu sentava no sofá de frente para você e a gente falava da vida.

Durante os últimos cinco anos, minha vida teve você e essa imensidão que te habita.

Dormir do seu lado, colocar a cabeça no seu ombro, te encarar dormindo.

Quando uma história acaba, o que fica na memória não tem nada de extraordinário.

É a miudeza que deixa a gente com vontade de viver tudo de novo e chorar de saudade.

É andar com você pela praia, parar e tomar um sorvete.

É pedir aquele mate com um pouco de limão. É ver a Vera correr desembestada pela areia ou pela grama.

É levar a Vera para passear depois que o Sol se foi. Voltar para casa, limpar as patinhas dela e perguntar se você quer ver alguma coisa na TV.

É rir do seu mau humor quando ele se transforma em comentários ácidos e certeiros.

É arrumar as coisas no carro para viajar e depois desarrumar quando chegamos. É perguntar cadê a chave da casa e notar que está comigo.

É ver a silhueta do seu corpo tão perfeito passando creme no banheiro depois do banho enquanto eu te espero deitada na cama. É o gosto do seu beijo, o melhor beijo que já ganhei.

É testemunhar as ideias se encadeando na sua cabeça. É ter a certeza de que a inteligência humana é um órgão sexual.

Eu poderia falar da viagem a Cuba ou a Nova York, poderia falar da primeira transa, do primeiro gozo, de como um dia fizemos enormes planos para o futuro. Mas não é isso o que primeiro me vem.

É mesmo o miudinho, sabe. É o comezinho que me mata de saudade. Mas o bom é que a gente não acaba depois que morre. A gente, de um jeito ou de outro, renasce.

Eu acho que tudo tem a capacidade de renascer.

As coisas — todas elas morrem e renascem de outro jeito.

Mas o miudinho fica acessível na memória; é só fechar os olhos e voltar. É o amor a única força que transcende o tempo-espaço. A física concordaria.

Pensando assim, o amor seria uma ficção científica. Só que ao mesmo tempo não é nem ficção nem científico; é bastante real e é misterioso.

O que vivi com você foi de uma realidade desmedida.

Uma realidade tão cortante, tão potente, tão bonita que me deixa até sem jeito de ficar triste agora.

O privilégio de frequentar você, de me enfiar em sua vida, de me misturar ao seu dia a dia.

De fazer amor com você, de passar horas deitada na cama com seu corpo colado ao meu, de comer panqueca de banana com você, de passear pelas ruas de mãos dadas num sábado qualquer.

O que me tranquiliza nos momentos de maior tristeza é saber que haverá para sempre no universo um ambiente que é só meu e seu.

Um lugar que ninguém mais conhece ou tem a senha para frequentar. Uma dimensão onde você e eu vibraremos até que o Sol exploda em quinquilhões de pedacinhos.

Ou nem isso porque mesmo nessa hora meu pedacinho vai em busca do seu pedacinho.

Obrigada, meu amor, pelos cinco anos mais potentes da minha vida.

Gabriela Biló/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) retornou ao Brasil nesta quinta (30), após uma temporada de 89 dias nos EUA. O político volta para tentar liderar a oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e também precisará se defender de investigações, como o caso das joias da Arábia Saudita e os ataques de 8 de janeiro. Após a chegada, no aeroporto internacional de Brasília, o ex-mandatário seguiu para a sede do PL, onde participou de um evento com apoiadores.

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Planície com vegetação rasteira **2.** Prolongamento traseiro de um objeto / Peixe de corpo discoidal com amplas nadadeiras peitorais **3.** Episódio complicado, confuso / (Quím.)O símbolo do nióbio **4.** Reynaldo Gianecchini, ator / Proibido **5.** (Jur.) Diz-se de ou pessoa contra quem se lavrou o documento que inicia processo administrativo **6.** São dois em serra / Uma conjunção de objeção **7.** Circulação de títulos de crédito **8.** (Red.) Campeão por quarta vez consecutivas / O acento de avião **9.** Consentimento, aprovação **10.** Compaixão, pena / Que se realiza de dia **11.** Sabor picante / Uma conjunção alternativa **12.** (Pop.) Um veículo de duas rodas **13.** Magro, descarnado / (Gír.) Embriagado.

VERTICAIS

1. Ter plena convicção / Permanência provisória **2.** Galpão para helicópteros / Muito grande **3.** Abreviatura do mês que segue março / Serpente venenosa da América do Sul, com até 2 metros de comprimento / Documento de Ordem de Crédito **4.** O lugar onde o Sol se põe / (Fig.) Ponto onde se concentram os fatores mais importantes de alguma coisa **5.** (queira) Tomara, oxalá / Energia **6.** Medicamento / Peça de roupa masculina **7.** Arnaldo Antunes, poeta e músico / Render-se à evidência / (Quím.) O símbolo do alumínio **8.** De certos povos orientais **9.** Parte da enxada / Estrela de quinta grandeza que é o centro do nosso sistema planetário / Metal que sempre foi símbolo de riqueza.

HORIZONTAIS: 1. Chapada, **2.** Rabo, Raia, **3.** Enredo, Nb, **4.** RG, Negado, **5.** Autuado, **6.** Erres, Mas, **7.** Giro, **8.** Tetra, Til, **9.** Anuência, **10.** Dó, Diurno, **11.** Ardume, Ou, **12.** Motoca, **13.** Seco, Alto. **VERTICAIS: 1.** Crer, Estada, **2.** Hangar, Enorme, **3.** Abr, Urutu, Doc, **4.** Poente, Reduto, **5.** Deus, Ânimo, **6.** Droga, Cueca, **7.** AA, Admitir, Al, **8.** Indo-ariano, **9.** Cabo, Sol, Ouro.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

				7			6	
	1	4	5					
		5				8	2	4
	2			3		9		
	6	9				4	1	
		7		1			8	
5	9	2				7		
					9	2	4	
	4			6				

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com novе lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	3	8	4	7	2	1	6	5
2	1	4	5	8	6	3	7	9
6	7	5	1	9	3	8	2	4
4	2	1	6	3	8	9	5	7
8	6	9	7	2	5	4	1	3
3	5	7	9	1	4	6	8	2
5	9	2	8	4	1	7	3	6
7	8	6	3	5	9	2	4	1
1	4	3	2	6	7	5	9	8

FRASES DA SEMANA

CAPITALISMO AMEAÇADO
Flávio Gomes
Historiador e professor da UFRJ falou, no domingo (26), sobre quilombos e a questão agrária

"A existência dos quilombos ameaçava a escravidão, como eu avalio que a existência das comunidades, hoje rurais, coloca em xeque um modelo de capitalismo, na medida em que você tem comunidades negras com acesso à terra, com economia, com manejo."

VINGANÇA
Rodrigo Tacla Duran
Advogado em depoimento na segunda (27), sobre acusações da Lava jato

"Realmente eu não sei o que o MPF quer, além de me perseguir. E por uma simples questão de vingança, por eu não ter aceito ser extorquido. Esse processo é uma vergonha para a Justiça brasileira."

CONFISSÃO
Marcos Vinicius Reis
Delegado do 34º DP, na segunda (27), sobre aluno que matou professora em SP

"Ele foi frio, não demonstrou muita emoção e admitiu, confessou, na presença da advogada ou na presença dos pais."

ROUBO ELEITORAL
Steve Bannon
Ideólogo da ultradireita global, na terça (28), em entrevista à Folha

"Lula tem pouco apoio popular e você percebe pela quantidade de pessoas que protestaram contra as eleições. É óbvio que houve roubo no Brasil e provavelmente foi mais escandaloso do que com Trump."

BOA VONTADE
Roberto Campos Neto
Presidente do Banco Central, na quinta (30), sobre proposta de regra fiscal

"Nós entendemos que existe uma boa vontade muito grande do Ministério da Fazenda de fazer um arcabouço robusto."

VIVÊNCIA
Jair Bolsonaro
Ex-presidente sobre possível candidatura de Michelle Bolsonaro, na quinta (30)

"Com todo o respeito, a senhora Michelle não tem essa vivência [na política] para aguentar uma batida dessas."

CRIMINALIZAR A FAVELA
Eliana Sousa
Fundadora da ONG Redes da Maré, na quinta (30), após visita de Flávio Dino

"É absurdo naturalizar a fala de que a polícia só pode entrar [na favela] com carro blindado, com armamento muito forte. Assim você está dizendo que todo mundo, os 140 mil moradores, são perigosos."

PERFIL RACIAL
Amanda Pimentel
Pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV, na quinta (30), sobre abordagens policiais

"Temos policiais que operam sob lógica de combate ao inimigo. Este, geralmente, tem a cara de um homem negro. É, para os agentes, a cara da criminalidade. O perfilamento racial é a lógica de justificar, corroborar e agravar uma suspeição pela cor da pele."

RACISMO MATA
Thainara Faria
Deputada estadual pelo PT, na sexta (31), sobre racismo na Alesp

"Mas a questão é que dói muito toda hora sofrer racismo. Quando não dói, ele mata a gente. E eu não quero que mais ninguém passe por isso."

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **2.abr.1923**

Rebeldes do RS relatam avanços do movimento

Integrantes do movimento revolucionário que luta para destituir o governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, enviaram telegramas para Assis Brasil, candidato derrotado na última eleição ao governo gaúcho e líder dos opositores, para informar os avanços do grupo.

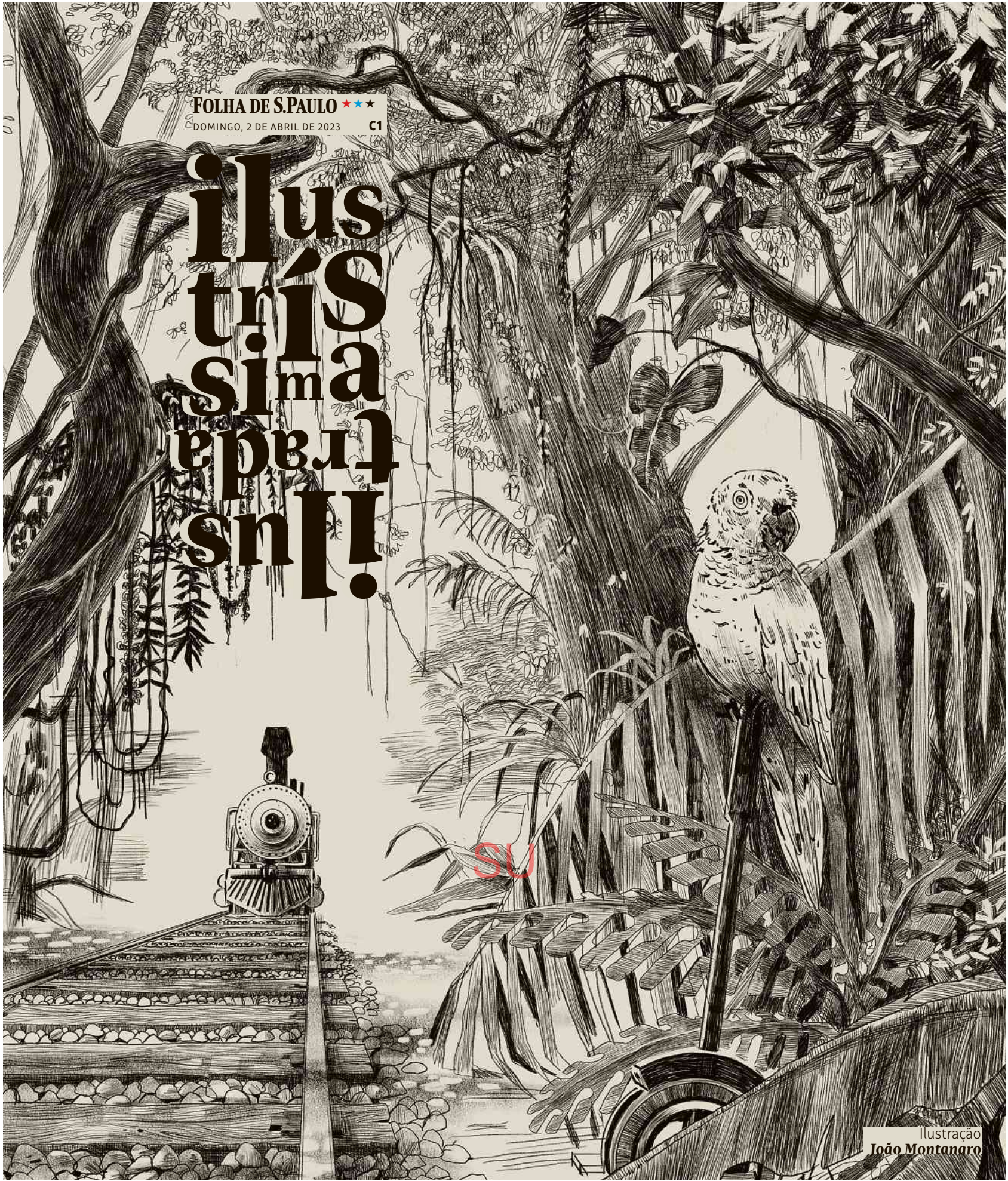
Assis Brasil, que está no Rio de Janeiro, leu que 2.000 homens comandados por Zeca Netto ocuparam o município de Encruzilhada, ampliando o movimento. "Dia a dia cresce o número, já elevado, de voluntários", escreveu Netto.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite
AS ELEIÇÕES MUNICIPAES
Pela Sociedade

FOLHA DE S.PAULO ★★★
DOMINGO, 2 DE ABRIL DE 2023 C1

ilustríssima / ilustrada

Ilustração João Montanaro

Lições de ética

Estudo mostra que no campo ético a maioria dos brasileiros tem perfil kantiano, ou seja, julga ações como certas ou erradas com base nas intenções, não nos resultados alcançados *C6*

- Limitar o bolsonarismo a fenômeno popular ofusca ação de elites *C8*
- Internet de hoje nunca servirá à emancipação, diz Jonathan Crary *C9*
- Ausência de leis racistas não invalida 'racismo estrutural' *C10*

Da esquerda para a direita, o baixista Jorge Helder, a cantora Mônica Salmaso, o diretor de palco Ricardo "Tenente" e Chico Buarque, no Tokio Marine Hall, em São Paulo Fotos Karime Xavier/Folhapress

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

A banda

[RESUMO] Músicos e 'membros honorários' do grupo que acompanha Chico Buarque há décadas falam sobre a turnê 'Que Tal Um Samba?', que roda o país desde o ano passado, relatam temores vividos nas eleições, exaltam a presença de Mônica Salmaso e dizem que o cantor anda mais solto

Por ***Bianka Vieira***

Na escuridão que paira sobre os equipamentos e a fiação emaranhada dos bastidores do palco do Tokio Marine Hall, na capital paulista, uma fresta de luz atravessa as cortinas e ilumina metade do rosto de Chico Buarque, 78. Com os cabelos úmidos e penteados para trás, vestindo camisa social azul-marinho, calça jeans e sapatênis, ele recebe uma massagem que começa em seus ombros e percorre toda a extensão da coluna. "Isso aí é pra dar sono?", pergunta o cantor, em tom de brincadeira. "É pra dar uma energizada", responde Ricardo Clementino, o Tenente, seu diretor técnico e de palco.

*

A poucos metros dali, enquanto a plateia ruidosa aguarda o início do show, toda a sua banda já está posicionada sobre o palco. O maestro Luiz Claudio Ramos ajeita o violão sobre o colo, Jurim Moreira empunha as baquetas, Marcelo Bernardes carrega um saxofone e Chico Batera inspeciona, em silêncio, toda a parafernália que compõe a percussão. João Rebouças está ensimesmado diante do piano de cauda, assim como Bia Paes Leme, em frente ao teclado. Os únicos que não parecem fisgados pela atmosfera quase meditativa são a cantora Mônica Salmaso e o baixista Jorge Helder, que fingem encestar uma bola de basquete imaginária minutos antes de as cortinas serem abertas.

*

Convidada de Chico, Mônica inicia o show dedilhando uma kalimba e revisitando os versos de "Todos Juntos", do clássico "Os Saltimbancos" (1977). Chico se acomoda na coxia, em uma cadeira posicionada à esquerda do palco, e acompanha o início do show. As cerca de 2.200 pessoas que o aguardam nem sequer suspeitam que ele esteja ali, assistindo ao mesmo espetáculo que elas.

*

No meio da canção "Bom Tempo", também interpretada por Mônica, Chico se levanta e procura pelo banheiro, localizado atrás do palco. O Tenente que ofereceu a massagem é o mesmo que, com sua lanterna, ilumina Chico para que ele afivele novamente o seu cinto. O cantor, então, passa a perambular pelo espaço. É a vez de "Beatriz" ser cantada por Mônica. Chico tosse alto e retorna ao banheiro para limpar a garganta. Ao fundo, os acordes de "Paratodos" podem ser ouvidos. Chico volta dançando, seguindo um caminho aberto na escuridão pela lanterna do Tenente, enquanto sacoleja os ombros e bate palmas. É chegada a hora. Chico dá as caras, e a plateia vai ao delírio.

*

Em excursão pelo país com a turnê "Que Tal Um Samba?" desde setembro de 2022, o artista ainda tem, nas próximas semanas, paradas previstas em Salvador e nas cidades de Lisboa e Porto, em Portugal, onde receberá o Prêmio Camões.

*

A primeira turnê de sua carreira, "Francisco", data de 1988. Até então, seus shows estreavam no extinto Canecão, no Rio, e eram levados a outras cidades do país e do exterior de forma mais pontual. "Não tinha essa produção toda de chegar aqui, passar o som e vestir o figurino. Não tinha nada disso", relembra o percussionista Chico Batera, 79, que acompanha Chico desde 1974. "Várias vezes a gente vinha do futebol, com a roupa do jogo mesmo, tirava a chuteira, botava uma bermuda e ia para o palco."

*

"Era outro Brasil", emenda ele, que viveu os primeiros anos de carreira sob a repressão da ditadura militar (1964-1985). "A polícia repressora tinha cadeira cativa. As três primeiras filas do teatro eram [ocupadas por] aquele pessoal de terno preto e óculos escuros. A garotada do teatro toda de túnica, tudo cabeludo, as meninas de saião, com a barriga de fora, e aqueles caras duros, achando que estavam disfarçados. Havia sempre uma ameaça de aquele show ser o último."

*

De "Francisco" para cá, houve ainda as turnês "Paratodos" (1994), "As Cidades" (1999 a 2000), "Carioca" (2006 a 2007), "Chico: Na Carreira" (2011 a 2012) e "Caravanas" (2017 a 2018) —o que pode parecer pouco, se considerados os quase 60 anos de carreira de Chico. "Até 1994, a gente ia para França, Alemanha, Itália... Depois ele não quis mais fazer turnês grandes assim", conta Tenente, que está com o cantor desde 1987 e não revela a sua idade.

*

O apelido militar, a propósito, foi Chico quem sacramentou. "Não tem nada a ver comigo. Eu sou um cara de bom senso", se apressa em explicar. Ricardo virou Tenente depois que introduziu às turnês um cronograma com datas e horários que deveriam ser cumpridos por cada um durante as viagens, a fim de evitar desencontros em tempos sem internet ou telefonia móvel. "O Chico mandou essa de 'parece um quartel' e virou Tenente."

*

Foi ele, aliás, quem conteve uma maratonista que invadiu o palco e correu para lascar um beijo na bochecha de Chico durante a sua passagem por João Pessoa, em setembro passado. Ainda que a façanha da atleta não se compare a quando, em 2012, duas dezenas de mulheres extrapolaram o limite da plateia em busca do ídolo, a tentativa causa preocupação: o cantor passou por uma cirurgia na região da coluna há pouco mais de um ano, e qualquer tentativa de aproximação atrapalhada pode vir a prejudicá-lo. Todas as noites, para evitar novos beijos e abraços apressados, Tenente troca o palco pelos bastidores no bis.

*

A barreira contra fãs, porém, não foi a maior precaução tomada nesta turnê. Dada a temperatura política que marcou o processo eleitoral ao longo do ano passado, a produção optou por usar um carro blindado para transportar o cantor entre os shows. "O Chico não é um cara que anda com segurança, não tem dessas coisas. Se botar um segurança atrás, ele abomina, acha desnecessário, uma bobagem. Mas a gente pediu um carro blindado, coisa que ele não pede também", conta Tenente.

*

O temor tinha a sua razão de ser. Mesmo fora do show business, Chico vinha sendo alvo de manifestações de ódio nos últimos anos. "Agora melhorou um pouco, né? Na época do [Jair] Bolsonaro estava pior. Ele quase não podia sair na rua que era ofendido", afirma o advogado Ricardo Cerqueira, que representa Chico há anos e estava nos bastidores do show a que a coluna assistiu.

*

"Que Tal Um Samba?" chega neste domingo (2) ao seu 54º show. A esse número, somam-se mais seis semanas de ensaio, iniciadas em 18 de julho passado, em um estúdio no bairro carioca do Humaitá. "Já tocamos quase cem vezes esse show. Não tem nenhum garoto aqui. E todo mundo ainda quer tocar as músicas, seja no ensaio, na passagem de som, o que for", diz Batera. "Se fosse uma coisa banal, se não fosse um raro acontecimento, a gente não ficaria tão emocionado."

*

A única queixa do percussionista se refere às escadas que conectam o palco ao camarim. "Se eu tenho que subir essa escada e descer [mais de uma vez], eu falo: 'Posso subir e descer, mas não vou tocar no show'", diz, gargalhando. "'Essa turnê com esse monte de velho de 70, 80 anos... Daqui a cinco anos, vai ter que ter uma equipe de cuidadoras", emenda, ainda rindo.

*

Apesar das queixas de Batera, a grande novidade trazida por "Que Tal Um Samba?", de acordo com todos os músicos, é a presença de Mônica Salmaso e seus efeitos sobre Chico. "Você vê que ele está todo descontraído no palco. Ele sente uma segurança com ela ali, sabe? Está sendo muito boa a participação dela, ele brinca mais", afirma o baterista Jurim Moreira, 66.

*

"Acho que ela trouxe um frescor e um vigor também. Ela é intensa como pessoa e como intérprete. Isso trouxe muita energia para o show", afirma a tecladista e arranjadora Bia Paes Leme, 64, em turnê com o carioca desde 1998. "O Chico é menos inibido do que dizem. 'Ah, ele é tímido'. Nada, o Chico é totalmente 'relax'. Mas quando você tem uma pessoa ao seu lado, dividindo de igual para igual as coisas, errar, por exemplo, fica mais leve. Você erra e morre de rir."

*

Chico, de fato, parece mais soltinho, dizem seus parceiros de décadas. "Estou te falando: estou há 48 anos aqui e nunca vi o Chico dançar no palco. É a primeira vez. Você já tinha visto, [Mario] Canivello?", pergunta Batera ao assessor de imprensa do cantor. "A gente viu com o Mestre Marçal", responde Mario. "Ah, sim. Mas era meio forçado, ele ficava muito duro", diz, rindo outra vez. Batera, que já tocou com nomes como Elis Regina e Ella Fitzgerald, não poupa elogios a Mônica. "O interesse dela pelos músicos é outra coisa rara. Toquei com todas as cantoras. A Elis interagia musicalmente, mas não demonstrava isso para o público como a Mônica faz."

*

Com exceção de Jurim, que substituiu o baterista Wilson das Neves após a sua morte, ocorrida em 2017, todos os músicos estão em turnê com Chico Buarque ao menos desde a década de 1990. É, pau a pau com Roberto Carlos, uma das formações que há mais tempo acompanha um artista solo no Brasil, como afirma Luiz Claudio Ramos, 73. Ele grava com Chico desde 1972 e faz as vezes de maestro do grupo.

*

Ramos, aliás, é a primeira pessoa da banda com quem Chico tem contato quando decide sair em turnê pelo país e conclamar o "tocar-reunir". A nomenclatura, de referência militar, é usada pela banda para se refe-

Continua na pág. C3

O percussionista Chico Batera

O multi-instrumentista de sopros Marcelo Bernardes

A tecladista e arranjadora Bia Paes Leme

O pianista João Rebouças

O maestro Luiz Claudio Ramos

O baterista Jurim Moreira

Continuação da pág. C2

rir ao momento em que é dada a largada para os preparativos de uma turnê. O maestro faz todos os arranjos musicais e escreve todas as partituras usadas pelos demais integrantes. "Antes ele mandava fita cassete. Agora, ele grava no computador ou no WhatsApp mesmo e manda [a música], e a gente começa a trocar figurinhas", conta, sobre o processo.

*

Como o maestro avalia a aptidão de Chico para compor músicas? "A teoria musical ele não conhece, mas tem uma intuição rara. E sempre teve uma formação musical muito rica, sempre gostou de não fazer o óbvio e procurar saídas originais. Acho que isso é marcante na obra do Chico", afirma.

*

A dedicação e a meticulosidade do artista, que é chamado de "CDF" por parte de seus músicos, pôde ser vista pelo público com a mudança feita por ele em um verso da música "Beatriz". Depois de cerca de 40 anos, ele anunciou, durante um ensaio, que encontrou a palavra certa para um dos versos: trocou "vida" por "sina".

*

O grupo que acompanha Chico se dá bem dentro e fora dos palcos. Até mesmo a preferência política dos músicos é alinhada. Ainda que uns sejam mais discretos que outros, o voto em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) preponderou no pleito de 2022. "Estava todo mundo com o coração na mão. Entre o primeiro e o segundo turno, foi aquela tensão absurda", lembra Bia Paes Leme. A angústia era tamanha que, entre todos, pairava o sentimento de que a turnê deveria ser cancelada caso o petista não saísse vitorioso, segundo relatam. "Muito provavelmente, se fosse outro o resultado, a turnê ia parar", disse Mônica Salmaso, em entrevista à coluna em fevereiro.

*

Se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não foi motivo para o cancelamento, seus apoiadores, no mínimo, deram trabalho. O primeiro show após o pleito, em Porto Alegre, quase não foi realizado por causa dos bloqueios em rodovias promovidos por aqueles que não reconheciam o resultado das urnas. "Foi um sufoco danado, o equipamento não chegava", relembra Tenente.

*

Quais impressões os músicos guardam do chefe? "O Chico é a mesma pessoa todos os dias, é impressionante. Eu nunca vi o Chico destratar ninguém, nunca vi o Chico ficar de cara amarrada. Ele é uma pessoa muito simples", afirma Jurim. "Quando ele ri, o olho dele enche de água. Antes de contar, ele está se divertindo porque já está contando a história para ele mesmo", diz Bia.

*

"Essa é a pergunta que não quer calar", dispara Marcelo Bernardes, 66, rindo, ao responder sobre quando será a próxima turnê e se essa pode ser a última do grupo. "A sensação que eu tenho é a de que o Chico gosta mais da solidão da criação do que da exposição do sucesso", diz Tenente.

*

"Acho que 'Que Tal Um Samba?' foi uma forma de ele se solidarizar com o momento político que o Brasil estava passando. Foi um resgate da nossa vida musical, política e social. Já que está tão difícil, vamos sambar, buscar um jeito de mudar isso", continua o diretor de palco. "Se o 'Francisco' foi um momento em que a gente estava saindo de um período conturbado e aprendendo a ser democráticos, 'Que Tal Um Samba?' talvez tenha sido, de novo, o resgate de uma democracia. E era o Chico Buarque nisso outra vez. Aos 78 anos. Você não acha maravilhoso?"

A ecologia decolonial

Para Malcom Ferdinand, preservação ambiental que exclui pessoas pobres e racializadas atualiza colonialismo

Itamar Vieira Junior

Geógrafo e escritor, autor de 'Torto Arado'

Qual a relação entre racismo, machismo e ecologia? Como a colonização do passado pode interferir no nosso presente? Revisitar este passado pode ajudar a erguer o véu da ignorância e nos permitir vislumbrar um futuro? Esses e outros temas estão em "Uma Ecologia Decolonial: Pensar a partir do Mundo Caribenho" (Ubu), do ambientalista martiniquense Malcom Ferdinand.

As análises atuais sobre a emergência climática costumam desconsiderar a interseccionalidade inerente ao desafio que se impõe. Raça, gênero e especismo são fundamentais para compreender por que o iminente colapso ambiental não está atingindo todos da mesma maneira.

O debate também enveredá pela velha dualidade entre natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, que, segundo Ferdinand, estabelece "uma escala vertical de valores que coloca 'o Homem' acima da natureza". O próprio termo "Homem" e seu homólogo antropos reduzem a diversidade humana —homens, mulheres, ricos, pobres, brancos, negros e indígenas— a um grupo uniforme que, na prática, não existe.

Para Ferdinand, essa fratura não tem permitido avanços na solução dos problemas e a busca pela salvação se resume a uma reedição da velha Arca de Noé: alguns embarcarão, outros serão engolidos pela tempestade climática.

No cerne da questão, está a sobrevida do colonialismo e como esse evento moldou para sempre a nossa história, repercutindo em cada fração do nosso cotidiano. Daí a crítica ao termo Antropoceno, que nada mais é que uma ideia ocidental sobre a crise atual.

Esse imaginário apaga a história dos não brancos e o fator colonial. Para Ferdinand, os "colapsólogos" padecem da arrogância dos senhores da casa-grande; alertam para o curto-circuito da Terra, mas desprezam seus vínculos com a colonização e a escravidão modernas e com o racismo e o genocídio das comunidades autóctones.

Nascido na Martinica, Malcom Ferdinand é pesquisador da interseccionalidade entre a crise ambiental vigente e os processos históricos atuais, tendo como locus o Caribe. Foi nesta fração do continente que o Velho e o Novo Mundo "entraram em contato pela primeira vez tentando fazer da Terra e do mundo uma mesma e única totalidade".

Assolado por furacões e outros eventos extremos, o Caribe tem sido desafiado pelas acentuadas mudanças climáticas, em uma das regiões mais pobres das Américas, marcada pelo colonialismo e pela escravidão. Para Ferdinand, essa mudança de perspectiva é necessária, já que se trata de um deslocamento epistêmico, o que altera a paisagem da produção de discursos e saberes.

Poluição e degradação ambientais têm reforçado políticas de preservação que excluem ou exercem dominação sobre pessoas pobres e racializadas. Nada muito diferente do que foi introduzido pela colonização europeia nas Américas, que promoveu uma mudança radical na forma de se habitar a Terra, a que Ferdinand chama de "habitar colonial".

O habitar colonial criou uma ontologia de vida baseada na destruição de ecossistemas, no genocídio indígena, na desumanização e na escravidão dos africanos e seus descendentes. Promoveu o "altericídio", que é a impossibilidade de coexistência entre os diferentes. A colonização negou a alteridade e constituiu uma "mesmificação, de redução ao Mesmo, fazendo o habitar colonial uma habitar-sem-o-outro".

Também se ancorou na implementação e no fracionamento da propriedade privada da terra através das plantations, empreendimento colonial que se desenvolveu até chegar às grandes corporações de hoje. A exploração maciça de seres humanos é outro traço determinante desse habitar e se estende do passado ao nosso presente.

"A colonização significou a passagem de uma terra que venerava uma mãe para a uma terra que venerava o pai", escreve Ferdinand. A premissa é que o empreendimento colonial foi concebido e gestado por homens. Saberes, habilidades e noções de mundo das mulheres foram desconsideradas, o que modificou a relação dos colonizados com seu meio.

Diante do caos, uma das saídas defendidas por Ferdinand é o "aquilombamento": uma estratégia de resistência conhecida por nós, brasileiros, e por nossos vizinhos latino-americanos. O aquilombamento designa a prática dos sobreviventes, dos que resistiram ao horror da escravidão e escaparam das fazendas e oficinas urbanas para viverem no meio da mata, num "para-fora do mundo colonial".

Ferdinand conclui: "Diante de um habitar colonial devorador do mundo, os quilombolas colocaram em prática outra maneira de viver e de se relacionar com a terra". Eis o apontamento para o futuro.

[...]

Diante do caos, uma das saídas defendidas por Ferdinand é o 'aquilombamento': uma estratégia de resistência conhecida por brasileiros e latino-americanos

DOM. Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, **Juliana de Albuquerque**, Glenn Greenwald

Erratas de sacristia

Leitores de sensibilidade não devem saber ler nem ter sensibilidade

Ricardo Araújo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Esta semana calhou a Agatha Christie a distinção de ter os seus livros corrigidos pelos chamados leitores de sensibilidade. Ela já não está aqui para desfrutar do privilégio, mas nós devemos regozijar-nos.

É um alívio podermos ler agora os livros expurgados de palavras feias e ideias degeneradas. E só podemos fazê-lo devido ao esforço abnegado dos leitores de sensibilidade, que se sacrificaram por nós, lendo os livros perigosos e desarmadilhando-os, para a nossa segurança.

No entanto, e para que a profissão seja menos arriscada, os leitores de sensibilidade são escolhidos com o seguinte critério: não devem saber ler nem devem ter sensibilidade.

De outro modo, a versão original dos livros poderia ter neles o mesmo efeito fatal que teria nos leitores comuns.

Se soubessem ler, perceberiam a diferença entre uma personagem e o autor, e se tivessem sensibilidade poderiam ser sensíveis ao contexto histórico em que um texto foi escrito.

Assim é mais seguro. E foi com essa pobreza de espírito (que além da profissão de leitores de sensibilidade também lhes garante o Reino dos Céus) que fizeram as seguintes emendas: no livro "Mistério no Caribe", um empregado indiano de hotel sorri para Miss Marple, e ela acha que ele tem "lindos dentes brancos".

Na nova versão, ela não acha nada. No mesmo livro, uma personagem feminina tinha "um torso de mármore negro que um escultor teria apreciado". Na nova versão já não tem.

Ainda em "Mistério no Caribe", um homem não consegue ver uma mulher negra, junto a uns arbustos, à noite, quando vai a caminho do seu quarto de hotel. Na nova versão, quem não vê nada somos nós, porque essa passagem foi removida.

No livro "Morte no Nilo", Poirot observava os barqueiros núbios. Na nova versão, observa apenas barqueiros.

Devo confessar que, um dia, às margens do Nilo, visitei uma aldeia núbia. Vi bastantes núbios, alguns dos quais suponho que seriam barqueiros.

É óbvio que estou arrependido e peço desculpa. Estas e outras alterações contribuem, sem dúvida nenhuma, para purgar piedosamente os livros, e constituem uma excelente alternativa ao antigo método purificador, que era queimá-los.

Devidamente livres de falhas morais, os livros podem, enfim, continuar a ser lidos.

Estas são alterações devotas. São correções beatas São erratas de sacristia.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Disputa por jogo é tema de longa situado no final da Guerra Fria

Tetris

Apple TV+, 14 anos

Em 1988, o empresário Henk Rogers conhece Tetris, um videogame criado pelo russo Alexey Pajitnov. Disposto a comprar os direitos, ele parte para a União Soviética, dando início a uma disputa que marcou os últimos anos da Guerra Fria. Este thriller com toques cômicos é estrelado por Taron Egerton, que encarnou Elton John em "Rocketman".

De Quem Estamos Fugindo?

Netflix, 16 anos

Uma mulher e sua filha adolescente não têm endereço fixo. Estão sempre viajando, pulando de hotel em hotel. A garota não sabe o que aconteceu no passado da mãe, que encara tudo como uma possível ameaça. Série turca exclusiva da plataforma.

Disque Jane

Amazon Prime Video, 16 anos

Uma dona de casa com filhos engravida de novo, mas dessa vez sua vida corre risco. A única solução seria um aborto, ainda ilegal nos EUA de 1968. Ela então conhece um grupo de mulheres que podem ajudá-la, as Janes. Com Elizabeth Banks e Sigourney Weaver.

Auts e Stella

Cultura, 12h30, e TV Rá Tim Bum, 11h, 17h e 20h15, livre

Auts convida sua amiga Stella para fazerem um filme juntos. Ambos são autistas, mas de expressões diferentes. Para marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, a emissora exibe o curta-metragem de animação derivado do seriado "Auts".

Estádios Históricos

TV Brasil, 18h30, livre

O episódio desta semana visita o Moça Bonita, o estádio do Bangu Atlético Clube, no Rio.

O Amigo dos Animais

National Geographic, 21h, livre

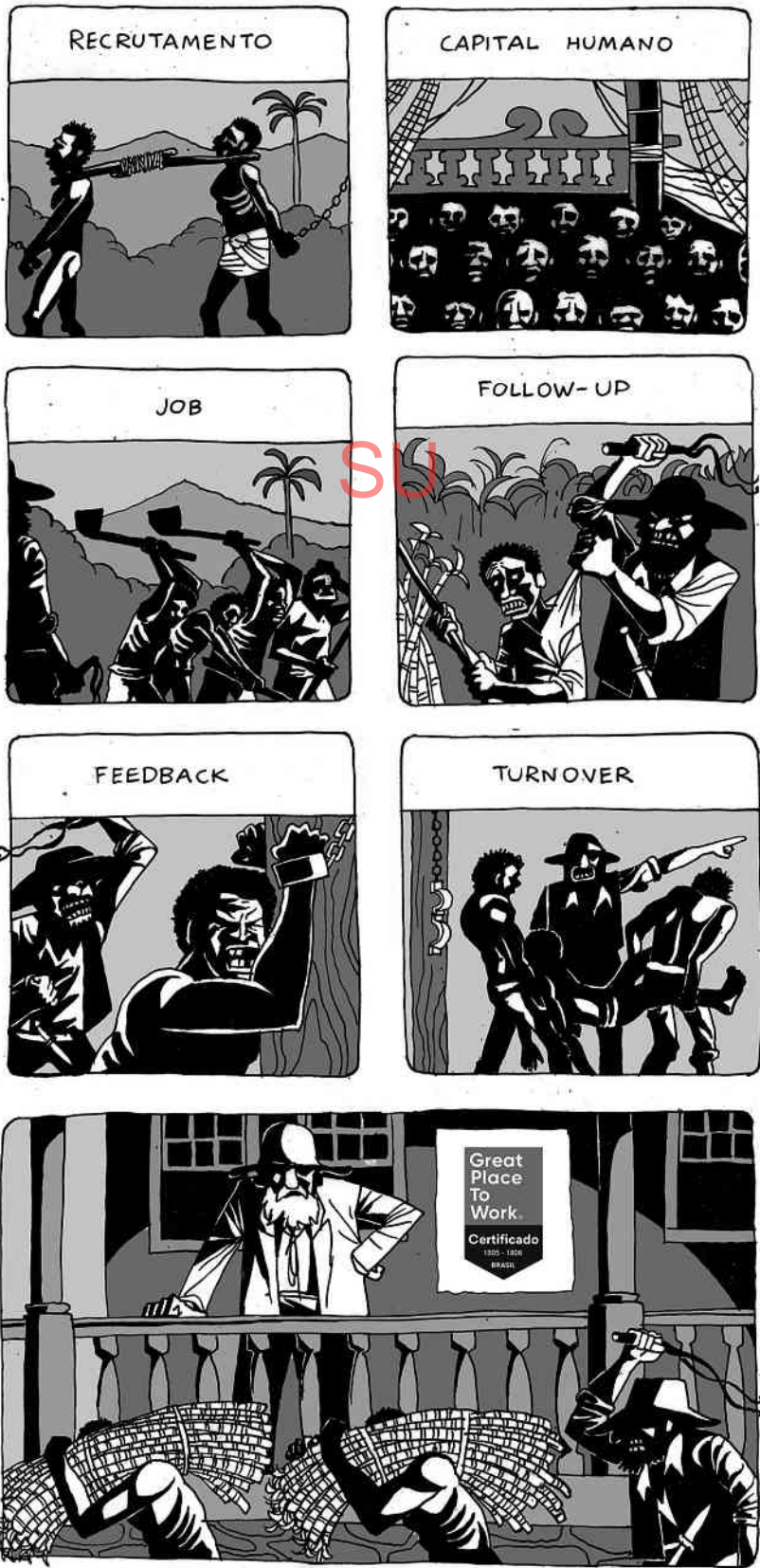
Antonio Ripoll, um jovem autista e uruguaio, apresenta a biodiversidade do Uruguai, da Argentina e da Costa Rica nesta nova série que estreia no Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

Canal Livre

Band, 0h, livre

Adriana Araújo recebe o deputado federal Orlando Silva (PCdoB), que fala sobre seu projeto de lei para regular as plataformas digitais, e Pablo Ortellado, professor de gestão de políticas públicas da USP.

QUADRÃO

Ricardo Coimbra

VOCÊ ACABOU DE ASSISTIR A MAIS UM EPISÓDIO DE

A GRANDE BATALHA DO EMPREENDEDORISMO

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Empresa por trás do Rock in Rio vai gerir Lollapalooza

SÃO PAULO A Live Nation Entertainment, que controla o Lollapalooza, anunciou na sexta-feira, dia 31, que a Rock World será a parceira de produção do festival no Brasil. A Rock World vai colaborar com a C3 Presents.

Na quinta, dia 30, a Time For Fun deixou o festival, depois do fim de contrato de dez anos. A Live Nation é acionista controladora da Rock World, que organiza o Rock in Rio, e da C3.

Segundo a Live Nation, a escolha da Rock World, do empresário Roberto Medina, faz parte da expansão da empresa no continente. Está prevista a construção de arena indoor no distrito do Anhembi, em São Paulo.

Filme de Scorsese estará no próximo Festival de Cannes

SÃO PAULO | AFP O Festival de Cannes anunciou na sexta-feira, dia 31, que exibirá o novo filme do cineasta americano Martin Scorsese, "Killers of the Flower Moon", na 76ª edição do evento.

O longa-metragem estrelado por Leonardo DiCaprio e Robert De Niro e produzido pela Apple TV+ será exibido em 20 de maio.

Esta é a primeira produção confirmada pela direção do festival, que divulga a lista completa de filmes ainda este mês.

O júri do 76º Festival de Cannes será presidido pelo diretor sueco Ruben Östlund, que venceu duas Palmas de Ouro na última década. Outros integrantes serão anunciados em breve.

Autor do Prêmio Saramago discute livro em encontro

SÃO PAULO Rafael Gallo, vencedor do Prêmio José Saramago 2022, é o convidado de abril do Encontro de Leituras, evento online promovido pela **Folha** e pelo jornal português Público.

O escritor paulistano conversará com leitores sobre o livro "Dor Fantasma", que acaba de ser lançado, no dia 11, a partir das 18h de Brasília e 22h de Lisboa.

A publicação explora a paternidade e o bloqueio afetivo do universo masculino tradicional.

O debate com o autor acontece via Zoom na reunião de número 820 7497 2849. A senha de acesso é 538972. A participação é aberta e gratuita a todas as pessoas interessadas.

A ética do brasileiro

[RESUMO] Pesquisa sobre os posicionamentos éticos dos brasileiros aponta que a maioria da população é mais kantiana, julgando um comportamento como certo ou errado pela ação em si, que consequencialista, visão em que o desfecho dos atos é o que determina seu valor moral. Autores do estudo argumentam que um sistema ético não é intrinsecamente superior ao outro e, levados ao extremo, ambos geram situações absurdas, mas a inclinação dos brasileiros a valorizar mais a intenção que o resultado acaba por legitimar atitudes violentas e o populismo na política

Por ***Álvaro Machado Dias e Hélio Schwartsman***
Dias é neurocientista, professor livre-docente da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sócio do Instituto Locomotiva e da WeMind e colunista da **Folha**; Schwartsman é colunista da **Folha** e autor de 'Pensando Bem...'

Ilustrações ***João Montanaro***
Artista gráfico

Um estudo inédito sobre posicionamentos éticos, surgido de uma conversa dos autores deste texto e executado pelo Instituto Locomotiva, mostrou que 66% dos brasileiros são predominantemente kantianos, enquanto 34% se pautam mais pelo consequencialismo.

Isso significa, muito resumidamente, que dois terços tendem a julgar uma ação como certa ou errada com base em princípios, enquanto o terço restante o faz tomando como critério as consequências dessa ação. Sim, estamos falando de filosofia, é complicado e, por isso, talvez seja melhor começar do começo.

Simplificando bastante as coisas, existem duas famílias de sistemas éticos. A primeira, que se pode chamar de deontológica, tem como expoentes clássicos o grego Platão (cerca de 429 a.C-347 a.C.) e o alemão Immanuel Kant (1724-1804).

Para eles, são os princípios que importam. Valem incondicionalmente regras como "não matarás" ou "não mentirás", porque estão amparadas pela ideia de justiça, por Deus, pelo imperativo categórico ou por alguma outra entidade meio metafísica.

Na outra ponta está o consequencialismo, defendido por pensadores como os britânicos Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Eles dizem que não existem princípios externos abstratos capazes de validar ou invalidar nossos atos. A única forma de julgá-los é por meio das consequências que acarretam. Uma boa ação, assim, é a que engendra bons resultados.

No caso de Bentham, conhecido como o pai do utilitarismo, o que interessa é o princípio de utilidade, que pode ser traduzido na fórmula "o maior bem para o maior número de pessoas".

Haveria ainda uma terceira família de sistemas éticos, a das éticas da virtude, a qual está bem na moda. Não é o caso, porém, de tratar dela neste artigo.

O problema, tanto com as éticas deontológicas quanto com as consequencialistas, é que, se levadas a ferro e fogo, geram paradoxos que desafiam nossas intuições e nosso senso de justiça. O dever de ser honesto com todos, por exemplo, nos obrigaria a revelar a um assassino o paradeiro de sua vítima.

O próprio Kant caiu nessa armadilha. Após ter sido provocado por Benjamin Constant, o filósofo de Königsberg publicou "Sobre um Pretenso Direito de Mentir por Amor aos Homens", um texto bizarro, no qual confirmou que não temos o direito de mentir para ninguém, nem para celerados que ameacem nossa vida e a de nossos amigos.

Em um mundo kantiano, torturadores ficariam sem emprego por duas razões. Primeiro, por ser a tortura imoral, devendo ser banida; segundo, porque prisioneiros jamais mentiriam para seus interrogadores.

A situação dos consequencialistas não é muito mais confortável. Se tudo o que importa é produzir o maior bem possível para a maioria das pessoas, então o médico poderia matar o paciente saudável que entra em seu consultório para, com seus órgãos, salvar a vida de cinco pessoas que necessitam de transplante.

De forma análoga, maiorias poderiam escravizar minorias, se esse arranjo gerasse prazer para mais pessoas que o número de indivíduos reduzidos à servidão. Este último problema pode ser contornado atribuindo à dor um peso maior que ao prazer, mas, mesmo assim, é estranho sermos obrigados a recorrer a fórmulas matemáticas com um que de arbitrário para decidir essas questões.

O fato, inconteste, é que, em suas formulações mais radicais, ambas as matrizes éticas levam a absurdos. Pessoas de carne e osso costumam, portanto, pular de uma para a outra ao sabor das circunstâncias. Nada mostra isso melhor que a "trolleyology", os experimentos mentais envolvendo trens desgovernados e vítimas inocentes que já se tornaram uma subdisciplina da filosofia. Vejamos alguns exemplos.

Um trem desembestado se aproxima de um desvio controlável, que está aberto para o lado esquerdo. Poucos metros à frente, cinco homens conversam distraídos, de costas para a locomotiva; à direita, um homem dorme sobre os trilhos. Você vê tudo de uma plataforma suspensa, onde existe uma alavanca cujo acionamento desviaria o trem para a direita, poupando o quinteto, mas atingindo em cheio o dorminhoco. Você puxa a alavanca ou fica na sua? Se você pensa como a maioria, age.

Agora, considere que não existe alavanca: a única maneira de evitar a morte dos cinco é jogando um objeto extremamente pesado (mais pesado que você) na frente do trem, que tem um sensor que aciona os freios de emergência após colisões. Ao seu lado, na plataforma, está um indivíduo bariatricamente avantajado, cuja massa seria capaz de parar o trem. Você empurra esse homem obeso, que morreria no choque, ou fica na sua? Se você pensa como a maioria, não faz nada.

> **O fato, inconteste, é que, em suas formulações mais radicais, ambas as matrizes éticas, kantiana e consequencialista, levam a absurdos. Pessoas de carne e osso costumam, portanto, pular de uma para a outra ao sabor das circunstâncias. Nada mostra isso melhor que a 'trolleyology', os experimentos mentais envolvendo trens desgovernados e vítimas inocentes**

No primeiro exemplo, a maioria cede à lógica consequencialista. Sacrificar um para salvar cinco é algo que vale a pena. No segundo exemplo, contudo, o dilema é rigorosamente o mesmo. Um morre para salvar cinco. Por que, então, a maioria das pessoas opta pela inação?

Atirar uma pessoa plataforma abaixo é muito mais pessoal que puxar uma alavanca. Uma hipótese para explicar a diferença é que, enquanto o desvio do trem para a direita para salvar cinco pessoas tem, como efeito colateral indesejado, a morte do dorminhoco (doutrina do duplo efeito), empurrar o sujeito obeso é, inapelavelmente, um homicídio.

Assim, no segundo exemplo, prevalece a lógica deontológica do "não matarás". Há dezenas de variantes do problema, com desenhos e resultados muitas vezes surpreendentes.

Se a doutrina do duplo efeito é, de fato, a melhor explicação, poderíamos concluir que a maioria das pessoas pende para a deontologia, ainda que abrindo flancos para o consequencialismo quando a situação não envolve violações muito diretas aos princípios.

Uma visão bastante popular hoje em dia é que a ética deontológica, nessa variante mais aguada, sem os rigores kantianos, é mera racionalização do senso comum. Segundo esse raciocínio, que tem Joshua Greene, professor de psicologia de Harvard, como seu proponente mais famoso, os princípios éticos espontâneos são consequência das pressões evolucionárias que moldaram a cognição social humana.

Durante a maior parte da nossa história, dinâmicas mentais envolvendo alavancas e cálculos de custo-benefício feitos a partir de abstrações não possuíam valor, ao contrário da vida do inocente condenado à morte pelas nossas mãos. "A lógica para distinguir entre formas pessoais e impessoais de dano é principalmente evolucionária" (Greene, 2008, p. 43).

O famoso jurista Cass Sunstein considera que a ética deontológica é uma espécie de heurística. Inspirado pela distinção entre sistema um e sistema dois, de Kahneman e Tversky, ele propõe a tese de que

Continua na pág. C7

Continuação da pág. C6

abordagens deontológicas seriam “rápidas e frugais” e, tal como nas dinâmicas decisórias descritas pela famosa dupla de economistas comportamentais, dariam lugar a raciocínios consequencialistas, conforme o sujeito tivesse tempo e o problema fosse formatado de maneira correspondente.

“As reações rápidas que emergem do sistema 1 funcionam bem na maioria das vezes, mas também podem levar a erros sistemáticos. Intuições deontológicas têm essencialmente a mesma base que essas reações” (Sunstein, 2013, p. 17).

Greene e Sunstein são exemplos do entendimento atualmente dominante, que pressupõe que o consequencialismo leva a menos vieses e mais virtude que a ética deontológica. Há quem discorde e não é apenas Kant.

Um dos contrapontos surgem da constatação de que psicopatas tendem a ser mais consequencialistas. “Devemos nos preocupar com o favorecimento de um método que equaliza a qualidade dos juízos morais a respostas que, na prática, são primariamente endossadas pelas pessoas reconhecidamente menos morais (por terem traços como insensibilidade e tendência à manipulação). Adotar esse método pode levar à inferência contraintuitiva de que os julgamentos ‘corretos’ são aqueles feitos pelas pessoas mais imorais” (Bartels e Pizarro, 2011, p. 158).

Outro contraponto é a demonstração de que pessoas que internalizam princípios deontológicos tendem a mentir menos e a agir mais corretamente em diversas situações. “Na vida real, a deontologia tem mais chances de levar a comportamentos morais” (Xu e Ma, 2015, p. 8).

Os autores argumentam que a superioridade da ética consequencialista demonstrada por alguns experimentos é um artefato criado pelo uso de dilemas de laboratório, envolvendo mortes e outros temas existencialmente complexos, que pouco têm a ver com os nossos desafios cotidianos.

No dia a dia, princípios sólidos e simples funcionariam melhor, como emerge da distinção observada entre os impactos sociais daqueles que incorporam princípios morais e os psicopatas, com a sua sanha característica pela maximização utilitária. Como tende a ser o caso em debates longevos, ambas as correntes têm sua dose de razão.

Menos importante que tomar partido é mapear se e como essas tendências permeiam a vida dos brasileiros. Essa foi a premissa de um estudo que desenhamos e que foi levado a campo pela divisão de neurociências do Instituto Locomotiva.

O perfil moral brasileiro

O estudo, de base gameficada, arrolou 1.700 pessoas, do Brasil todo, selecionadas à luz dos critérios sociodemográficos adotados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para a caracterização da população brasileira. Trata-se da primeira iniciativa do tipo conduzida no país, e os resultados são inéditos.

Uma de suas baterias contou com um teste de concordância com frases criadas para discriminar aqueles que acreditam que os fins justificam os meios (consequencialistas) daqueles para os quais a intenção possui papel fundamental. Por exemplo: “O comportamento da pessoa que compete agressivamente no mercado financeiro para acumular dinheiro e assim fazer caridade é moralmente aceitável”.

De acordo com essa questão, 66% dos brasileiros são predominantemente kantianos, acreditando que “aquilo que determina um comportamento como certo ou errado é o princípio nuclearizado na ação, e não o seu resultado”. Os 34% restantes são mais utilitaristas/consequencialistas.

Diferenças de gênero ou raça

A distribuição varia em termos etários, sendo a ética kantiana mais prevalente entre as pessoas com mais de 40 anos. Nossa interpretação é que as responsabilidades familiares favorecem a incorporação de heurísticas morais simples e amplas, que ajudam a transmitir modelos de conduta por meio da identificação projetiva e da educação.

Outro fator digno de nota é que a hegemonia e a intensidade das inclinações deontológicas variam conforme o tema. As pessoas são mais afeitas a esses princípios em questões que tratam de cooperação (68%), seguidas das de educação dos filhos (60%) e de assuntos financeiros (58%).

A despeito dessa ordem, vale notar que 45% opõem-se veemente à ideia de que “é correto ameaçar e colocar os filhos de castigo caso não passem na prova, mesmo sabendo que você não irá fazê-lo, só para estimulá-los a estudar mais, o que de fato precisam”. Isso revela que o rechaço ao consequencialismo é particularmente intenso nesse domínio da vida moral, ainda que posicionamentos deontológicos sejam mais comuns quando o assunto é cooperação.

Em outra bateria, investigamos o grau de otimismo dos brasileiros. Confirmando resultados anteriores, apenas 26% dos participantes veem o mundo como aprazível. A taxa dos que o veem como totalmente hostil é de 35%.

Um fato interessante é que as pessoas que se identificam com princípios deontológicos enxergam o mundo como mais adverso que seus pares consequencialistas.

Da mesma forma, o Brasil também é visto como um país mais hostil pelos kantianos. Nossa interpretação é que essas pessoas sentem que seus princípios são renegados por outras e se ressentem disso.

Perfil moral e inclinação à violência

Tais resultados sugerem que a maioria dos brasileiros seria tolerante a eventuais consequências negativas de intenções positivas. Isso leva à seguinte questão: será que a violência interpessoal é predominantemente motivada por impulsos altruístas?

A pergunta parte da hipótese de que motivos supostamente nobres poderiam legitimar parte da violência interpessoal brasileira (a qual se distingue da motivada por roubos, tráfico etc.), sob a premissa de que esse tipo de comportamento tende a ser socialmente aceito. Já a hipótese contrária seria que a defesa de interesses pessoais é mais motivadora.

Quando submetemos os participantes à escolha forçada entre tomar satisfação na rua para (1) defender outrem ou por (2) motivos pessoais, obtemos que 66% dizem estar dispostos a entrar em conflito com um estranho pela primeira razão e 34% pela segunda.

Em paralelo, observamos que 61% acreditam que tomar atitudes de confronto em defesa de algo/alguém é correto e que 23% consideram isso extremamente correto (um sinal de disposição extremista?).

Oitenta e um por cento das pessoas acham que é correto tomar atitudes violentas para defender outra pessoa, e mais de 70% julgam o mesmo em relação a seus ideais. Do mais, 38% têm posicionamentos extremos em relação ao primeiro caso, e 27% em relação ao segundo. A legitimação do confronto é mais comum nas pessoas que se identificam com a moral kantiana.

Esses resultados indicam que motivações altruístas representam fortes gatilhos para o confronto. Sua legitimação tende a ser reforçada pela noção de que as intenções relevam o impacto gerado. Assim, atos violentos em defesa de outrem, de um ideal, do país ou de grupos de interesse são vistos como éticos por quem os perpetra e pelo seu entorno, o que precisa ser levado em consideração nas teorizações sobre a violência interpessoal no Brasil.

Deontologia e consequencialismo no Brasil

Ao se fiar a desfechos e não a princípios, o consequencialismo exige maior esforço cognitivo que a deontologia, tornando-se mais popular conforme o padrão educacional se eleva. Isso não significa que seja intrinsecamente positivo ou superior, conforme já argumentado, mas tampouco seria correto dizer que o debate inteiro se reduz ao gosto do freguês.

Há ao menos um aspecto que parece pairar acima de qualquer relativismo: seria desejável que a lógica dos impactos e desfechos se impusesse sobre o populismo, na criação e defesa de políticas públicas, como argumentado pelo jurista Noel Semple e por tantas outras pessoas.

O populismo, em essência, é um feixe de ideologias que separa o mundo de maneira dicotômica. São as elites financeiras e despudoradas que querem injetar chips controladores no braço dos cidadãos de bem, os burocratas corruptos contra o povo trabalhador, as pessoas de Deus contra as do Diabo e tantas outras oposições que, mesmo quando partem de raciocínios de alguma forma alinhados à realidade, terminam em narrativas distorcidas para angariar o apoio da maioria.

Pois essa ideologia que tanto mal já fez ao Brasil invariavelmente apela para princípios deontológicos para inibir qualquer intenção pensante. “É da natureza humana ser hétero e ter filhos”, “posto que é errado usar drogas, não faz sentido discutir a descriminalização”, “a vida é sagrada; aborto nem em caso de estupro” e por aí vai.

É compreensível que parte da população tenha essas intuições, mas é lastimoso ver legisladores dando formato ao arcabouço legal do país sem qualquer discussão mais séria sobre as consequências das posições que defendem. De peruca circense ou não. ←

A pesquisa

Participaram do estudo 1.700 pessoas, distribuídas de acordo com os critérios sociodemográficos do IBGE, com grau de confiança de 95% e margem de erro de 2%. O experimento foi conduzido a partir de uma plataforma digital, o Instituto Locomotiva, proprietária de neurociências e dinâmicas comportamentais. Os testes aconteceram em outubro de 2022, ao passo que os resultados foram produzidos nos dois meses subsequentes

Apoiadores esperam Jair Bolsonaro no aeroporto de Brasília, após temporada de três meses do ex-presidente nos EUA Pedro Ladeira - 30.mar.23/Folhapress

Um cenário sem saída

[RESUMO] Artigo de Gabriel Feltran publicado recentemente na Ilustríssima tem o mérito de ressaltar que o bolsonarismo não se restringe ao universo das elites, que enganariam massas confusas, mas a ênfase excessiva que o antropólogo dá às bases populares da extrema direita no Brasil, argumentam autores, carrega o risco de naturalizar os discursos de seus protagonistas e enfraquecer o potencial de compreensão do fenômeno

Por ***Jorge Chaloub e Pedro Luiz Lima***
Chaloub é professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora);
Lima é professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Mesmo nos melhores esforços interpretativos da vida política e social do país, duas constatações grandiosas costumam se alternar sobre a nossa malfadada democracia: ora se observa uma profunda degeneração capilarizada na sociedade brasileira, ora se constata um vício congênito do Estado e do nosso precário arcabouço institucional.

Quando a crítica se concentra nos problemas do Estado, é comum o uso de conceitos como patrimonialismo e populismo, desejosos de retratar um poder estatal incapaz de cumprir as promessas mais elementares.

Ineficiência e inadequação seriam patologias atávicas em razão de problemas tão diversos quanto a promiscuidade entre interesses públicos e privados e a aversão a uma dinâmica de distribuição e equilíbrio de poderes. Parte substancial do liberalismo brasileiro, de Raymundo Faoro a Roberto Campos, tem nessa narrativa um dos seus elementos mais relevantes.

No padrão alternativo de argumentação, os problemas nacionais aparecem como expressão de males profundamente arraigados na sociedade brasileira, que seria profundamente autoritária, incapaz de se organizar em modernos padrões de classe ou de constituir as bases sociais pluralistas necessárias à fruição da democracia.

Estamos diante, nesse caso, de um longevo argumento da tradição conservadora brasileira, que tem na representação dos descaminhos de uma sociedade incapaz de se auto-organizar, entregue aos pequenos interesses e ao banditismo, a justificativa para a defesa mais ou menos explícita de ordens autoritárias. Nem sempre o diagnóstico leva a tal programa político, mas é preciso atentar para os riscos de argumentos desse tipo serem canalizados para esse caminho.

As interpretações sobre o bolsonarismo reproduzem com frequência elementos desse segundo padrão interpretativo. Ganha força a ideia de que estamos diante de uma expressão histórica profunda, que teria encontrado em Bolsonaro seu (autêntico?) porta-voz.

*

Com grande sensibilidade às inflexões políticas contemporâneas, a caracterização do bolsonarismo como expressão de grupos sociais historicamente marginalizados aparece no artigo de Gabriel Feltran publicado na Ilustríssima no último dia 16.

As reflexões recentes de Feltran sobre o tema têm inúmeras virtudes e contribuem para uma melhor compreensão das relações entre as mudanças nas periferias urbanas e o crescimento da ultradireita no Brasil.

Deve-se destacar que sua interpretação evita a leitura do bolsonarismo e da ultradireita como patologia ou disfuncionalidade, individual ou coletiva, ao expor que há interesses, visões de mundo e práticas sociais que encontram representação na figura do ex-presidente ou de outros líderes do mesmo campo político. Feltran, dessa forma, colabora na análise do caráter moderno e da dimensão transnacional da ultradireita, o que não implica recusar suas peculiaridades locais.

A ênfase excessiva que o autor tem dado em textos recentes às bases populares do bolsonarismo e à sua caracterização como um fenômeno fundamentalmente "de baixo para cima", todavia, merece uma discussão mais detida.

Em um artigo publicado em 2020, Feltran deixou nítido o seu argumento: "Vestígios autoritários persistentes podem, sim, organizar alguns grupos de classe média, das elites. Mas elas embarcaram recentemente no movimento militarista policial e anti-intelectualista evangélico, não o contrário. O movimento totalitário em curso não é, como por vezes se faz pensar, uma mobilização das elites contra os pobres".

Para ele, os "pretos e jagunços" que organizam territórios e influem na política a partir de áreas historicamente marginalizadas recusam o Brasil oficial e, em parte por isso, romperam a "linha de poder" que os ligava às elites tradicionais. O "movimento totalitário" seria composto por "jagunços emancipados dos coronéis", polícias, militares e milícias, pastores reacionários e massas das periferias, que concebem "a violência crua como produtora de ordem legítima".

Bolsonaro é efeito e representante autêntico de um 'movimento totalitário'? Talvez, mas certamente herdeiro de uma espiral de violência institucional que irradia do topo para a base e de volta

Mesmo que destaque, em outro texto, que o totalitarismo é um movimento, não um regime, o sociólogo parece pensar a hegemonia do movimento totalitário como um horizonte possível e até mesmo provável no futuro próximo, caso esse regime normativo não seja desmantelado ou reconfigurado.

O conceito de totalitarismo, no entanto, tem aspectos problemáticos até quando aplicado a seus objetos tradicionais, como a Alemanha nazista. Mesmo Hannah Arendt resistiu a mobilizá-lo para interpretar o fascismo italiano.

As dificuldades são ainda maiores no caso brasileiro. O conceito retrata atores políticos afinados à ideia de um poder total, sem contraste e possibilidade de resistência efetiva, o que sugere um grau de adesão a ideais e práticas extremamente raro na história brasileira. Tratar as periferias a partir do conceito de movimento totalitário as representa em perspectiva excessivamente uniforme, despida de diversidade de vozes e de caminhos para a transformação política.

O bolsonarismo recorreu constantemente a elementos de uma linguagem política fascista: por exemplo, apologia da violência, crítica negacionista à ciência, sobreposição de instituições ao líder, mobilização de setores subalternos da sociedade por meio de milícias armadas. Como desenvolve a melhor bibliografia sobre o tema, o fascismo implica tanto uma renovação de elites e uma mobilização de massas quanto passa por compromissos com as classes altas e ganha espaço a partir de crise políticas construídas por setores com recursos de poder.

*

Alguns dados põem em perspectiva o papel das elites econômicas na gênese do bolsonarismo e em seu êxito eleitoral. Uma pesquisa Datafolha realizada em 7 e 8 de abril de 2016, às vésperas da votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, apontou Jair Bolsonaro à frente nas intenções de voto entre quem tinha renda familiar mensal superior a dez salários mínimos (cerca de 5% da população) em todos os cenários, chegando a atingir 23% das intenções de voto em um deles. O então deputado tinha desempenho sensivelmente pior entre os eleitores com menor renda e alcançava de 6% a 8% das intenções de voto entre todos os respondentes da pesquisa.

O dado, destacado à época por André Singer nesta **Folha**, não reduz o bolsonarismo a um fenômeno de elite, mas aponta que Bolsonaro, antes mesmo de ser visto como um candidato competitivo, já era o predileto entre os mais ricos.

Um grande número de pesquisas enfatiza a crescente veiculação de ideias e argumentos de ultradireita no debate público nas últimas duas décadas. Em livros publicado por grandes editoras e em colunas de jornal, houve um aumento de intelectuais e líderes que reivindicam ostensivamente o pertencimento à direita e assumem motes típicos da extrema direita.

A maior parte dos protagonistas desse movimento dispunha de vastos recursos econômicos e sociais, que os permitiu construir atalhos para a mobilização política. Ao tratarmos esses personagens como expressão autêntica de grupos sociais subalternos, corremos o risco de naturalizar seus próprios discursos, em que frequentemente buscam reiterar os supostos vínculos dos novos protagonistas da direita com as maiorias silenciosas da sociedade brasileira.

Há, por outro lado, uma crescente radicalização da direita e da centro-direita, que se aproximaram da linguagem política da ultradireita. Ataques ao direito ao aborto, como os proferidos por José Serra e Aécio Neves (PSDB) nas eleições de 2010 e de 2014, e a criminalização da esquerda, vista como intrinsecamente corrupta, formaram uma cultura política crescentemente hostil aos pilares da ordem política de 1988.

Não é razoável supor que essas elites políticas só respondiam a movimentos de base ou lhes emprestaram uma adesão tardia. Tampouco se pode menosprezar os efeitos "de cima para baixo" do uso de recursos ilegais, ilegítimos e violentos na política desde 2014, ao menos. A pura violência das milícias certamente é anterior a esses eventos, mas sua normalização e seu ganho de escala não podem ser entendidos sem que se atente para o efeito demonstração da violência política praticada no andar de cima.

As relações entre a família Bolsonaro e milícias do Rio de Janeiro estão muito bem documentadas. No entanto, a figura do presidente e de seus filhos não pode ser vista apenas pelo prisma da sociabilidade ou de símbolos populares.

Bolsonaro dialoga simultaneamente com as altas patentes das Forças Armadas e os soldados, com o alto empresariado e os caminhoneiros. Ora veste camisas falsificadas de times e usa uma linguagem popular, ora mobiliza elementos de distinção, muitas vezes relacionados à branquitude.

*

Limitá-lo a uma expressão do imaginário das periferias é problemático e enfraquece o potencial crítico de compreensão do fenômeno. Com isso, se perde de vista o núcleo contraditório do recente processo político brasileiro: tratar Bolsonaro unicamente como figura antissistema implica esquecer que isso é exatamente o que ele deseja parecer. O ex-presidente é sistema e antissistema, em uma combinação espúria.

Efeito e representante autêntico de um "movimento totalitário"? Talvez, mas certamente herdeiro de uma espiral de violência institucional que irradia do topo para a base e de volta.

O rebatimento político-eleitoral de movimentos de base nunca é imediato. As temporalidades são distintas, e movimentos sociais podem se revelar contraditórios quando se expressam politicamente.

No final de agosto de 2018, Bolsonaro contava com menos da metade das intenções de voto de Lula. Quatro anos depois, ele se tornou o primeiro presidente derrotado em uma candidatura à reeleição. Do mesmo modo que eventos podem ser tomados como sinais inequívocos de uma tendência histórica, sobretudo quando vista como expressão do "mundo popular hoje realmente existente", também podem apontar para sentidos diversos.

O artigo de Feltran tem o grande mérito de indicar que o bolsonarismo não se restringe ao predomínio de elites, que enganariam massas confusas. O autor expõe como a crise democrática pós-2013, o novo protagonismo político da ultradireita e o bolsonarismo não apenas repercutem fenômenos reais como expõem parte dos limites da ordem de 1988.

A ênfase nesse elemento, contudo, acaba ofuscando o papel de movimentos de elite na construção do bolsonarismo e oculta os intrincados vínculos que relacionam a vida político-institucional às práticas e aos discursos sociais difusos. Com isso, corre, paradoxalmente, o risco de construir um cenário sem qualquer saída política para as periferias. ←

Vida além da internet

[RESUMO] Em seu livro mais recente, Jonathan Crary argumenta que só iremos sobreviver de maneira justa e humana se construirmos formas de relacionamento fora da internet e dos aparatos tecnológicos dominados por grandes corporações

Por ***Giselle Beiguelman***
Artista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Autora de 'Memória da Amnésia' e 'Políticas da Imagem', entre outros livros

"Terra Arrasada", novo livro do crítico de arte e ensaísta Jonathan Crary, pode ser lido como continuação do seu trabalho anterior, "24/7: Capitalismo Tardio e os Fins do Sono", de 2013, mas também como um chamado para a mudança econômica, social e cultural. Essa mudança demanda a reapropriação do imaginário coletivo e estabelece o contexto em que as questões previamente colocadas pelo autor ganham sentido de urgência.

Os dois primeiros capítulos tecem uma análise desse "complexo internético" à luz da globalização, sem perder de vista o custo ambiental do uso desenfreado de tecnologias e equipamentos que caducam antes que sejamos capazes de decifrá-los.

No terceiro e último capítulo, destaca-se uma análise original dos sistemas biométricos, discutidos não pela chave das tecnologias de vigilância, mas em relação aos procedimentos voltados para adestrar e controlar o olhar, trazendo para o contexto do século 21 fenômenos a que o autor se dedica desde o consagrado "Suspensões da Percepção", de 2000.

Ao lançar um olhar histórico sobre os atuais arranjos tecnológicos, o livro coloca à prova fundamentos como a internet das coisas e a inteligência artificial. Dominado por empresas sociocidas, como Crary denomina as controladoras do big data, o complexo internético forja a subjetividade dos que se ocupam apenas de sua imagem e de seus feitos. Ele é a chave para compreender a financeirização das emoções e o aprofundamento da captura da agência humana pelo capital no âmbito do neoliberalismo contemporâneo.

Ao longo do texto, são mobilizadas referências do campo da filosofia, da história e dos estudos culturais, em diálogo crítico com a ciência, a literatura e a publicidade das empresas de mídia digital e de software, a fim de desfazer a falácia de que o mundo ditado pelo tecnocapitalismo seria incontornável.

Aos que dizem que já não é possível viver em um mundo livre do domínio do complexo internético, pois isso "significaria ter que mudar tudo", Crary responde: "Sim, é exatamente isso".

A constatação do estado de terra arrasada em que nos encontramos, por isso, não é dada como ponto final de um processo irreversível. Pelo contrário, é um ponto de partida para pensar outras tecnologias e outros desenhos de comunicação em um "mundo pós-capitalista que compartilhará de poucas semelhanças com as redes financeirizadas e militarizadas que nos aprisionam hoje".

Em entrevista concedida via Zoom, Crary fala das motivações do livro e como a internet atual espelha o sonho americano e a glorificação do individualismo. O autor também defende o direito ao sono, como direito à imaginação coletiva, e a necessidade de contrapor "técnicas de subsistência" ao tecnocapitalismo.

*

Em "Terra Arrasada", o sr. afirma que o "sonho tecnomodernista de um planeta como canteiro colossal de obras de inovação" fundamenta o modelo de capitalismo que governa o complexo da internet. Quais aspectos do sonho tecnomodernista são visíveis em nosso presente? O que chamo de tecnomodernismo refere-se aos fundamentos ideológicos das fases posteriores do capitalismo industrial. É o produto de todas aquelas instituições que internalizaram os imperativos do crescimento e a fantasia do progresso material sem fim. Baseia-se em uma relação instrumental com o mundo físico e com a sociedade humana, e considera ambos como recursos a serem extraídos ou explorados.

O trabalho do filósofo Bernard Stiegler é importante por sua insistência em que os modelos e paradigmas industriais persistem, mesmo que diferentes formas de produção e subserviência compulsória estejam em vigor. Para responder mais especificamente à sua pergunta, gostaria de apontar para a preeminência agora da ciência de dados, do que é vagamente chamado de inteligência artificial e das neurociências.

Sinergias estão surgindo entre essas áreas, cujos resultados ainda não são totalmente visíveis. Mas é no interior do nexo entre esses campos em que alguns dos produtos e conceitos gerenciais mais perturbadores estão sendo desenvolvidos, mesmo que estejam envoltos em um vocabulário altruísta sobre como resolverão todos os problemas que enfrentamos.

Engana-se quem continua acreditando que a internet é uma ferramenta essencial para os movimentos sociais. Nunca seremos capazes de fazer o complexo da internet servir a objetivos emancipatórios ou igualitários

O que está acontecendo agora é a consolidação de um novo culto à expertise, posando como pesquisa científica "objetiva", que exclui qualquer participação democrática nas decisões sobre a direção ou uso de tecnologias tão poderosas. Estamos vendo um desempoderamento maciço das comunidades humanas e a degradação da sociedade civil pelo domínio dessas "ciências". Em síntese, não há nada de benéfico na robótica social ou no aprendizado de máquina.

O sr. afirma que as redes sociais afetam a própria possibilidade da política. Contudo, movimentos sociais recentes, como o Black Lives Matter, tiveram as redes como uma de suas principais plataformas de articulação. Como vê esse tipo de fenômeno? O uso das redes sociais é hoje ubíquo, e meu livro não está sugerindo que as pessoas poderiam, subitamente, ficar offline.

No entanto, estou insistindo veementemente que nunca avançaremos em direção a um mundo social não opressivo a menos que as pessoas se comprometam com formas de se conectar e se comunicar que não sejam moldadas por essa constelação de aparatos corporativos e controlados pelo Estado.

Além disso, não é verdade que as redes sociais tornaram possível o movimento Black Lives Matter, a Primavera Árabe e outros desenvolvimentos relacionados. Engana-se quem continua acreditando que a internet é uma ferramenta essencial para os movimentos sociais. Nunca seremos capazes de fazer o complexo da internet servir a objetivos emancipatórios ou igualitários.

Nas décadas de 1980 e 1990, muitos teóricos declararam que as ferramentas de instituições poderosas poderiam ser apropriadas ou invertidas para fins radicais ou mesmo revolucionários, mas poucos acreditam genuinamente nisso agora. Se queremos sobreviver e nos sustentar de maneira justa e humana nas próximas décadas, temos que começar a construir formas radicalmente diferentes de nos relacionarmos e trabalharmos uns com os outros.

A internet chinesa aponta para uma nova era do complexo internético, diferente do modelo de consumo dos EUA? Não conheço o suficiente sobre o modelo chinês para comentar aqui, mas suspeito que os efeitos de um complexo internético, em uma escala demográfica tão maciça, teriam muitas semelhanças com o contexto americano ou europeu de que venho falando e que produzem uma correspondente homogeneização e empobrecimento da experiência social.

Minha hipótese, compartilhada por outros, é que há algo intrinsecamente estadunidense nas formas pelas quais a internet e as redes sociais surgiram, uma intensificação do individualismo tóxico que faz parte da América branca há 200 anos. É uma resistência profundamente arraigada a qualquer obrigação de apoio mútuo e responsabilidades comunitárias.

A fantasia do sonho americano é exacerbada pela internet —o desejo competitivo de sucesso individual e a riqueza que é medida em relação ao fracasso dos outros.

O sr. termina seu livro apontando que outros repertórios tecnológicos do Sul Global podem ser parâmetros para pensar a comunicação além da internet. Quais elementos desses repertórios destacaria? Como será o futuro offline? Usei a expressão "técnicas de subsistência" para incluir uma vasta gama de práticas e corpos de conhecimento arcaicos, pré-modernos, não ocidentais ou indígenas. Encontraríamos nessa diversidade todas as formas pelas quais a vida de um grupo ou comunidade se fundava em relações de parentesco e em uma interdependência com a terra e outras espécies.

Nossa imersão na áspera eletroluminescência de nossos meios tecnológicos é tamanha que estamos perdendo a capacidade de perceber, com todos os nossos sentidos, a beleza do mundo e a interconexão de tudo nele, inclusive de nós mesmos. Podemos saber disso abstratamente, mas estamos cada vez mais impedidos de viver a experiência disso.

Seu livro "24/7" é conhecido internacionalmente, mas goza de um status especial no Brasil. Como vê o sucesso desse livro aqui? Fico imensamente satisfeito com esse interesse em meu trabalho, mas não conheço as formas concretas pelas quais esse público leitor se desenvolveu. Talvez em parte isso se deva à persistência no Brasil de outras tradições, contratradições, de formas únicas de comunidade e apoio mútuo, ainda que tenham sido impactadas ao longo do tempo por diferentes processos de modernização.

Central para "24/7" foi uma compreensão transindividual do sono como algo que ocorre em um mundo social. O indivíduo que dorme é um ser humano em seu estado mais vulnerável, que precisa de segurança e proteção, e esse dever de cuidado se estende a muitos outros tipos de necessidades sociais e físicas.

Da mesma forma, a insônia foi para mim uma noção que expôs a incompatibilidade da aceleração capitalista com a necessidade de descanso e regeneração para todos os padrões cíclicos que sustentam um mundo da vida.

Há um novo livro sobre o papel dos sonhos na cultura yanomami ["O Desejo dos Outros", de Hanna Limulja]. Esses sonhos têm um papel diferente do que exercem no mundo ocidental, não "explicam" quem você é ou porque você se comporta desta ou daquela maneira. São algo que permite aos yanomamis se conectarem aos desejos dos outros. Quando pensamos no início de "24/7", sobre os estudos para otimizar a capacidade de não dormir, é uma bagagem cultural tão diferente. Na maior parte da América do Norte, sonhar tem sido uma experiência irrelevante, completamente privada e individualizada. Freud foi apenas um dos muitos que recusaram a possibilidade de que o sonho pudesse ser entendido como algo maior que o produto restrito a eventos reprimidos da infância.

A dimensão visionária e fortalecedora do sonho tem sido constantemente erradicada no Ocidente. Que sonhar possa fazer parte das formas pelas quais uma comunidade passe a entender suas próprias experiências, seu futuro, é algo impensável na maior parte do mundo ocidental.

Nos Estados Unidos, estamos agora vivendo o pesadelo de tiroteios em massa e ataques assassinos da polícia, e as pessoas estão ficando insensíveis à natureza suicida e assassina da sociedade em que vivemos.

Ao mesmo tempo, enquanto somos inundados pelo fluxo interminável de imagens na internet, estamos sendo despojados dos recursos de nossa própria imaginação, de nosso sonho coletivo e antecipação de caminhos que conduzem para fora deste presente. ←

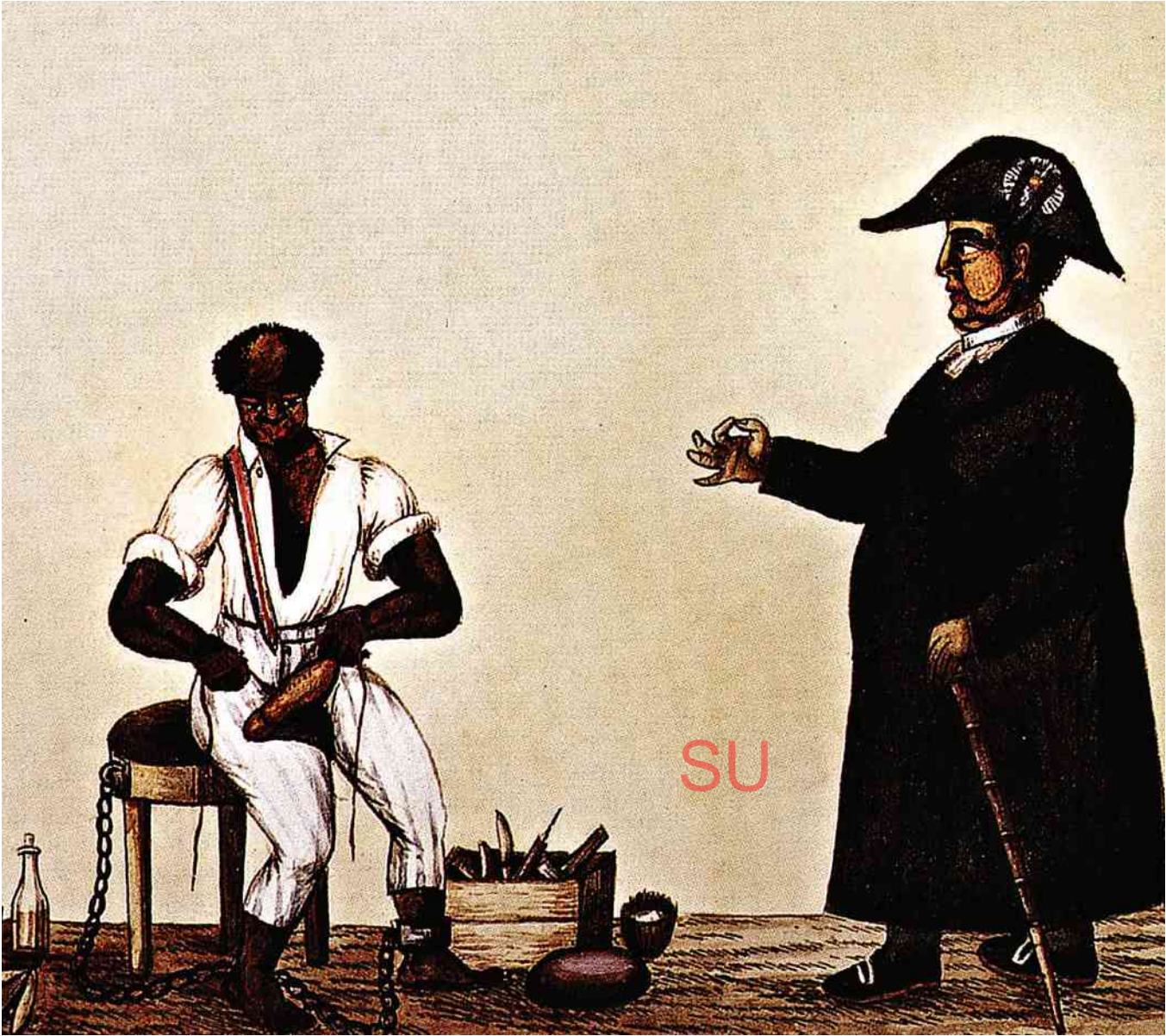
Terra Arrasada: Além da Era Digital, Rumo a um Mundo Pós-Capitalista
Autor: Jonathan Crary. Editora: Ubu. Tradução: Humberto do Amaral. R$ 64,90 (192 págs.)

Imagem da série 'Deserto Rosso', de Giselle Beiguelman (2016) Divulgação

Sobre racismo e estrutura

[RESUMO] Crítica de Muniz Sodré ao conceito de racismo estrutural não convence, sustentam autores, para quem a ausência de uma legislação explicitamente racista no país pós-Abolição não deve ser considerada um entrave à apreensão do racismo como processo estruturante da sociedade brasileira

Por ***Lia Vainer Schucman e Rafael Mantovani***

Schucman é professora do Departamento de Psicologia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e autora de 'Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo'; Mantovani é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e autor de 'Modernizar a Ordem em Nome da Saúde: a São Paulo de Militares, Pobres e Escravos (1805-1840)'

Aquarela da série 'Ofício de Negros', de Jean-Baptiste Debret Reprodução

A entrevista de Muniz Sodré à **Folha**, publicada no último dia 18, parece ter abalado a noção que estava na boca de todos: o racismo no Brasil é estrutural. A leitura do texto deixou muitos de nós com questionamentos: e agora? posso continuar usando o conceito?

Um dos pontos centrais da entrevista, que está em seu título, indica que o conceito de racismo estrutural é falho científica e epistemologicamente, porém eficaz politicamente. Nosso intuito aqui é demonstrar, a partir da própria epistemologia e de conceitos científicos, que é possível afirmar que o racismo no Brasil é estrutural, tranquilizando aqueles que, por momentos, ficaram sem saber se o que estava consolidado tinha deixado de ser um argumento válido.

Conceitos não são apenas abstrações de acadêmicos ilhados em um mundo à parte. Conceitos sociológicos surgem depois de uma análise sistemática da realidade social e são referendados por uma comunidade de especialistas que verificam sua validade e eficácia na explicação do mundo social. Posteriormente, esses conceitos podem se tornar úteis politicamente, informando princípios de organização jurídica e institucional.

Já que ninguém nega o racismo neste debate e é a noção de estrutura que desperta o desacordo, a primeira pergunta que se impõe é: o que é, afinal, estrutura social?

A sociologia não é uma ciência paradigmática, ou seja, não possui apenas um referencial teórico. Na sociológica clássica, temos três correntes de pensamento que guiam o conhecimento sociológico, lideradas pelas obras de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Os três fundadores da disciplina têm maneiras diferentes de explicar a estruturação da sociedade.

Marx entende que existe uma base econômica que informa a superestrutura social (a ciência, o Estado, as leis, a religião, os costumes etc). Isso quer dizer que a maneira como está estabelecida a base material da vida determina a maneira como esses indivíduos acreditam, pensam e criam leis e hierarquias sociais, o que resulta na dominação de uma classe.

Durkheim afirma que a sociedade se impõe por "fatos sociais", ou seja, maneiras de agir, sentir e pensar que são gerais, externas e coercitivas aos indivíduos. Para Durkheim, a sociedade impele esses modos de pensar, os tipos de sentimento e os jeitos de agir, criando uma padronização e rotinização social que possibilita acordos morais sobre o que se concorda e o que não se concorda.

Weber entende que o sentido que o indivíduo dá à ação gera uma personalidade histórica coletiva que estrutura comportamentos e pensamentos sancionados e, também, a ordem social pautada na dominação. Por exemplo, o sentido que protestantes deram à sua existência na Terra determinou a sua ação nela (que deveria ser racionalizada para a otimização das suas tarefas cotidianas), padronizando as condutas do grupo ao mesmo tempo que colaboraram para a emergência da dominação racional.

Notemos que as três compreensões de estrutura social afirmam que o que é estruturante da sociedade não precisa, necessariamente, passar pelo Estado e pela letra da lei.

A fonte da estruturação social, para Marx, está na sua organização econômica e pode se expressar na religião, por exemplo, que produz crenças que redundam em práticas sociais. Para Durkheim, a fonte está nas maneiras de agir, sentir e pensar que geram coesão. Para Weber, está no sentido que o agente dá à sua própria ação e que geram um tipo de ordem social.

O fato de não estar no Estado, portanto, não descaracteriza um fenômeno como estruturante e estrutural. Estrutura é aquilo que dá forma a uma sociedade, e as maneiras pelas quais a sociedade se estrutura são as mais diversas. O costume é uma delas, crenças são outra. O que um dia foi estruturado pela economia escravagista se tornou estruturante da cultura e dos costumes e estrutural pelo conjunto de fenômenos que o mantém.

As leis, ao contrário, podem não estruturar nada. No caso do Brasil, a única lei que temos sobre racismo é para impedi-lo. Se a estrutura fosse a lei, teríamos um país antirracista. No entanto, neste caso, o que rege é a cultura racista. Portanto, a ausência de uma organização racista na legislação civil depois de 1888 não é indicativo de que o racismo não estrutura a sociedade.

> **No caso do Brasil, a única lei que temos sobre racismo é para impedi-lo. Se a estrutura fosse a lei, teríamos um país antirracista. No entanto, neste caso, o que rege é a cultura racista. Portanto, a ausência de uma organização racista na legislação civil depois de 1888 não é indicativo de que o racismo não estrutura a sociedade**

Depois de citar os clássicos, é importante mencionar o conceito de estrutura usado por Silvio Almeida para construir o argumento central em que assenta a noção de racismo estrutural. O autor usa a versão althusseriana do materialismo histórico, que compreende a estrutura como resultado de processos sócio-históricos que constroem a forma da sociedade, bem como instituições, grupos sociais e sujeitos —como, no Brasil, a escravidão.

Seria impossível pensar que algo poderia, ao mesmo tempo, estar nas relações interpessoais (afetos e subjetividade) e nas instituições de um país e não estar na estrutura. Afinal, sujeitos se constituem por meio da apropriação dos significados construídos na sociedade: são esses os responsáveis por manter as estruturas funcionando, legitimando-as. Portanto, para Almeida, não haveria racismo estrutural sem indivíduos e instituições racistas.

Racismo estrutural não é um conceito novo, apesar de vir sendo amplamente divulgado pelo autor. O conceito tem sido usado por todo um campo de intelectuais das relações raciais —no país, pelo menos desde a década de 1970, quando Carlos Hasenbalg publicou "Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil".

Dizer que ele só é válido politicamente não dissolve a questão, pois são os conceitos embasados cientificamente por estudos que garantem a legitimidade do uso político. Talvez o episódio possa ser uma chance de explicar o conceito e debater seus pressupostos.

Em 1999, o cientista social Antonio Sérgio Alfredo Guimarães definiu o racismo brasileiro como um sistema, uma estrutura de produção de desigualdade que abrange três dimensões: (1) a crença na ideia de raça, (2) a discriminação e (3) a situação persistente e estrutural de desigualdade entre brancos e não brancos. Portanto, para afirmar que o racismo é estrutural, é necessário observar se a organização racista encontra ecos na generalidade da vida social brasileira.

A pergunta em jogo seria: o racismo está na educação, no acesso à saúde, no mercado de trabalho, nos quadros de mando, nas crenças sobre potencialidades individuais, no simbólico e nas relações afetivas e cotidianas? A resposta é sim.

O Relatório das Desigualdades Raciais de 2022, produzido pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), mostra que as desigualdades estão presentes em diferentes momentos do ciclo de vida do indivíduo —da infância, passando pelo acesso à educação, à saúde, à segurança pública, ao saneamento básico e à infraestrutura urbana, resultando na posição no mercado de trabalho e no valor dos baixos rendimentos e nas condições de vida como um todo. O racismo organiza o poder econômico, o Poder Judiciário, o acesso à saúde, à educação e todas as condições de vida, estruturando nossa nação.

Outro ponto colocado no debate para desestabilizar o conceito é que as estruturas sociais brasileiras não funcionam. Por que então justamente o racismo, como estrutura, funcionaria?

Afirmar que as estruturas sociais no Brasil não funcionam equivale a dizer que não existe sociedade brasileira. As estruturas no Brasil têm um funcionamento próprio, que prevê exatamente a manutenção das desigualdades, que, para além do que manda a lei, estrutura uma das sociedades mais desiguais do mundo e gera estabilidade na injustiça.

Portanto, se a legislação econômica liberal não estrutura a economia e a sociedade brasileira, isso não significa que esta sociedade não esteja estruturada: significa simplesmente que ela está estruturada em outro âmbito. Logo, se as estruturas legais e expressas não funcionam, isso não significa que não haja estrutura social alguma. Não há sociedade sem estrutura social. Afirmar o contrário é uma contradição em termos.

Questionar um conceito científico é sempre legítimo e importante, mas, neste caso, acaba por não convencer. Assim, podemos seguir lendo, citando e nos baseando nos trabalhos que tratam da estrutura racial do país: além de sociologicamente adequado, tem auxiliado todo o mundo jurídico e instituições a implementar ações afirmativas de combate ao racismo. ←